SAMORA MACHEL

INTRODUÇÃO; «A FRELIMO É O POVO MOÇAMBICANO EM ARMAS»

1. O discurso proferido pelo general Spínola ao País, em 27 de Julho último, encerra, por forma constitucional e legalista, uma etapa do processo de descolonisação cuja iniciativa pertenceu aos Movimentos de Libertação. «Estamos prontos a partir de agora a iniciar o processo da transferência de poderes para as populações dos territórios ultramarinos. Estamos assim, e desde este instante, abertos a todas as iniciativas para o começo dos trabalhos de planificação, programação e execução do processo de descolonização, com a aceitação desde já do direito à independência política, a proclamar em termos e datas a acordar». A afirmação solene e oficial contida nestas palavras do Presidente da República representa uma nova vitória dos Movimentos de Libertação desencadeados nas colónias portuguesas africanas. Uma vitória que nem mesmo a ausência de referência ao MPLA, FRELIMO, PAIGC e MLSTP pode ensombrar.

O 25 de Abril é pertença fundamental das contradições geradas e agudizadas pela guerra colonial. Foi o povo angolano ao pegar em armas em 1961 sob a direcção do MPLA, foi o campesinato guinéu encabeçado pelo PAIG-O que desencadeou a luta armada em 1963, e foram os 200 guerrilheiros mal armados da FRELIMO que em 85 de Setembro do ano seguinte iniciaram a sua luta armada contra o domínio colonialista, foram eles quem subscreveram em primeira mão a «ordem de operações» do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho. «Os acontecimentos que acabam de ocorrer em Portugal —declarou Samora Machel, presidente da FRELIMO, referindo-se ao 85 de Abril— estão intimamente ligados ao desenvolvimento da nossa luta, armada, são um reflexo do combate anti-colonialista». O 25 de Abril é de facto, em primeira instância, pelo lado português, a recusa duma guerra que tecnicamente se torna impossível vencer.
Serão depois as pressões populares, as manifestações anti-coloniais de rua por iniciativa de grupos da esquerda revolucionária, e pêlos próprios naturais das colónias, será também a política do facto consumado (a pás na Guiné-Bissau e em certas zonas de Moçambique, que foi estabelecida para além das conveniências políticas de conversações oficiais, tornou irreversível o processo de descolonisação), serão ainda «as críticas dos apressados manipuladores da opinião, como lhe chamou o general Spínola, quem ditaram

subsidiariamente aos próprios Movimentos Nacionalistas o reconhecimento inequívoco do direito à independência dos Povos das colónias. Não deixa de ser evidente que se trata, pois, de uma nova vitória dos Povos africanos em armas, mais do que a resultante de uma qualquer combinação de forças de um especial governo de coligação. Mais do que uma qualquer boa vontade de um gabinete bem intencionado 1. A luta de classes não se circunscreve à manifestação de boas vontades ou à enunciação de princípios saudáveis, mas refere-se à utilização da violência revolucionária capaz de destruir o inimigo das classes produtoras, a burguesia, e no caso das colónias, numa primeira fase, capaz de aniquilar os agentes e a estrutura colonialista. A violência liberta. Mostraram-no os povos de África. Provou-o dentro de limites classistas o 25 de Abril, ao instaurar uma certa liberdade burguesa. Nem vias eleitoralistas, nem referendos nos levam ao que só a violência revolucionária organizada produz: — a liberdade política, económica, social e cultural de um povo em toda a sua dimensão de classe trabalhadora.

2. Não deixa de ser significativa no discurso do general Spinola a já referida lacuna quanto aos representantes legítimos dos Povos das colónias. A ausência parece querer estender os limites da manobra política. Todavia, o processo de descolonisação consubstancia-se no reconhecimento “de jure” da República da Guiné-Bissau (de que faz parte o arquipélago de Cabo-Verde), e em acordar os meios técnicos de transmissão do poder ao MPLA, à FRELIMO e ao MLSTP. O processo de descolonização tem de afastar irreversivelmente o neo-colonialismo, o referendismo-federalismo, e contribuir activamente para a emancipação efectiva aos Povos das colónias.

«Só a independência total e completa poderá permitir aos moçambicanos dirigirem o seu pais, libertarem a sua economia da dominação dos monopólios estrangeiros, acabarem com a exploração e fazerem viver e desenvolver a sua cultura», afirmou Samora Machel no discurso acima transcrito.

A recusa de qualquer forma de domínio colonial é indiscutível por parte da FRELIMO, cujo Comité Executivo declarou logo após o pronunciamento militar que «assim como a época de Caetano demonstrou amplamente que não existe fascismo liberal, é necessário compreender claramente que não há colonialismo democrático».

Ao reunirmos hoje em livro uma série de discursos de Samora Machel, presidente da FRELIMO, que consideramos verdadeiramente exemplares, pensamos contribuir para a compreensão e conhecimento da Frente de Libertação de Moçambique, para o entendimento da justeza da sua acção, e para verificarmos que a sua luta será conduzida até às últimas consequências: até à destruição do colonialismo e do imperialismo, e até que o povo moçambicano assuma efectivamente o seu destino construindo uma sociedade onde não mais seja possível a exploração do homem, pelo homem.

5. A 25 de Junho de 1963 reuniam-se no interior de Moçambique três agrupamentos políticos que actuavam, contra o colonialismo português em países limítrofes: — UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique, fundada em 1960, em Salisbury, na Rodésia), MANU (União Nacional Africana de Moçambique, criada em 1961, na Tanzânia), e UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente, também surgida em 1961, no Malawi). A estas organizações juntaram-se moçambicanos que se encontravam na própria colónia, e com o esforço dos elementos mais conscientes assiste-se à unificação das três organizações políticas, que dão origem á Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). «Como leader da FRELIMO foi escolhido o malogrado dr. Eduardo MONDLANE, assassinado sete anos mais tarde, barbaramente, pelos colonialistas portugueses e cuja morte, em circunstâncias trágicas, o tornaram herói nacional do povo de Moçambique» 2. A atitude das três organizações constitui um momento decisivo para a construção de uma unidade de acção anticolonial. Até aí, a actuação dos elementos que ansiavam por um Moçambique livre era dispersa, ineficaz, e circunscrita ao pacifismo de actividades legalistas. '

Em 1956, desencadeara-se uma greve no porto de Lourenço Marques, sobre a qual se abateu a repressão colonialista que causou a morte de Jf9 estivadores. Em Junho de 1960, durante o célebre levantamento de Mueda, assiste-se ao massacre de 600 moçambicanos e à prisão de muitos outros. O acontecimento exprimia toda a violência do aparelho repressivo colonial, mas não abafava as lutas dos trabalhadores do algodão (Mueda), dos trabalhadores da cana-de-açúcar (Zambeze), dos estivadores de Lourenço Marques, dos trabalhadores do arroz ou dos pescadores de Manica/Sofala. A política repressiva sempre foi incapaz de suster a sucessão posterior de lutas dos mineiros de Tete, dos trabalhadores de chá nas terras altas do Gurúe, ou dos palmares da Companhia da Zambézia. E tudo isto não pode fazer-nos esquecer a exportação de mão-de-obra para as plantações de algodão e tabaco da Rodésia racista, e para minas da África do Sul, mãe do «apartheid», onde morrem anualmente 2 500 negros moçambicanos por «acidentes de trabalho», e muitos outros regressam, mutilados.

Em 1962, a população negra moçambicana sentia na carne todo o peso da exploração colonial, e tinha já à vista o exemplo do povo angolano, que um ano antes se havia levantado em armas contra a presença portuguesa, sob a direcção do MPLA.

«Muitas revoltas e manifestações de protesto contra o colonialismo foram esmagadas porque se tratava de acções isoladas, sem ligação, e por isso, embora dispondo de forças numericamente inferiores, o colonialismo pôde vencer-nos. Foi a compreensão desta situação que levou os militantes a juntarem-se em 25 de Junho de 1962 para porem em comum todas as suas capacidades e esforços, a fim de construírem um instrumento de luta capas de derrubar a dominação colonial no nosso país», afirmou Samora Machel no 10°

aniversário da fundação da FRELIMO.

4. Nesse mesmo ano de 1962, em 23 de Setembro, realiza-se o I Congresso da FRELIMO. Os objectivos da Frente são bem determinados: «conquistar a independência do regime colonial português; estabelecer uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem; construir uma, nova nação que aceite a realidade da nossa pobreza material, mas reconheça o espírito dinâmico de um povo livre». Para a concretização de tais objectivos, propunha-se a luta armada, a mobilização política do povo, e um sistema de educação e estruturas de poder conducentes à destruição do colonialismo e ao aparecimento do poder popular.

A linha de orientação da FRELIMO abria amplas possibilidades de luta, recusando o sectarismo e englobando nas suas fileiras largas camadas populares, independentemente de raças, credos, língua, origem social, sexo ou quaisquer outras discriminações.

Em 25 de Setembro de 1964, os guerrilheiros desencadeiam a sua primeira acção armada em Chai, na província de Cabo Delgado. Então, a FRELIMO não compreendia mais que 25O combatentes mal armados. O início da luta armada surgia após aturado trabalho político junto das massas camponesas.

As acções violentas vinham assim responder à recusa sistemática pelo Governo português de conceder a independência por via pacifica, e assumiam o carácter de libertação e reconstrução nacionais. Ao avanço da guerrilha correspondia o alargamento da sua base popular, e o aparecimento de zonas libertadas. A estes três factos se deve o esforço de reconstrução nacional manifestado pela criação de estruturas económicas, educacionais e sanitárias autenticamente populares.

O desenvolvimento e a amplitude da guerrilha é também expresso pela criação do «Destacamento Feminino» (1967) onde as mulheres se empenham na luta armada, assegurando a defesa militar das zonas libertadas, participando em acções nas monas de avanço, desempenhando uma acção política «fundamental na mobilização e educação política do povo e dos guerrilheiros». Simultaneamente, ao Destacamento cabiam responsabilidades nos sectores da saúde, da educação e da produção agrícola para assegurarem a manutenção das frentes de luta.

Desde a primeira hora que a FRELIMO demarcou claramente que não lutava contra os brancos, mas contra o colonialismo e o imperialismo representados pelas companhias e capitais americanos, ingleses, franceses, alemães e japoneses instalados em Moçambique.

A luta armada desenvolve-se especialmente nas zonas rurais, onde o campesinato adere e a assume. Mas a luta política clandestina nas cidades e noutras zonas sob controle colonial não é abandonada; através dela se preparam e criam as condições indispensáveis para o desencadear da luta armada, mobilizando e organizando o proletariado e outros sectores explorados da população.

Em 1967, observa-se uma crise no seio da FRELIMO, motivada, por posições reaccionárias defendidas por Lázaro Kavandame, e expressas pelo seu racismo, pelo seu tribalismo., pelo seu elitismo, e pela sua defesa da manutenção do sistema de exploração ao propor unicamente a mudança da cor dos exploradores. L. Kavandame é hoje o dirigente da «Unipomo», grupo político fantoche surgido em Moçambique.

O II Congresso da FRELIMO, realizado em Julho de 1968, avança sobre a crise, que é sanada. Esse avanço reflecte-se nos novos programa e estatutos da FRELlMO, então adoptados.

O novo programa representa um significativo salto político e ideológico da organização em relação ao do primeiro Congresso, e os estatutos reforçam o poder de intervenção dos elementos de base e da prática da democracia no seio da FRELIMO.

Em Fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane é assassinado. A guerrilha actuava já nas provindas de Gabo Delgado, Niassa e Tete. Marcelino dos Santos, até então secretário político da organização, Samora Machel e Uria Simango constituem, nessa altura, o triunvirato que vai assegurar a direcção da Frente. Nesse mesmo ano, em Novembro, Uria Simango anuncia o seu rompimento com os outros dois dirigentes. Após sair da FRELIMO, acaba por se tornar dirigente da «Coremo», outro grupo político que não representa de modo algum o povo moçambicano.

Em 1970 a presidência e vice-presidência da FRELIMO são ocupados, respectivamente, por Samora Machel e Marcelino dos Santos.

O livro que agora se publica reúne uma série de discursos proferidos por Samora Machel., na sua qualidade de Presidente da FRELIMO, que vão de 1971 a 1974. Iniciamos a antologia com o discurso de S. Machel sobre o significado e perspectivas do 25 de Abril, e encerramo-la com uma profunda análise sobre o estabelecimento do poder popular nas zonas livres de Moçambique, em que é elaborada uma ampla síntese dos avanços e recuos da luta do povo moçambicano.

5. A subida à presidência da, FRELIMO de Samora Machel constitui, quanto a nós, um factor decisivo para o avanço político, ideológico e militar da Frente de Libertação. O movimento assume por forma programática e prática uma inequívoca linha de massas.

«Apoiando-nos nas massas, aprendendo a guerra na guerra, contando com as nossas próprias forças, saberemos ganhar a batalha da educação». A estas palavras deste dirigente, referidas especificamente para o problema educacional, podemos acrescentar estas outras: «Trata-se para nós de organizar as vastas massas, libertar a sua energia criadora, para progressivamente transformar o nosso potencial humano em força que esmaga o inimigo. A nossa força principal, a nossa razão de ser, é o Povo. Para a resolução dos nossos problemas devemos primeiramente apoiar-nos nele, seguir uma linha de massas. Por outras palavras,

devemos apoiar-nos no Povo para definir os interesses objectivos e lutar pela sua realização».

Uma linha de massas para servir o Povo, pois o poder nas zonas livres não só pertence às massas trabalhadoras como são elas o critério de avaliação da justeza da linha e prática políticas e suas defensoras intransigentes. «São as massas a fonte de vida da nossa organização, são elas a força principal e decisiva no processo da libertação da nossa Pátria e na construção da nova sociedade. O combate é feito e ganho por elas e destina-se a satisfazer os seus interesses».

Como corolário lógico desta linha de massas defendida por Samora Machel, impôs-se a prática da democracia interna no seio da FRELIMO: «A democracia no seio do Partido õ uma. condição indispensável para que todos e cada um se sintam empenhados e responsáveis da situação, pois que a criação e desenvolvimento da situação sempre foram associados».

Ao defender a livre discussão, a submissão da minoria à maioria, a responsabilidade colectiva, a crítica e a autocrítica do trabalho e comportamento, métodos de trabalho incluídos nos próprios estatutos da organização, o Presidente da FRELIMO está assim a assegurar, por forma explicita, a prática da democracia política, que se estenderá necessariamente aos aspectos militares e económicos da luta de Libertação e da Revolução. Esta posição do dirigente moçambicano é bastante clara quando expressamente ele recusa os processos burocráticos de decisão: «a decisão burocrática, isto é, a decisão tomada pura e simplesmente pelo chefe ou direcção sem, que haja um debate ou explicação com, as massas, embora possa ter um conteúdo excelente —o que é difícil — não mobiliza as massas, que em última análise são quem a deve assumir, pôr em aplicação e defender. A decisão burocrática arrisca-se, embora tendo um bom conteúdo, a não corresponder ao nível de compreensão das massas, por outras palavras, a ser irrealista e a criar uma contradição que teria sido evitada se uma discussão tivesse tido lugar». Simultaneamente são afastados os processos repressivos, como meios de correcção de quaisquer erros cometidos.

Através destas citações, pertencentes ao discurso «Estabelecer o poder popular para servir as massas», proferido muito provavelmente no início deste ano, verificamos que pela primeira vê» Samora Machel fala em PARTIDO. Antes ele sempre referira FRELIMO ou organização. O uso do termo PARTIDO é indício claro do avanço da luta de classes no seio da Frente. Já em 1913, Samora Machel declarava: «podemos dizer que uma vez destruída a presença física do colonialismo, um novo conflito mais decisivo surge. A. luta de classes no plano internacional, entre o nosso povo e o inimigo colonialista e imperialista, sucede-se, no plano interno, a luta de classes contra as forças nacionais com vocação exploradora. Quer isto dizer ainda que a demarcação anterior entre colonizados e colonizadores tem que ser completada por uma demarcação mais profunda ainda, entre explorados e exploradores. Esta demarcação atinge todos os níveis e primeiramente o

nível ideológico e cultural» *.

É o desenvolvimento e agudização da luta de classes que enquadra estas palavras do dirigente moçambicano: «Â antiga ditadura da minoria exploradora sobre o povo, substitui-se o poder do povo, que se impõe a todas as forças colonialistas e classes reaccionárias, o Poder da maioria esmagadora que submete a ínfima minoria e destrói a exploração». A ditadura da minoria opõe-se o novo poder, a ditadura da maioria, afinal a democracia popular. O problema não é «africanizar» o poder, mas conquistá-lo pelas e para as massas.

Não é assim difícil entender que a luta ideológica tenha sido considerada tão importante quanto a luta armada. Não é estranha, pois, a palavra de ordem de armar ideologicamente os guerrilheiros e o povo para assumirem a linha política da organização. Nestes termos se entende a proposta de 8. Machel no sentido de ser posta «a política nos postos de comando em todas as actividades». Recusando a hipótese de fracções no seio do Partido, e defendendo que a unidade ideológica indispensável à vitória final resulta e fortalece-se na prática revolucionária das largas massas, da crítica e da autocrítica, do trabalho colectivo e do estudo em conjunto, refere que pertence ao «Partido político a tarefa de dirigir, organizar, orientar e educar as massas; a tarefa das estruturas administrativas é pôr em prática as decisões nos diferentes campos da vida económica e social, enquanto que a tarefa da estrutura militar é apoiar as massas e protegê-las, expulsar o inimigo da Pátria, defender a Pátria e participar activamente na sua reconstrução. O Partido dirige e orienta a reorganização da vida das massas e a reconstrução nacional, como orienta e dirige o exército, definindo-lhe os alvos, educando a consciência. O exército cria as condições para libertar o povo e a terra. A administração, ela põe em aplicação as directrizes sobre a reconstrução nacional».

A política sobrepõe-se assim a todos os outros aspectos, e cabe-lhe presidir ao desenvolvimento da luta nas frentes militar, económica, sanitária, educacional e administrativa.

Foi esta linha, e a sua prática, que fortaleceram a FRELIMO e ampliaram, a sua base. Em consequência, assiste-se em 25 de Julho à abertura de uma nova frente de luta armada na província de Manica/Sofala. Significativo: foi a guerrilha em Tete que concedeu apoio logístico a este novo avanço. Há apenas alguns dias, concretamente no dia 1 de Julho, a guerrilha iniciou a sua actividade no distrito da Zambézia, um dos mais ricos e prósperos de todo o Moçambique.

O avanço militar é acompanhado por paralelo avanço nos sectores da produção, da saúde, da educação e da formação política e ideológica. Nas zonas libertadas reforça-se a produção artesanal e agrícola e o comércio. Aos princípios de desencadear a luta armada e enraizá-la, e de institucionalizar o poder popular,

seguiu-se o desencadear da luta de classes no seio da própria FRELIMO. Ao avanço da sua luta não são alheios os massacres em Mukumbura (1971}, Wiriyamu (1972), Chawola (1973) e Inhaminga (1974,), alguns deles confirmados já pelas instâncias e comissões especializadas da ONU.

Importa referir igualmente que o autor dos discursos sempre salientou o carácter internacionalista da luta do povo moçambicano, enquanto integrada no levantamento mundial contra o imperialismo «Os nossos objectivos iniciais de independência nacional aprofundaram-se no processo de desenvolvimento da guerra, popular, criando as bases da revolução nacional democrática e popular para instaurar o poder popular, o poder das largas massas trabalhadoras do nosso pais. A extensão da luta armada para zonas onde dominam grandes interesses económicos e estratégicos do imperialismo, levou-nos a uma confrontação directa com este, tornando imediato e concreto o conteúdo anti-imperialista do nosso combate».

A FRELIMO integra-se assim nas lutas de libertação do TERCEIRO MUNDO, e demonstra na prática através da luta armada a sua vocação internacionalista, a sua solidariedade com os povos oprimidos expressa pelo carácter anti-imperialista da sua Revolução.

6. Em Moçambique algumas tropas portuguesas alcunharam o Presidente da FRELIMO de «Che Guevara do Norte de Moçambique». Importa, todavia, deixar aqui claro que, quanto a nós, Samora Machel não é de modo algum guevarista. «Che» defendia, a teoria do «foco insurreccional» como processo de engendrar as condições indispensáveis à eclosão da Revolução 6. Ao teorizar sobre a guerrilha insistiu bastante nos aspectos técnico-militares, secundarisando o factor político. Verificamos já que o Presidente da FRELIMO põe a «política no comando». «Che» Guevara parte da guerrilha (mais propriamente do «foco insurreccional»} para a movimentação de massas 7. Samora Machel defende activamente uma linha de massas revolucionária, que mobilize e organize as camadas populares e as conduza à necessidade e à prática da guerrilha. Aqui também a política precede a luta armada. Pode hoje afirmar-se, caso não recusemos a prática como processo de conhecimento e de apreciação da justeza, ou não das linhas revolucionárias, que Guevara não se libertou de um certo idealismo. A sua experiência boliviana, que ilustra por forma exemplar o fracasso da teoria do «foco insurrecional», veio mostrar-nos o mecanismo (o idealismo) guevarista, e os erros trágicos a que conduziu. O mesmo se poderá afirmar acerca da palavra de ordem «.Criar dois, três, muitos Vietnames», visão também mecanicista do internacionalismo entre (e dos) povos oprimidos.

Segundo Samora Machel, a vocação internacionalista da, luta de Libertação e a solidariedade com os povos do Terceiro Mundo exprime-se pelo reforço da própria luta da FRELIMO e pelo avanço da Revolução, que irão permitir sejam desferidos golpes cada vês mais decisivos sobre o imperialismo.
Marx e Lenine estiveram no caminho teórico e ideológico percorrido por Samora Machel. Mas é a leitura

atenta de Mão Tsetung que pesa decisivamente na sua formação e lhe permite a apropriação da «ideologia científica das massas exploradas», e a aplicação criadora do marxismo-leninismo à realidade moçambicana. Ë ele mesmo quem o afirma: «líamos Marx, líamos as suas obras. Mas Marx ainda não podia prever o imperialismo inteiramente. E nós fomos encontrá-lo teorizado em Lenine que fala também na luta armada, na violência como parteira da nova sociedade, a luta armada começa aí a ser correctamente definida. No entanto, Lenine considera que a luta armada deve ser iniciada nas cidades — o que está correcto para as condições da Rússia no seu tempo, íamos depois para Mão Tsetung e estudávamos o que era a guerra de guerrilha e repetíamos: a guerra é a forma suprema da política, é a continuação da política, nós temos que usar a luta armada quando a política não consegue por si só vencer certos obstáculos. B assim que ais Mão Tsetung: a guerra é para resolver o antagonismo que existe entre nós e o inimigo — e isto está, sem dúvida, correctamente definido: ao fim de dez anos de luta já trouxemos o inimigo para a mesa das conversações, já temos uma plataforma para discutir com o inimigo. Mão Tsetung aplicou de uma maneira criadora o marxismo-leninismo e é isto que importa fundamentalmente: como aplicar o marxismo-leninismo em determinadas condições. Só deste modo não faremos do marxismo-leninismo um dogma, não transformaremos em dogma o marxismo-leninismo. Deixa de ser marxismo--leninismo se dele fizermos um dogma. Inserido nas condições da China, Mão Tsetung concluiu que a luta armada tem que começar pelo campo, porque as condições da China são específicas e diferentes, por exemplo, das da Europa. Na Europa há um proletariado. Na China predomina o campesinato. Então como aplicar a teoria de Lenine na China? Era impossível: foi o nosso caso» 8. Em Moçambique a classe produtora compreende fundamentalmente o campesinato. É este facto que sugere a aplicação dialéctica do marxismo-leninismo, e o aproveitamento ideológico e prático do maoismo na condução da luta de Libertação Nacional pela FRELIMO.

Afirmamos hoje sem dificuldade que consideramos Samora Machel o mais lúcido e eficaz dirigente vivo do Terceiro Mundo. Foi o seu enraizamento profundo nas massas que lhe permitiu defender uma linha revolucionária correcta e colocar a FRELIMO na ponta dos Movimentos de Libertação Africanos.

É de resto significativo, que este marxista-leninista tenha transformado, com o amplo apoio activo das massas, uma luta de Libertação Nacional em Revolução. «Nós dizemos frequentemente — considera Samora Machel — que no curso da nossa luta a nossa grande vitória foi saber transformar a luta armada de libertação nacional em Revolução. Por outras palavras, o nosso objectivo final de luta não é içar uma bandeira diferente da portuguesa, fazer eleições mais ou menos honestas em que pretos e não os brancos são eleitos, ou ter no Palácio da Ponta Vermelha em Lourenço Marques um Presidente preto, em vez de um governador branco. Nós dizemos que o nosso objectivo é conquistar a independência completa, instalar um Poder Popular,

construir uma Sociedade Nova sem exploração, para benefício de todos aqueles que se sentem moçambicanos». Ê aqui que reside de facto a grande vitória da FRELIMO.

Ao organizarmos esta antologia, entendemo-lo como uma forma de solidariedade para com o Povo moçambicano. Uma solidariedade cuja eficácia total só tem sentido, se nos servirmos criadoramente dos textos de Samora Machel, aplicando-os dialeticamente à transformação da realidade portuguesa. Nesta atitude residiria a mais nobre das expressões de solidariedade e de luta anti-colonial. Cabe-nos também impedir que o imperialismo se instale em Moçambique. Cabe-nos, dentro dos nossos limites, afastar a hipótese do neocolonialismo. «A paz é inseparável da independência». E o povo português ambiciona a paz.
Queluz, 30 de Julho de 1974
José A. Salvador

MENSAGEM AOS MILITANTES DA FRELIMO E AO POVO MOÇAMBICANO POR OCASIÃO DO GOLPE DE ESTADO EM PORTUGAL *

No dia 25 de Abril teve lugar em Portugal um golpe de Estado que derrubou o regime de Marcelo Caetano. O golpe de Estado foi organizado por um movimento que surgiu no interior do exército português, denominado de «Movimento -das Forças Armadas». Este movimento, depois de tomar o poder, transmitiu-o a uma «Junta de Salvação Nacional» composta por oficiais das Forças Armadas Portuguesas.

O golpe de Estado, segundo declararam os seus autores — o Movimento das Forças Armadas — visa solucionar a crise profunda que atravessa o regime e a sociedade portuguesa no momento actual. Como todos sabemos esta crise é devida à guerra colonial em que o governo colonialista está empenhado há mais de 13 anos.

No seio do povo português desde há muitos anos se tinha vindo a manifestar a oposição em relação à guerra colonial. Esta oposição crescente reflecte a tomada de consciência de que a opressão do nosso povo, assim como dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e outras colónias, não beneficia os interesses do povo português, e de que a nossa luta armada de libertação é uma luta justa, porque nos batemos pela conquista dos nossos direitos fundamentais à independência e à liberdade. O povo português, que já perdeu muitos dos seus filhos na guerra colonial de repressão, compreendeu que esta guerra não corresponde à defesa dos seus interesses, mas sim aos das grandes companhias monopolistas portuguesas e estrangeiras, que exploram o povo português assim como os povos das colónias.

Neste momento, nós saudamos o combate de todos os democratas anti--fascistas portugueses que corajosamente tomaram e continuam a tomar posições claras contra a guerra colonial, e pela nossa independência. Esta tomada de consciência é pois devida, em primeiro lugar, à determinação dos nossos povos que não hesitaram em afrontar os mais duros sacrifícios para conquistar os seus direitos essenciais.

No decurso da luta armada de libertação, o povo moçambicano sob a direcção da FRELIMO alcançou grandes sucessos: libertou largas regiões da dominação colonial, onde o povo moçambicano reconquistou pela primeira vez desde há séculos a dignidade de homens livres e o exercício da sua plena soberania; desferiu golpes severos contra o aparelho colonial de dominação e repressão, infligindo ao exército colonial perdas severas em homens e em material de todo o tipo. No plano internacional, a nossa luta permitiu a afirmação da personalidade do povo moçambicano e ganhou o respeito e admiração de todos os povos do mundo. Em particular nos dois últimos anos, a nossa luta conheceu sucessos espectaculares quando todos os planos colonialistas para bloquear a nossa luta fracassaram e os combatentes da FRELIMO começaram a operar na zona central do nosso país, nomeadamente na Província de Manica e Sofala, desferindo golpes severos nos centros sensíveis do aparelho de exploração colonialista e imperialista, e estendendo continuamente a luta armada para o sul do País.

Estes sucessos semearam o pânico no seio do colonialismo e convenceram-no de que a vitória exclusivamente militar já não era possível perante a determinação do povo moçambicano e a capacidade política e militar da sua organização dirigente, a FRELJMO.

No plano internacional, um número cada vez maior de forças, partidos, governos e organizações internacionais, tais como as Nações Unidas e as suas Agências Especializadas, têm condenado a política colonial portuguesa e têm reconhecido a FRELIMO como o legítimo representante do povo moçambicano. O isolamento do colonialismo português no plano internacional tornou-se quase total: dos países africanos até mesmo a alguns aliados tradicionais de Portugal, incluindo certos membros da OTAN, das organizações e partidos políticos das mais diversas tendências até organizações e entidades religiosas, incluindo o próprio Papa, inúmeras vozes se têm elevado no mundo inteiro condenando a barbaridade do colonialismo português. Hoje, toda a opinião mundial apoia plenamente a luta do povo moçambicano pela libertação do seu país porque compreende plenamente a justiça da sua causa.

A luta armada de libertação nacional foi desencadeada para pôr termo à dominação colonial portuguesa. Invadido e ocupado por um país estrangeiro, privado de todos os seus direitos políticos, submetido à exploração do seu trabalho e das suas riquezas pêlos monopólios capitalistas, privado da sua personalidade, da sua história e da sua cultura, o povo moçambicano jamais se vergou à dominação colonial. Perante a brutalidade da exploração, da repressão e dos massacres o povo moçambicano compreendeu claramente que estas manifestações não eram o resultado de erros do colonialismo mas que eram inerentes à sua própria natureza. Enquanto houver colonialismo, enquanto houver dominação e exploração de um povo por outro, sempre haverá opressão, torturas, massacres e discriminações.

Ao pegar em armas em 25 de Setembro de 1964, o povo moçambicano sob a direcção da FRELJMO afirmou bem alto que não recuaria diante do sacrifício da própria vida para pôr termo à dominação estrangeira. Dada a recusa persistente do governo colonialista português em conceder por métodos pacíficos a independência ao povo moçambicano, a FRELIMO proclamou a insurreição geral armada contra o

colonialismo português até à conquista da independência nacional completa, único meio para realizar a libertação política, económica e social e afirmar a personalidade cultural do povo moçambicano.

Em 1964 estávamos «m grande Inferioridade de forças perante o colonialismo português. Mas armados da nossa determinação e da nossa unidade e do apoio das forças anticolonialistas de todo o mundo, guiados pela linha política correcta da FRELIMO, de fracos transformámo-nos em fortes, desenvolvendo a luta política e armada que permitiu libertar largas regiões do nosso país onde o nosso povo começou a beneficiar dos frutos da liberdade e onde cresce o verdadeiro poder democrático e popular para benefício das largas massas do povo moçambicano. A luta estende-se continuamente para novas regiões e cada vez mais populações participam activamente na luta armada. Nas zonas ainda ocupadas, os militantes da FRELIMO desenvolvem o trabalho político e de mobilização no seio das massas que aguardam ansiosamente o desencadeamento da acção directa na sua região.

Como reagiu o colonialismo português perante o desenvolvimento da nossa luta? De Salazar a Marcelo Caetano o inimigo Intensificou cada vez mais a repressão, procurando aterrorizar o povo moçambicano e sufocar as suas aspirações: multiplicou os crimes, as prisões, as torturas, os bombardeamentos, os campos de concentração. Diante do desenvolvimento contínuo da guerra, os chefes militares colonialistas recorreram à táctica das grandes ofensivas como a operação «Nó Górdio», que foi derrotada vergonhosamente.

Os acontecimentos que acabam de ocorrer em Portugal estão assim intimamente ligados ao desenvolvimento da nossa luta armada, são um reflexo do combate anti-colonialista.

O golpe de Estado teve lugar em Portugal: as transformações a que ele dará lugar poderão conduzir ao estabelecimento da democracia em Portugal. Nós consideramos esse facto uma vitória para o povo português, vitória com a qual nos alegramos, pois a nossa luta nunca foi dirigida contra o povo português que estava ele próprio oprimido pelo fascismo.

Em Moçambique, porém, o colonialismo continua, e enquanto ele continuar o povo moçambicano continuará oprimido. Só o derrubamento do colonialismo

português poderá dar ao nosso povo moçambicano os seus direitos, pois só a independência permite realizar a libertação completa e a afirmação da nossa personalidade moçambicana.

Como dissemos em muitas ocasiões, não nos batemos para sermos portugueses de pele preta; temos a nossa história, temos as nossas tradições, temos a nossa personalidade que desejamos afirmar como povo livre e soberano. A luta armada pela conquista da nossa plena independência tem progredido graças à identificação total do nosso Povo com este objectivo, levando-nos de sucesso em sucesso.

Desesperado com a extensão contínua das chamas do combate libertador, o exército colonial passou a recorrer de forma Sistemática aos massacres de populações, matando centenas e centenas de pessoas como aconteceu em Mukumbura em 1971, em Wiriyamu em 1972, em Chawola em 1973, em Inhaminga em 1974, para referir somente alguns dos massacres mais bárbaros que chegaram ao conhecimento da opinião internacional.

Que resultados obteve com estes massacres? Conseguiu desencorajar o povo moçambicano? Bem pelo contrário. Estes massacres, em vez de desmobilizar, só serviram para tornar mais clara a face real do inimigo. O espírito de resistência tornou-se ainda mais forte e mais determinado, a luta armada estendeu-se ainda com mais vigor para novas zonas. O único resultado da intensificação da repressão foi o de criar uma crise interna e um isolamento internacional sem precedentes para o colonialismo português.

Perante a determinação do povo moçambicano e os sucessos da luta armada de libertação nacional, certos sectores no seio do próprio exército português puseram em causa a política colonialista de repressão dos direitos legítimos do povo moçambicano à sua independência. Torna-se pois claro que o colonialismo português não pode ganhar a guerra no plano militar.

Que conclusão resta tirar? Se a guerra não pode ser ganha, a única solução é o reconhecimento de que a força não pode reprimir a vontade do povo moçambicano à independência e que a única solução é o reconhecimento do direito do nosso povo à sua libertação e independência totais. No entanto, os sectores reaccionários não desarmam: conscientes de que não poderão ganhar a guerra e que caminham para a

derrota inevitável, tentam recorrer a manobras que eles chamam de «solução política».

A nossa experiência tem mostrado que cada vez que o inimigo conhece derrotas no plano militar, ele recorre a manobras. Tivemos ocasião de ver no passado como ele tem recorrido à, subversão, infiltração de agentes, assassinatos de dirigentes, incitações à deserção, tentativas de estimular ideias reaccionárias no nosso seio. No plano da propaganda, o inimigo recorre à mistificação política utilizando termos como «autonomia» e «autodeterminação», que ele deturpa e pêlos quais ele procura desmobilizar a opinião pública, nacional e internacional. O governo de Caetano era perito nestas manobras que se traduziam na utilização de nomes novos e na mudança das designações: chamou a Moçambique «Estado», chamou à União Nacional «A.N.P.», chamou à PIDE «0GS». Mas se os nomes mudavam o povo moçambicano era cada vez mais oprimido, a repressão era intensificada, a guerra colonial tornava-se cada vez mais bárbara.

No momento actual, ao mesmo tempo que em Portugal forças democráticas cada vez mais numerosas se pronunciam contra a guerra colonial e peía independência dos povos das colónias, os sectores reaccionários que vivem da exploração do trabalho e ida pilhagem dos recursos naturais dos «povos das colónias não se dão por vencidos.

Em Moçambique estas forças estão activas e beneficiam do apoio dos países racistas vizinhos — África do Sul e Rodésia. Estes grupos, desesperados com a queda do Caetanismo que lhes fez perder o controle total da situação de que dispunham até agora, vão fazer todos os esforços para se oporem à independência do nosso povo. A sua acção vai situar-se principalmente em dois planos: intensificação da repressão e multiplicação das manobras com o objectivo de encontrar novas fórmulas para manter a dominação colonial. Devemos estudar e prever as formas que vão tomar tais manobras para saber como nos opormos a elas.

Vamos assistir à criação e reforço de grupos fantoches colaboracionistas ao serviço do colonialismo, cuja tarefa será a de procurar mostrar que o governo colonialista português está a satisfazer as aspirações do povo moçambicano à independência. Todas estas manobras visam semear a confusão a fim de criar a ilusão de que já somos independentes e que por isso já não devemos lutar.

A criação e reforço de grupos fantoches serão acompanhados de intensificação do recrutamento de tropas fantoches tais como os GE, GEP, Companhias de Comandos de Moçambique, Flechas e OPV que serão engajados na repressão de forma crescente a fim de mascarar a agressão estrangeira e apresentá-la como guerra civil entre moçambicanos.

Nos planos das forças reaccionárias e colonialistas a repressão continuará e intensificar-se-á, abatendo-se com força sobre todos os nacionalistas: a prova é que em Moçambique a PIDE-DGS não desaparece, apenas sendo os mesmos criminosos da PIDE-DGS integrados dentro do exército *.

As forças reaccionárias vão dedicar-se em particular à intensificação do trabalho de infiltração de agentes nas nossas zonas com o objectivo de difundir as palavras de ordem do inimigo, semear a confusão, minar a disciplina no seio das forças armadas e perturbar o trabalho de reconstrução nacional nas zonas libertadas.

Vamos assistir ao lançamento de apelos, por meio de panfletos e por meio da rádio, como os que fizeram outros traidores no passado, procurando incitar os combatentes e a população a renderem-se.

Convencidos do mito racista da inferioridade e incapacidade dos africanos, as forças colonialistas que se recusam a aceitar que o povo moçambicano seja capaz de lhes infligir as derrotas que vêm sofrendo, vão intensificar a sua propaganda que pretende apresentar-nos como agentes de forças estrangeiras.

No plano internacional, as manobras terão como objectivo enganar a opinião pública internacional, procurando apresentar o povo moçambicano como povo já livre e que aceita de sua livre vontade a dominação portuguesa, assim como já havia tentado Marcelo Caetano. Alguns moçambicanos fantoches serão levados para circular através do mundo para defender o colonialismo português.

Será que tais manobras poderão ter sucesso?

Para responder a esta pergunta devemos mais uma vez recorrer à experiência do passado. Qual foi o resultado das inúmeras manobras que o inimigo tentou no passado?

Em primeiro lugar devemos sublinhar que cada nova manobra apareceu sempre como resultado de uma nova vitória, de um progresso nosso no plano político-militar.

As manobras a que as forças reaccionárias vão recorrer neste momento serão também, como no passado, tentativas de responder aos grandes sucessos que a nossa luta obteve ultimamente.

Mas assim como as tentativas anteriores fracassaram, também as manobras futuras fracassarão. O nosso povo está maduro politicamente, unido solidamente em torno da FRELIMO, graças à experiência de doze anos de luta política e militar contra o exército colonial e contra todo o tipo de manobras subversivas.

Devemos no entanto estar particularmente atentos à multiplicação de crimes contra a população africana e europeia que os colonialistas vão procurar atribuir à FRELIMO, como já tentaram anteriormente. A este respeito a FRELIMO deseja reafirmar mais uma vez claramente a sua política em relação à população civil europeia: a luta armada de libertação do povo moçambicano tem como objectivo a libertação completa do povo moçambicano do sistema colonial português: os seus alvos são o aparelho militar, policial, administrativo e económico de dominação. Todos aqueles que vivem do seu trabalho honesto não constituem um objectivo para as nossas armas.

A FRELIMO não opera qualquer discriminação nas suas fileiras: moçambicanos de todas as raças, origens e confissões religiosas são membros da FRELIMO desde que se disponham a lutar contra o colonialismo português e sigam a linha política da FRELIMO que visa a conquista da independência total e completa de Moçambique — do ponto de vista político, económico, social e cultural.

Por esta razão queremos chamar a atenção de certos sectores da população europeia que estão a ser manipulados por grupos ultra-reaccionários que os excitam contra a população africana e contra a FRELIMO, com o objectivo de criar uma guerra racial entre brancos e pretos em Moçambique. Estas forças ultra-reaccionárias e ultra-racistas, aliadas com a África do Sul e a Rodésia racistas, estão preparadas para todas as aventuras a fim de impedir a independência do povo moçambicano. O povo moçambicano deve mobilizar-se a fim de fazer fracassar tais manobras, que visam colocar o nosso país na dependência total da África do Sul e da Rodésia. Os governos racistas destes países, que receiam que a independência de Moçambique os prive da mão-de-obra escrava moçambicana graças à qual fazem funcionar as suas explorações mineiras e plantações que de outro modo seriam anti-económicas, farão

tudo para utilizar os colonos brancos em Moçambique como instrumentos da sua política.

A população europeia deve desassociar-se destas manobras que são contrárias aos seus interesses e aos do povo moçambicano.

Aos moçambicanos brancos, homens e mulheres, jovens e velhos, trabalhadores, estudantes, intelectuais, empregados, funcionários e outros, cujo apoio e participação na luta de libertação têm vindo a crescer, e cujos sentimentos nacionalistas constituem uma razão de orgulho para o povo moçambicano inteiro, cabe intensificar decisivamente a sua acção no quadro da FRELIMO para fazer triunfar os nossos ideais de liberdade e independência total e completa de Moçambique.

A guerra colonial será intensificada, mas será ao mesmo tempo acompanhada de uma campanha demagógica sobre a paz, procurando acusar a FRELIMO de ser a responsável da guerra.

O povo moçambicano, os combatentes da FRELIMO que são o povo moçambicano em armas, não são profissionais da guerra: querem a paz, mas a paz que queremos, a paz real, não pode existir enquanto o colonialismo dominar o nosso povo. A paz é inseparável da independência nacional, pois Só com a independência nacional terminará a guerra e haverá paz em Moçambique.

Camaradas,

As manobras que se aproximam são pois uma repetição, embora mais intensa, das manobras precedentes: importa por isso prepararmo-nos para rechaçá-las em todos os planos.

Devemos em primeiro lugar reforçar e consolidar a nossa unidade política e ideológica, continuar a mobilizar o povo moçambicano em volta da bandeira da FRELIMO e das palavras de ordem de independência total e completa de Moçambique no plano político, económico, social e cultural. Só a independência total e completa poderá permitir aos moçambicanos dirigirem o seu país, libertarem a sua economia da dominação dos monopólios estrangeiros, acabarem com a exploração e fazerem viver e desenvolver a sua cultura.

Devemos intensificar e estender para novas zonas a luta armada de libertação nacional que nos permitiu alcançar já grandes sucessos, a fim de acelerar a derrocada do colonialismo português.

Devemos intensificar a mobilização e explicação do programa da FRELIMO, tanto junto dos militantes como junto da população, a fim de consolidar a nossa Organização e as nossas estruturas, reforçar o poder popular, único instrumento capaz de servir os interesses das largas massas e dar o verdadeiro conteúdo à independência, justificando assim os inúmeros sacrifícios que temos consentido.

Devemos denunciar todos os grupos fantoches compostos de velhos e novos lacaios, pretos e brancos, ao serviço do colonialismo português, a fim de os neutralizar.

Devemos reforçar a vigilância contra as tentativas do inimigo de infiltrar agentes nas nossas zonas, estando atentos contra todas as palavras de ordem que visem semear a confusão, minar a disciplina ou diminuir o esforço de luta. Impermeabilizemos as nossas fileiras contra a infiltração do inimigo e dos seus agentes, em particular contra a tentativa de desvirtuar a natureza do nosso combate, tentando transformá-lo em guerra racial.

Neste momento em que a nossa luta, assim como a luta dos povos irmãos de Angola e da Guiné-Bissau e Cabo Verde, se mostrou capaz de criar uma crise sem precedentes em Portugal que anuncia a derrocada do colonialismo português, devemos mobilizar-nos para generalizar a nossa ofensiva em todas as frentes, desde a luta armada à reconstrução nacional, para desferir golpes ainda mais duros e acelerar a derrota do colonialismo português e do imperialismo.

Unamo-nos, reforcemos a nossa unidade política e ideológica, intensifiquemos a luta para conquistar a nossa liberdade e a nossa independência, realizando na prática a nossa divisa que é mais actual do que nunca.

A Luta Continua...

Independência ou Morte,

Venceremos!

Samora Moisés Machel

Presidente da FRELIMO.

*O presente discurso de Samora Machel foi publicado em «A Voz da Revolução», órgão oficial da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), no n.° 21 de Janeiro/Abril de 1974.

* Mais tarde os elementos da Pide/DGS seriam presos pelo Exército durante *a* «operação Zebra». Apesar disso muitos escaparam para a Rodésia e África do Sul. E outros começam agora a ser soltos (Nota do coordenador).

ESTABELECER O PODER POPULAR PARA SERVIR AS MASSAS (1974)

Celebramos neste ano de 1974 o X aniversário do desencadeamento da nossa luta armada. Dez anos durante os quais inúmeros militantes e o Povo aceitaram toda a espécie de sacrifícios e todo o tipo de privações, dez anos a superar dificuldades e a provarmos que somos capazes de alcançar a vitória.

Começamos já a conhecer a vitória. Em regiões cada vez mais vastas da nossa Pátria o Povo já compara e diz «antes da Revolução» e «hoje». O nosso Povo começa a saborear o fruto da sua luta.

Mas ao mesmo tempo todos estamos conscientes que a vitória final não é para amanhã e que um longo caminho ainda nos espera.

Qual a razão dos nossos sacrifícios? Porque motivo o inimigo se mostra tão intransigente e cruel? E porque razão, apesar da condenação de todos os homens justos no mundo, ele continua a encontrar os apoios e ajudas necessários para prosseguir os seus crimes?

Será que tudo isto tem lugar apenas porque queremos a nossa Independência?

Mas afinal em 1143 e em 1640 Portugal também lutou pela sua Indepen-dência. Os Estados Unidos que hoje apoiam o colonialismo português fizeram no século XVIII urna guerra para se libertarem do colonialismo britânico e serem independentes. A França e a Inglaterra que financiam e armam Portugal fascista e colonialista, lutaram ainda há poucos anos, de 1939 a 1945, contra o fascismo hitleriano, sofrendo grandes perdas e sacrifícios a fim de preservarem a independência nacional.

Á volta de Moçambique encontramos muitos países independentes. Madagáscar que era colónia francesa, Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Swazilândia, antigas colónias britânicas. E todos estes países tornaram-se independentes através de negociações entre a potência colonizadora e a colónia.

Porque razão a Inglaterra e a França aceitaram reconhecer à maioria das suas colónias o direito à independência, e hoje apoiam uma guerra colonial ?

Porquê então dez anos de guerra colonial, dez anos de bombardeamentos, dez anos de massacres de populações, dez anos durante os quais a OTAN e os países ocidentais têm feito tudo para ajudar Portugal?

Nós dizemos frequentemente que no curso da luta a nossa grande vitória foi saber transformar a luta armada de libertação nacional em Revolução. Por outras palavras, o nosso objectivo final de luta não é içar uma bandeira diferente da portuguesa, fazer eleições mais ou menos honestas em que pretos e não os brancos são eleitos, ou ter no Palácio da Ponta Vermelha em Lourenço Marques um Presidente preto, em vez dum governador branco. Nós dizemos qu5 o nosso objectivo é conquistar a independência completa, instalar um Poder Popular, construir uma Sociedade Nova sem exploração, para benefício de todos aqueles que se sentem moçambicanos.

Ê aqui que se encontra a explicação da guerra. Como um homem assaltado de piolhos é obrigado a mergulhar a roupa na água a ferver para liquidar os piolhos sem se interessar pela cor ou origem dos piolhos, nós fomos obrigados a aceitar mergulhar o nosso país no fogo da guerra para liquidar a exploração, qualquer que seja a sua origem ou cor dos seus agentes.

O que está em causa é pois o estabelecimento do Poder Popular que afirma a nossa independência e personalidade e liquida a exploração, o que implica a destruição do Poder dos exploradores que a fomenta.

Ë por isso mesmo que os países imperialistas que vivem da exploração vêm socorrer Portugal porque estão Interessados em que a exploração continue

Hoje, graças à nossa luta, um Poder novo constrói-se na nossa Pátria.

Dez anos de Poder da FRELIMO não é muito. Jovens que somos assumimos responsabilidades que esmagam os velhos. O Poder dos exploradores tem centenas e milhares de anos de experiência, enquanto o nosso Poder é jovem e ao mesmo tempo tem de resolver os problemas que o Poder milenário dos exploradores nunca conseguiu.

O Poder novo não é uma coisa abstracta. O Poder novo somos nós com todas as nossas insuficiências quem tem de o exercer.

De nenhuma nuvem vai descer o Homem Novo capaz de exercer o Poder novo.

A nossa responsabilidade é grande enquanto a nossa capacidade é ainda pequena. Mas temos uma grande vantagem que é decisiva: possuímos a linha de orientação correcta, as massas estão connosco.

Mas ao construirmos o nosso Poder, ao exercê-lo, trazemos em nós, nas ideias, nos hábitos e nos costumes, todas as deformações criadas pelo Poder antigo.

Por isso continuamente temos que rectificar os nossos métodos de trabalho, Introduzir o bisturi da crítica e da autocrítica, para amputar a herança enorme, pesada e negativa que nos transmite a sociedade antiga.

Para este décimo aniversário que celebraremos em breve queremos analisar o nosso Poder, repensar a nossa actividade, estudar o que fizemos e o que resta para fazer e sobretudo corrigir as deformações.

Começaremos por estudar, na primeira parte, o que é o Poder, o que exprime e que valores incarna. Analisaremos a diferença que existe na origem, natureza, métodos e objectivos entre o Poder colonial capitalista e o Poder Popular construído sob a direcção da FRELJMO.

Ao abordarmos esta questão crucial estaremos em condições de compreender a razão porque o conflito entre nós e o inimigo é de tal maneira antagónico que só a guerra o pode resolver. Com efeito, a edificação do Poder Popular que exprime a subida ao Poder duma nova classe, só é possível quando a classe anterior e o seu Poder são derrubados. E ao assumirmos esta noção que estamos em condições de verificar a impossibilidade de conciliar os nossos interesses com os do inimigo, através de pretensas autonomias ou de independências, que salvaguardam a essência do Estado colonial capitalista.

A natureza popular do Poder em vias de edificação implica uma democracia profunda e real, que nunca existiu na História da nossa Pátria.

Assim como o Poder, a Democracia não é uma coisa abstracta: para que ela se exerça e possua um conteúdo concreto é necessário que organizemos as condições para a sua materialização.

Por isso uma segunda parte é consagrada ao estudo da Democracia, nova experiência que pela primeira vez o nosso Povo vive.

Finalmente, porque nos nossos diversos centros o Poder Popular e Democrático já é exercido na prática, eles aparecem como laboratórios da nossa experiência e centros difusores da nossa linha e dos seus resultados práticos. Importa pois que precisemos como os nossos centros devem cumprir essa tarefa e quais os requisitos, indispensáveis para que levem a cabo a sua missão histórica.

1. O PODER DOS EXPLORADORES Ê PARA OPRIMIR O POVO. O NOSSO PODER É O PODER DO POVO

No processo do desenvolvimento histórico das sociedades, entre os homens foram forjadas diversas relações sociais.

Na aurora da Humanidade, quando se opera a transição dos símios em homens, os seres pré-humanos viviam em bandos errantes dominados pela preocupação de sobreviver. A totalidade do esforço era consumida imediatamente

e frequentemente ela não conseguia satisfazer as necessidades básicas. Os seres pré-humanos alimentavam-se de raízes, frutos selvagens e cadáveres de animais.

Assim viveram durante centenas de milhares de anos os antepassados da Humanidade. A partir dum certo momento esses antepassados começam a utilizar ossos ou paus para escavarem as raízes, para caçar animais. Começam a utilizar instrumentos para produzirem a sua alimentação, a produção ainda que extremamente primitiva inicia-se, o símio dá lugar ao homem. A produção demarca o homem do animal e liberta o seu cérebro abrindo-lhe o caminho para o progresso.

Com o aparecimento da produção, numa primeira fase a colheita e caça, numa segunda fase a agricultura e a criação de gado, a Humanidade começa a desenvolver-se.

Surge a divisão do trabalho, o melhoramento dos instrumentos de produção e das técnicas de produção. Com isso o esforço produtivo do homem já consegue produzir mais do que aquilo que ele próprio necessita para subsistir. A produção cria um excedente.

O aparecimento de excedentes na produção fornece a base material, as condições objectivas para que surjam no seio da sociedade forças que procuram apropriar-se desses excedentes em detrimento dos que produziram.

A sociedade divide-se em classes opostas, com interesses diferentes: uns querem apropriar-se do fruto do trabalho dos outros, enquanto estes últimos recusam. As relações humanas que até aquele momento eram de cooperação tornam-se relações de luta entre exploradores e explorados.

Ë claro que todo este processo levou centenas de milhares de anos, não foi do dia para a noite que surgiram interesses opostos, classes antagónicas. Mas o fundamental é o processo.

Desde que na sociedade apareceram interesses diferentes e antagónicos, a questão do «Poder», o problema de saber quem deve decidir, que critérios usar para decidir e em favor de quem, tornou-se uma questão fundamental no seio da sociedade.

Um grupo determinado só poderá impor os seus interesses e fazer triunfar os seus objectivos, se possuir o controle da sociedade, por outras palavras se dirigir essa sociedade.

Dirigir a sociedade significa organizar a sociedade para servir os interesses do grupo dirigente, impor a vontade deste grupo a todos os outros grupos, quer estejam de acordo ou não. Com o correr do tempo o grupo dirigente leva os outros grupos a considerarem a sua dominação como a melhor, a mais justa e a mais sábia, a que corresponde aos interesses de todos.

Isto é assim até ao momento em que as novas forças no seio da sociedade tomam consciência dos seus interesses prejudicados pelo grupo dirigente, unem-se, lutam, derrubam o poder anterior e instalam o seu novo poder, reorganizando a sociedade para satisfazer os seus apetites.

Até a uma época recente da História da Humanidade, foram as diversas classes exploradoras —senhores de escravos, feudais, burgueses— quem sucessivamente dominou a sociedade e a organizou política, económica, ideológica, cultural, administrativa e juridicamente em seu favor.

Assim foi porque as largas massas exploradas nem tinham a suficiente consciência de classe que as unisse, nem possuíam a ideologia capaz de lhes dar a visão do conjunto dos seus interesses e capaz de lhes fornecer a estratégia e táctica de luta adequadas para a conquista e exercício do poder.

Historicamente, a primeira vez que as largas massas exploradas, após várias tentativas fracassadas, conquistaram e exerceram o Poder, foi em 1870 em Paris. A Comuna de Paris foi esmagada ao fim de alguns meses pela coligação entre os reaccionários franceses e os reaccionários alemães, e 30 000 trabalhadores foram massacrados.

Em 1917, finalmente, sob a direcção de Lenine, as massas exploradas conquistaram o Poder na Rússia Tsarista e construíram a União Soviética, o Primeiro Estado no mundo com o Povo no Poder. A partir da vitória das forças democráticas na guerra anti-fascista. o Poder Popular estendeu-se a novos países como a China, a República Democrática da Coreia, e a República Democrática do Vietnam na Ásia. Na Europa o Poder Popular foi erigido em numerosos países tais

como a República Socialista da Roménia, a República Democrática Alemã, a República Socialista da Bulgária, etc.... Na América latina, com a vitória das forças populares em Cuba em 1959 instalou-se o primeiro Estado Popular no continente americano.

A instalação do Poder Popular tornou-se uma realidade para perto de 1/3 da Humanidade. As zonas em que as massas trabalhadoras conquistaram o Poder, são conhecidas como «campo socialista» constituído hoje por 14 países.

No nosso país, senhores de escravos, feudais, reis, imperadores, dominaram a sociedade até à conquista colonial. A burguesia colonialista instalou-se então no poder e impôs a sua vontade a todas as camadas do pais até ao momento em que a nossa luta começou a derrubá-la.

A dominação sucessiva das diversas minorias exploradoras —a ditadura sobre as massas — é exercida sempre duma maneira mais ou menos camuflada a fim que as massas não compreendam a sua verdadeira situação e não se apercebam que estão sujeitas à opressão.

No nosso país antes da conquista colonial, os régulos e Chefes tribais que exerciam o poder afirmavam que o seu poder representava a vontade dos antepassados.

Por exemplo, em certos reinos, o Povo não podia ver a cara do rei, noutros casos era proibido falar ao rei, só se podia ouvir a sua voz.

Ainda nos nossos dias, em algumas regiões em que o poder dos régulos permaneceu relativamente intacto, é habitual encontrarmos situações deste género que camuflam, com os mitos e a superstição, a realidade cruel da opressão dos senhores feudais.

Os colonialistas, para melhor camuflarem a sua dominação e impedirem as massas de compreenderem e se revoltarem contra a sua situação miserável, estimularam a superstição. Assim difundiram numerosas religiões no nosso seio que, dividindo as massas, enfraqueciam-nas. Ao mesmo tempo as religiões todas elas pregavam ao Povo a resignação.

No nosso país os missionários ensinavam-nos que desobedecer ao governo e ao colono era pecado, que devíamos estar muito gratos ao colonialismo português

porque nos trazia a verdadeira fé. No século passado, a Igreja justifica o comércio criminoso de escravos afirmando que este era bom, pois permitia que os escravos fossem baptizados. O actual arcebispo de Lou-renço Marques, Custódio Alvim Pereira, muitas vezes repetiu publicamente que o Povo moçambicano não devia reivindicar a independência, porque esta só podia servir o comunismo e o Islão, por outras palavras, a independência era um pecado contra Deus. No discurso feito em Junho de 1961 aos seminaristas da arquidiocese de Lourenço Marques, no tempo em que era ainda bispo coadjutor, ele exprimiu os seguintes princípios:

1. A independência é uma coisa indiferente para o bem dos homens. Pode ser boa quando se verificam condições geográficas e culturais, mas estas últimas ainda não existem em Moçambique.

2. Enquanto não existem estas condições, fundar ou tomar parte no movimento pela independência, é agir contra a natureza.

3. Mesmo quando existem condições, a mãe Pátria tem o direito de se opor à independência desde que sejam respeitadas as liberdades e os direitos e se procure o bem estar e progresso civil e religioso para todos.

4. Todos os movimentos que utilizam a violência são contra o Direito Natural, porque se a independência é um bem deve ser obtida por meios pacíficos.

5. Quando o movimento é terrorista, o clero em consciência, não só é obrigado a abster-se como também a opôr-se. Isto é uma consequência lógica da natureza da sua missão.

6. Mesmo se o movimento é pacífico convém que o clero se abstenha para poder ser o guia espiritual de todos. O Superior pode impor esta abstenção, como o faz em Lourenço Marques.

7. Os Povos nativos da África têm a obrigação de agradecer os benefícios que lhes foram dados pêlos colonizadores.

8. As pessoas instruídas têm a obrigação de combater abertamente as ilusões dos menos instruídos sobre a independência.

9. A independência africana actual nasce quase sempre da Revolução e do comunismo. A doutrina da Santa Sé é bem clara na sua oposição ao comunismo ateu e revolucionário: a grande revolução é a do Evangelho.

10. A palavra de ordem «a África para os africanos» é uma monstruosidade filosófica, um desafio à civilização cristã porque os acontecimentos actuais mostram-nos que o Comunismo e o Islamismo desejam impor a sua civilização aos africanos.

Nessa mesma intervenção o actual chefe da Igreja em Moçambique concluía:

«Amai a vossa terra que é Moçambique integrado em Portugal, da mesma maneira que um habitante do Algarve se interessa pela sua província sem esquecer a Pátria comum... os actuais movimentos de libertação africanos são contra a Igreja».

Em resumo, segundo este prelado, devemos agradecer a exploração colonial, o trabalho forçado e a venda de homens para as minas, a pilhagem das nossas terras e as culturas forçadas. Devemos agradecer a opressão da palmatória, do chicote, das deportações para São Tomé. Devemos agradecer a humilhação do racismo e das mulheres violadas, os filhos do mato e o sermos transformados num Povo de moleques. Devemos agradecer o obscurantismo, a falta de escolas e a superstição, a falta de hospitais e assistência social. Devemos agradecer pois. Revoltarmo-nos contra isso é pecado, pegarmos em armas quando nos vêm massacrar como em Mueda, Xinavane, Lourenço Marques, Wiriyamu é pecado, é ser contra a Igreja.

Conhecemos muitas homílias dos bispos e padres católicos, muitas pregações de cheiques muçulmanos, muitos sermões de todas as igrejas protestantes, e até a uma época muito recente, todos nos diziam que nos devíamos resignar, que devíamos aceitar e agradecer.

Devemos notar no entanto que, perante os crimes crescentes cometidos pelo inimigo, nos últimos três anos erguem-se vozes cada vez mais numerosas nos meios religiosos condenando a guerra colonial e os seus massacres. Mas estas vozes ainda aparecem como isoladas e assim não as podemos classificar como tomadas de posição oficiais, públicas e claras das Igrejas em Moçambique contra o colonialismo.

Mas além da superstição, a sociedade burguesa colonialista utiliza outros argumentos para camuflar e justificar o seu poder ditatorial.

Eles dizem que nós somos urna raça inferior e atrasada, com costumes primitivos, um Povo ignorante que deve ser educado pela raça superior e avançada, cheia de bons costumes e de sabedoria. A Constituição portuguesa diz expressamente que a essência da Nação portuguesa é «civilizar» os «bárbaros» que nós somos. Eles repetem continuamente este argumento, muito embora toda a gente veja que em Portugal há mais de 40 % de analfabetos, que a miséria dos camponeses e do Povo português é enorme, o seu obscurantismo não é inferior ao nosso e têm tantas ou mais superstições do que nós, embora diferentes.

Dizem isso quando nos querem convencer. Mas na prática, e quando formulam a sua linha política, dizem e fazem coisas muito diferentes.

O falecido cardea] arcebispo de Lourenço Marques, Teodósio Clemente de Gouveia, numa pastoral de 1960 em que fixava a linha política das escolas escrevia:

«As escolas são necessárias, sim; mas as escolas em que ensinemos aos nativos o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que os protege».

Vir-nos «educar» significa claramente tornar-nos submissos, escravos mentais do colonialismo.

O General Kaulza de Arriaga, derrotado vergonhosamente em Moçambique, nas lições que dava ao Curso de Altos Comandos do Exército colonial fascista, no ano lectivo de 1966-1967, dizia:

«Se em Angola ou Moçambique houvesse 20 ou 30 milhões de negros, o problema para nós seria extremamente grave; ainda bem que essas populações são tão reduzidas. Eu não sei se isto resultou da exportação que se fez para o Brasil; se foi isso, ainda bem que se fez essa exportação».

Depois de aprovar o comércio infame de escravos, a forma mais degradante da exploração e humilhação humana, o «civilizador» Kaulza de Arriaga que publicamente discursava sobre a conquista do «coração dos africanos» e o «multiracialismo», preconizava ao mesmo tempo a liquidação do nosso Povo. Assim ele diz que:

«Outro problema muito importante é o problema da demografia: primeiro, crescimento branco: depois, limitação do crescimento negro».

A «igualdade racial» e a missão de «promoção das populações africanas», são bem esclarecidas quando o general escreve:

«a multiracialidade tem de ser autêntica e mantém-se autêntica mesmo quando à sombra dela porventura precisamos de travar ligeiramente a promoção dos Povos negros. Depois temos de convencer esta gente que estamos a promovê-los num ritmo adequado... Claro que existe um outro problema: é que também não vamos ser demasiado eficientes na promoção dos negros, pois devemos promovê-los sim, mas nada de exageros».

Em resumo, «civilização», «educação», «promoção», são apenas para camuflagem da realidade concreta de exploração e pilhagem, opressão, brutalização e humilhação. Palavras bonitas para nos enganarem e adormecerem. Por isso, através de cada palavra de ordem do regime de opressão devemos ver a realidade que ela encobre.

A burguesia afirma ainda que deve ser a minoria inteligente e capaz., os ricos e os doutores, quem deve governar a maioria que eles consideram brutos e incapazes.

Oliveira Salazar, o grande orientador do colonial-fascismo português, exprime claramente esta concepção dizendo (F.C.C. Egerton: *Salazar, Portugal and her Leader):*

«Esta hierarquia entre o trabalho de invenção, organização e direcção e a execução propriamente dita, não só exprime uma necessidade inerente da produção material, como também reflecte a desigualdade imposta pela natureza à capacidade dos indivíduos, uma coisa a que a sociedade não pode, nem deve tentar opor-se».

Um dos maiores escritores portugueses, Eça de Queiroz, numa obra magistral em que denuncia e desmascara a burguesia — *O Conde de Abranhos* — explica-nos a mentalidade da burguesia exploradora e opressora através do sistema de educação universitária:

«Assim o estudante fica para sempre penetrado desta grande ideia social: que há duas classes — uma que sabe, outra que produz. A primeira naturalmente, sendo o cérebro, governa; a segunda sendo a mão, opera e veste, calça, nutre e paga a primeira... Bacharéis são os políticos, os oradores, os poetas e por adopção táctica, os capitalistas, os banqueiros, os altos negociadores. Futricas são os carpinteiros, os trolhas, os cígarreiros, os alfaiates... Esta ideia de divisão em duas classes é salutar, porque assim educados nela, os que saem da universidade não correm o perigo de serem contaminados pela ideia contrária — ideia absurda, ateia, —destruidora da harmonia universal — de que o futrica pode saber tanto como sabe o Bacharel. Não, não pode: logo, as inteligências são desiguais e assim fica destruído esse princípio pernicioso da igualdade das inteligências, base funesta dum socialismo perverso».

Os opressores, em particular a burguesia colonial, com o objectivo de camuflarem a sua acção e manterem-nos ignorantes, passam a vida a gritar-nos nas orelhas que exercem o poder para benefício de todos, ou da maioria, que o fazem para difundirem o progresso, a civilização, a religião cristã. Eles afirmam-nos sempre que é um grande sacrifício o exercício do poder, que são pesadíssimas as responsabilidades, que de boa vontade e coração alegre as abandonariam, se a isso os não obrigasse o dever.

Os discursos que ouvimos, os artigos nos jornais, a propaganda na rádio, toda a máquina de intoxicação colonialista, diariamente nos tenta convencer que o poder dos opressores é o melhor do mundo, que nos devemos sentir felizes pela dominação e só os ingratos, loucos e comunistas podem pensar o contrário.

No entanto é muito diferente a realidade que podemos descobrir por detrás das palavras maravilhosas.

Do Governador Geral ao Chefe do posto, todo o aparelho administrativo só tem um objectivo: fazer tudo para que as companhias, os ricos, os capitalistas, explorem o povo.

As leis que são feitas, os impostos que são cobrados, as ordens que são dadas, nunca servem o Povo, sempre são para benefício dos patrões. Se algumas vezes, aparentemente, uma lei parece beneficiar o Povo, é porque a revolta do Povo era

muito forte e então fez-se qualquer coisa para tentar acalmar a cólera de Povo com o objectivo de desmobilizar as massas e assim poder continuar a dominação colonial.

Um exemplo disto foi a greve da estiva em Lourenço Marques em 1963. Antes da greve eles pagavam de 12.00 a 15.00 por dia aos estivadores, mas depois da greve e apesar da repressão, temendo uma revolta mais séria dos estivadores, eles subiram os salários para 28.00. Agora, por causa da guerra, em toda a parte se sobem os salários com o objectivo de corromper as pessoas, fazer-lhes esquecer que vivem colonizadas, exploradas, oprimidas, humilhadas. Da mesma maneira, nas zonas em que eles temem que o povo comece a apoiar a luta, que a luta se estenda para essa zona, os colonialistas diminuem logo a sua arrogância, difundem grandes fotografias de pretos e brancos juntos e aparentemente alegres. No entanto, trata-se apenas duma máscara, pois a PIDE continua a prender, torturar e assassinar pessoas enquanto que para efeitos de propaganda se distribuem rebuçados às crianças.

Mas a natureza da opressão continua a mesma.

As leis do governo continuam a mandar-nos prender e a vender-nos para as minas da África do Sul. Quem ganha são os donos das minas de ouro, quem perde a vida, quem regressa tuberculoso, sem um braço ou uma perna, somos nós.

São as leis do governo quem nos obriga a cultivar o algodão e a vendê-lo às companhias. Quem ganha são as companhias, mas somos nós quem nunca tem roupa para se vestir apesar de ter produzido o algodão.

As leis do governo entregam-nos como máquina de trabalho às companhias de açúcar, às companhias de chá. As companhias ganham muitos e muitos milhares de contos, mas nas nossas casas, de manhã nós e as nossas famílias não temos chá nem açúcar.

É a administração que nos prende se recusamos cumprir a vontade da companhia, é ela que nos força a irmos trabalhar nas machambas, nas minas e nas fábricas.

São os nossos impostos quem paga o vencimento dessa administração que nos oprime, são os nossos impostos quem paga a polícia que nos prende quando

desobedecemos à companhia, são os nossos impostos quem paga o exército que nos massacra se nos revoltamos contra a opressão.

Somos nós e o nosso trabalho quem paga tudo, mas quem é servido e obedecido são os que exploram.

Os burgueses e os colonialistas dizem que os tribunais são imparciais e fazem justiça. A propaganda diz que a justiça é cega para não distinguir entre o rico ou o pobre, o grande senhor ou o pequeno trabalhador e assim dizer a verdade, dar o prémio ao justo, castigar o culpado.

Dizem isso é certo. Mas nunca ninguém ouviu dizer que os tribunais da burguesia e do colonialismo mandaram devolver a terra aos camponeses que foram espoliados. Hoje, como acontece para a barragem de Cabora Bassa -em que 25 000 pessoas foram espoliadas das suas terras e expulsas, nenhum tribunal nos dá razão. Ninguém ouviu dizer que o tribunal condenou a PIDE por assassinar e torturar pessoas ou por ter pessoas meses e anos na cadeia sem serem julgadas. Os tribunais condenam os que lutam pelo Povo e aprovam, apoiam e elogiam os que massacram o Povo.

Estes exemplos muito concretos que toda a gente conhece, que cada um de nós verificou diariamente na sua vida, mostram muito claramente para que serve o poder dos colonialistas e capitalistas, quem é que dele beneficia.

Quando o poder está na mão dos exploradores, ele serve os exploradores e Impõe a ditadura dos exploradores.

Na sociedade dos exploradores, para se exercer o poder é necessário pertencer ao grupo explorador, dedicar-se de corpo e espírito ao serviço dos exploradores.

Na sociedade tradicional não é qualquer pessoa que pode ser régulo. Para se ser régulo deve-se pertencer à camada feudal, ser da família do chefe, isto é, ser seu filho ou seu sobrinho. Quem designa o novo régulo ou é o régulo anterior ou um órgão composto por feudais.

Da mesma maneira se passa na sociedade burguesa, onde o poder pertence às companhias, aos grandes capitalistas e é exercido pelos servidores fiéis do capital.

Toda a gente sabe que um Governador-Geral ou Ministro, além de se enriquecer durante o seu mandato, quando é substituído encontra imediatamente uma alta posição nos bancos e companhias. Deputados, governadores, ministros, saem das companhias e dos bancos para o governo, do governo para as companhias e para os bancos.

Por exemplo, Pimentel dos Santos que agora é governador de Moçambique, até â sua nomeação em Outubro de 1971, entre os seus diversos cargos, tinha o de Presidente do Conselho de Administração da Companhia Mineira do Lobito. Ê claro que apesar de governador ele continua ligado à sua companhia e servindo-a. Assim, em Setembro de 1972, a sua companhia, em associação com a Betlehem Steel dos Estados Unidos e a Companhia de Urânio de Moçambique, recebeu em concessão para a prospecção e exploração de minérios uma área de dezenas de milhares de quilómetros quadrados, compreendidas entre Cioco e Changara na Província de Tete. Podemos repetir o mesmo exemplo com cada um dos ministros, governadores, deputados, etc....

No quadro de uma sociedade colonial como aquela que existe e
m
Moçambique controlada pelo colonialismo, além das «qualidades» exigid
as pela sociedade burguesa normal, requere-se que o indivíduo pertença à raça colonizadora ou ao menos se encontre totalmente submetido ao colonizador,. transformando-se então em verdadeiro fantoche.

Estes factos conhecidos de todos, mostram-nos claramente que o Poder, o Estado, não são instrumentos técnicos e neutros, mas sim armas utilizadas pelas classes exploradoras contra as massas exploradas.

A opressão que existe não é porque o chefe de posto, administrador ou governador são maus, têm mau coração ou se enchem de satisfação ao explorar-nos.

Duma maneira geral, individualmente, humanamente, eles não são nem melhores nem piores que qualquer outra pessoa, de qualquer outra raça.

Eles são aquilo que são em virtude da posição que ocupam.

Se por acaso surge um administrador ou chefe de posto que sinta a sua consciência torturada pelos crimes que é forçado a praticar, se ele ousa opor-se àquilo que é a sua tarefa) ele é imediatamente afastado, substituído, punido.

E por isso que afirmamos sempre lutar contra um sistema e não contra pessoas individualmente.

A prática do colonialismo português e da guerra de agressão em nada foram alteradas pelas melhores ou piores qualidades humanas de Marcelo Caetano, quando este substituiu Salazar, da mesma maneira que a prática criminosa e assassina da PIDE persiste sob o novo nome de DGS.

A existência de classes exploradoras, brancas ou negras ou de qualquer outra cor, produz um Poder e um Estado exploradores.

Por isso nós dizemos sempre que lutamos contra a exploração do Homem pelo Homem, de que o colonialismo português é hoje a principal expressão no nosso pais. Por outras palavras, isto significa que o nosso objectivo é derrubar o Poder das classes exploradoras em Moçambique representadas principalmente pelas burguesias coloniais e imperialistas, destruir o Estado Colonial, forma essencial da dominação colonialista e imperialista na nossa Pátria.

É necessário conhecer claramente estes pontos. Há nacionalistas, uns ingenuamente por não possuírem uma consciência de classe desenvolvida, outros porque estão comprometidos com a exploração, que pensam que o objectivo da nossa luta deveria ser a de instalar um Poder negro, em vez dum Poder branco, nomear ou eleger africanos para os diferentes postos políticos, administrativos, económicos e outros, que são hoje ocupados por brancos. Os primeiros, quando engajados na prática, compreendem e aceitam a necessidade da destruição do Estado explorador, enquanto os últimos, identificando-se ao sistema, recusam a destruição do Estado explorador. Em resumo, para estes nacionalistas, a quem o Poder colonial, porque estrangeiro, não dá inteira satisfação, o objectivo final da luta seria na realidade o de «africanizar» a exploração. É por isso que eles recusam a nossa ideologia revolucionária — como recusam sobretudo as transformações da mentalidade e comportamento que exigimos, que pretendem não ter importância para o combate contra o colonialismo.

Esta posição é uma posição reaccionária que põe em causa a natureza e o objectivo da luta.

A nossa luta, para eles, deveria ser uma luta entre o Poder negro e o Poder branco, quando para nós a luta é entre o Poder dos exploradores e o Poder Popular.

Vimos já que num Estado explorador toda a máquina do Poder, as suas leis, a sua administração, tribunais, polícia, exército, têm o objectivo único de manter a exploração, servir os exploradores.

O Estado, o Poder, as leis, não são técnicas ou instrumentos neutros que podem igualmente ser utilizados pelo inimigo e por nós. Por isso a questão decisiva não é a de substituir o pessoal europeu pelo pessoal africano.

Da mesma maneira que os colonialistas têm o seu modo de combater e nós temos o nosso, eles têm a sua ciência militar e nós a nossa, assim nós temos o nosso poder, e eles têm o deles. Há um antagonismo entre, nós e eles sobre a origem, natureza, métodos e objectivos do Poder.

Não podemos fundar um Estado popular, com as suas leis e sua máquina administrativa, a partir dum Estado cujas leis, cuja máquina administrativa foi inteiramente concebida pelos exploradores para os servir.

Não é governando com um Estado concebido para oprimir as massas que se pode servir as massas.

«Africanizar» o poder colonial e capitalista retira o sentido à nossa luta. Para que serviria a luta se continuássemos submetidos ao trabalho forçado, às companhias, às minas, mesmo se tudo estiver cheio de gerentes e capatazes africanos? Para quê o sacrifício se continuarmos a ser obrigados a vender o gado e o algodão, em feiras que só beneficiam os comerciantes, mesmo se estes forem africanos? Qual a razão de ser de tanto sangue, se no fim continuássemos submetidos a um Estado que, mesmo se governado por moçambicanos, só serve os ricos e os poderosos? Como manter uma polícia que prende e tortura os trabalhadores, guardar um exército que dispara contra o Povo, mesmo se todos os generais forem pretos?

Um Estado de ricos e poderosos em que uma minoria decide e impõe a sua vontade, quer a aceitemos ou não, quer compreendamos ou não, é a continuação sob novas formas da situação contra a qual lutamos.

A questão do poder popular é a questão essencial da nossa Revolução.

E neste quadro que se torna absurdo falar de autonomia, ou conceber uma independência que nos seja oferecida por Caetano ou sucessores.

As massas populares compreenderam, o seu instinto de classe fez-lhes compreender esta questão: a Independência, a autonomia, concebidas pelo Imperialismo, pelo colonialismo, são tácticas destinadas a manterem tudo como antes, a manterem a exploração.

Foi por isso, porque assumiram a defesa do seu poder, que as massas aceitam os sacrifícios mais heróicos para estender a luta e consolidar as zonas libertadas. Todas as ofensivas do inimigo, por mais furiosas e violentas, têm-se quebrado diante desta intransigência firme das massas em defenderem o seu poder.

Quando no nosso seio, entre 1967 e 1969, o grupo de novos exploradores tinha conseguido em grande medida paralizar a direcção e começar a desviar o sentido da nossa luta para implantar de novo uma ditadura de exploradores, foi o povo, o instinto de classe das nossas massas laboriosas que assumindo o perigo que corríamos, deu às forças revolucionárias no seio da direcção o ajioio decisivo que nos conduziu à vitória.

O nosso Poder representa os interesses do nosso povo trabalhador, exprime a nossa vontade de expulsar o colonialismo e o imperialismo e criar uma sociedade nova sem exploração. O nosso poder é a expressão revolucionária da aliança que, defendendo os interesses da nossa classe camponesa e operária, une todas as camadas e grupos sociais, animados de espírito patriótico e democrático: operários, camponeses, trabalhadores das plantações e das serrações, das Concessões, trabalhadores das minas e caminhos de ferro, dos portos e indústrias, motoristas e mecânicos, intelectuais, técnicos e funcionários, estudantes e empregados, pequenos e médios comerciantes, etc... O poder que está a nascer traduz esta nova relação de forças que surge no nosso País, favorável à aliança popular. A antiga ditadura da minoria exploradora sobre o povo substitui-se o poder do povo, que se

impõe a todas as forças colonialistas e classes reaccionárias, o Poder da maioria esmagadora que submete a ínfima minoria e destrói a exploração.

O nosso Poder é diferente na forma e no conteúdo de tudo o que existiu no passado no nosso País.

O Poder pertence ao povo, é exercido pêlos seus autênticos representantes, para servir os interesses do povo.

Na reunião de Maio de 1970, o Comité Central da FRELIMO num documento em que se define as qualidades de um membro do Comité Central afirma: «é entre os militantes que realizam de uma maneira mais saliente estas qualidades de militante, que se deve escolher os membros que devem dirigir a organização e em particular os membros do Comité Central. O membro do Comité Central deve vir das fileiras da luta. O membro do Comité Central deve distinguir-se pela sua devoção à luta de libertação nacional, pelo abandono de si próprio para entregar-se à luta e para servir os interesses do Povo».

O mesmo documento, ao expor as qualidades exigidas do militante da FRELIMO, sublinha:

«E um servidor das massas e sacrifica-se pela maioria».

Quer isto dizer que, enquanto na outra zona, na zona dos exploradores, se exige do dirigente ser um servidor dos exploradores, saído das suas fileiras, na nossa zona o dirigente sai das massas, das fileiras da luta, e *é* um servidor das massas que está pronto a sacrificar tudo, incluindo a própria vida, em benefício da maioria, na defesa da maioria.

A maioria somos nós, nós camponeses, nós operários, nós trabalhadores nascidos do povo explorado, dominado, e que temos o objectivo de nos libertarmos, de construir a nova sociedade, a sociedade que corresponde aos nossos Interesses.

A nossa luta já instalou o nosso poder em vastas regiões da nossa Pátria. Nessas regiões são os nossos interesses que comandam. A linha política da FRELIMO que exprime esses interesses aplica-se diariamente em todos os sectores de trabalho para beneficiar a maioria. A linha política da FRELIMO que orienta o nosso poder transforma diariamente as relações sociais, as relações entre

os homens, ela transforma a sociedade. A nossa linha transforma a natureza, põe os recursos da nossa terra à disposição da maioria, mobiliza as leis da natureza para beneficiar as largas massas.

A partir do momento em que o nosso poder se exerceu na educação, definimos que a tarefa desta era de educar o homem para vencer a guerra, construir uma sociedade nova e desenvolver a Pátria.

O nosso ensino destina-se a pôr a ciência ao serviço do povo e da revolução, a fazer dos alunos, estudantes e intelectuais, trabalhadores ao serviço dos outros trabalhadores.

Quando tomámos o poder na frente da saúde, dissemos que no trabalho hospitalar devemos materializar o princípio que a revolução liberta o povo.
Não queremos hospitais para ricos onde trabalham grandes técnicos que são ricos e servem os ricos. Poucos nos importa o luxo dos hospitais burgueses e colonialistas, o que nos interessa é fazer do nosso hospital uma base, um destacamento operacional de luta contra a doença física e também a doença que mina o espírito, a superstição, a ignorância, o tribalismo, o espírito burguês.

Em Cabo Delgado, em Niassa, em Tete, em Manica e Sofala, as companhias, os ricos proprietários abandonam as nossas zonas e fogem.

Assim o nosso poder instala-se na produção. Já não são as companhias e os ricos que definem os objectivos da produção e do trabalho e beneficiam do nosso esforço.

Hoje, porque temos o Poder, a produção liberta o homem, dá-lhe a sua identidade de transformador da natureza e da sociedade. Produzimos para aprender e aprendemos para produzir e lutar melhor, produzimos para satisfazer as nossas necessidades, para alimentar as nossas crianças e famílias, vivermos melhor.

O nosso Poder cria a produção colectiva ao serviço do Povo e da Revolução, destrói a produção exploradora, transforma os produtores individualistas em produtores integrados na colectividade. A produção em vez de dividir os homens em explorados e exploradores une-os agora todos, faz de todos servidores do Povo, desenvolvendo o bem estar do Povo.

Nas zonas livres o Estado colonial e burguês foi destruído, as estruturas feudais desapareceram. Surge um novo Poder que é democrático que é nosso.

Os elementos que exercem o Poder gozam realmente da confiança das massas pois cresceram politicamente no seio da luta das massas. Eles discutem continuamente com as massas. As novas orientações, as novas directrizes, vêm da discussão e da experiência prática das massas, são assumidas pelas massas para serem aplicadas.

Do Círculo à Localidade, do Distrito à Província e à Nação, pela primeira vez na nossa História, o Povo tem um poder que é seu, que não sente como coisa estranha que o submete.

Poder que pertence à maioria explorada e que impõe *a.* vontade desta a toda a Nação, assim é o nosso Poder.

2. ORGANIZAR A VIDA DEMOCRÁTICA

O exercício do Poder, a sua forma e os seus métodos, devem corresponder ao seu conteúdo.

Mas acontece muitas vezes que o conteúdo novo seja ainda guardado nas garrafas velhas, isto é, exprime-se pela forma antiga.

O nosso Estatuto ao definir os métodos de trabalho na FRELIMO — capítulo VII, alínea a) e seguintes — expressamente estabelece uma série de pontos que podem ser resumidos nas fórmulas seguintes: livre discussão, submissão da minoria à maioria, responsabilidade colectiva, crítica e autocrítica do trabalho e do comportamento.

O nosso Estatuto, o conteúdo da nossa acção, exigem uma democracia real, uma verdadeira liberdade de expressão de opinião, uma discussão profunda acerca das decisões que tomamos.

Por isso na nossa vida damos tanta importância às reuniões com as massas e com os combatentes. São as reuniões que permitem auscultar o verdadeiro

sentimento e consciência da base, detectar as contradições, explicar e fazer assumir a linha e as orientações concretas para cada situação específica.

As nossas decisões devem sempre ser democráticas no conteúdo e na forma. No conteúdo quer dizer que elas correspondem aos interesses reais das largas massas. Na forma significa que as largas massas devem participar na elaboração da decisão, senti-la como delas e não imposta de cima para baixo.

E: evidente que há situações concretas, de emergência, em que o responsável tem que assumir a tarefa de decidir só sem consultar ninguém. Numa emboscada o comandante não vai reunir os combatentes para que estes votem o momento em que se abre o fogo, se dá o assalto ou ordem de recuo.

Mas em contrapartida, quanto mais e melhor antes da batalha o responsável discutiu com os combatentes, lhes fez assumir o sentido e objectivo da batalha em que se engajam, as dificuldades e a táctica a seguir, tanto mais estes estarão disciplinados na linha do fogo, mais prontos estarão para o sacrifício, porque a vitória depende dum bom combate que resulta do comando que libertou a iniciativa da base.

Pode acontecer por vezes que no curso da discussão um companheiro ou se exprima mal, ou mesmo exponha uma ideia errada. A nossa tendência pode ser então a de o mandar calar, na base da nossa autoridade. O resultado é negativo: primeiro porque esse orador sentir-se-á incompreendido e persistirá na sua ideia errada indo até murmurar fora da reunião. Segundo, e mais importante ainda, para se combater uma ideia errada é necessário que todos, ou a larga maioria, compreendam como e porque a ideia é errada.

A democracia no seio do Partido é uma condição indispensável para que todos e cada um se sintam engajados e responsáveis da situação, pois que a criação e desenvolvimento da situação sempre foram associados.

É certo que nas estruturas temos escalões diferentes. Na prática o tipo e natureza de cada discussão variam em função do escalão em que a discussão se estabelece, o que é normal. Mas o princípio de discutir e elaborar a decisão em conjunto deve sempre ser mantido.

A decisão burocrática, isto é, a decisão tomada pura e simplesmente pelo chefe ou direcção sem que haja um debate e explicação com as massas, embora possa ter um conteúdo excelente — o que é difícil — não mobiliza as massas, que em última análise são quem a deve assumir, pôr em aplicação e defender.

A decisão burocrática arrisca-se, embora tendo um bom conteúdo, a não corresponder ao nível de compreensão das massas, por outras palavras, ser Irrealista e criar uma contradição que teria sido evitada se uma discussão tivesse tido lugar.

A discussão democrática exige uma preparação rigorosa. Antes da discussão devemos proceder a uma investigação cuidadosa do assunto ou assuntos a debater, detectar o sentido geral da questão, estarmos claros sobre a linha do partido na matéria.

Assim preparados estamos em condições de orientar a discussão e formular as orientações correctas, as palavras de ordem exactas.

Devemos sempre considerar que, se uma orientação em si é correcta, muitas vezes se tentamos impô-la pode ser negativa por não corresponder à compreensão das massas. Em particular, as orientações que contrariam as tradições devem ser introduzidas progressivamente, depois de uma mobilização profunda que toque em especial o sector ou sectores que são mais vítimas dessa tradição.

Ao orientarmos uma discussão devemos utilizar a táctica de unir os sectores conscientes, isolar as forças recalcitrantes, ganhar ao ponto de vista justo a maioria hesitante.

Por isso nas discussões não podemos ser abstractos, temos que tocar os pontos concretos, raspar as crostas para que sangrem as feridas e assim todos sintam realmente a necessidade da resolução do problema.

Preparar pois a discussão como quem prepara um combate: fazer um reconhecimento estratégico e táctico dos pontos a discutir, conhecer os pontos fracos e fortes nossos e daquilo que queremos combater, organizar e dispor correctamente as nossas ideias, conhecermos como avançar e como recuar se necessário.

Para levarmos a cabo a ofensiva de democratização dos nossos métodos de trabalho, devemos dar uma importância à democracia política, económica e militar no nosso seio.

Ao trabalharmos devemos sempre ter em mente que o Poder pertence ao Povo e somos todos igualmente oprimidos e humilhados, vendidos e explorados, massacrados, que somos irmãos da mesma classe com uma mesma missão: servir o Povo. Ê esta a base da nossa unidade, o ponto de partida da nossa democracia.

A democracia política é fundada na discussão colectiva, na resolução colectiva dos nossos problemas. Todos e cada um são chamados a exprimirem os seus pontos de vista sobre como melhor servir o Povo em cada situação concreta. Todos e cada um são responsáveis pela vida da Organização, pelo desenvolvimento e consolidação da luta e Revolução. Todos e cada um têm o dever de desenvolver criadoramente a nossa linha, sintetizando as nossas experiências ricas, adquiridas no combate político e armado contra o inimigo, na transformação da sociedade, na mobilização das leis da natureza a favor do progresso colectivo.

Os erros cometidos, individuais ou colectivos, as violações da nossa linha e da nossa disciplina devem servir-nos para nos educar. As lições tiradas dos erros devem ser discutidas pelas massas para que elas adquiram a nova experiência. As violações da linha e as agressões contra a nossa disciplina devem ser objecto de discussão e crítica pública das massas. Fazendo assim, por um lado utilizamos os erros para aprofundar a nossa consciência política, e por outro lado entregamos às massas a defesa da linha e da disciplina, que é a sua propriedade.

A tendência de certos camaradas de esconder perante as massas os erros cometidos especialmente por responsáveis, reflecte falta de democracia política e falta de confiança nas massas.

O poder pertence ao Povo trabalhador. A linha política exprime os interesses das massas laboriosas e a disciplina é a sentinela que defende a linha. Assim é evidente que a defesa da linha e da disciplina compete primeiramente às massas populares, essa defesa é a defesa da sua vida.

Confiar às massas a tarefa de criticar os erros, os desvios e agressões contra a linha e a disciplina é afirmar também que os erros, os desvios e agressões, os crimes, são antes de tudo actos políticos que reflectem ou insuficiências na compreensão da linha ou oposição à linha. Neste quadro a denúncia e crítica públicas constituem lições políticas que nos educam e educam também aquele que violou a linha.

ï! por esta razão que nos opomos de maneira geral aos julgamentos secretos ou à preocupação imediata com a elaboração de códigos penais e disciplinares. O julgamento secreto quando introduzido como sistema impede as massas de exercerem o seu Poder e abre O! caminho para abusos eventuais. Os códigos por seu lado tendem a congelar a evolução dinâmica e o processo de transformação constante em que nos engajamos, podem por isso facilmente despolitizar e burocratizar a justiça.

A democracia militar é assegurada pela participação de todos na sintetização das nossas experiências de combate, no estudo colectivo do conjunto do nosso país e do inimigo, nas lições tiradas em comum sobre cada acção, na discussão constante sobre os métodos para estendermos a luta armada a novas zonas e consolidar a nossa rectaguarda.

A democracia económica insere-se directamente no nosso combate pela liquidação do sistema de exploração do homem.

Asseguramos a democracia económica abolindo primeiramente o poder das -companhias e das classes exploradoras coloniais-capitalistas, ou tradicionais-feudais. Impedindo que estas classes explorem os trabalhadores, criamos as bases da democracia económica.

O nosso trabalho de mobilização e organização das massas na transformação da produção individual ou familiar em produção colectiva consolida o processo da democracia económica. Com efeito, agindo assim impedimos que a produção individual ou familiar degenere em propriedade exploradora originando classes de novos exploradores. Simultaneamente tornamos concreto o princípio justo de que todas as riquezas do nosso país e o nosso esforço pertencem à colectividade ,

servem a colectividade e destinam-se a desenvolver e melhorar as condições de vida e o bem estar do Povo.

Neste quadro, o trabalho, a participação na produção não só é um dever como também um direito de todos e cada um.

Para a Revolução não há desempregados, inúteis ou inválidos, talentos que não possam ser utilizados. Todos têm o dever e o direito de participarem na luta colectiva pela transformação da sociedade e pela utilização dos recursos da natureza em proveito da colectividade. A participação na produção une-nos à nossa classe, e a recusa de participação na produção exprime uma oposição à nossa linha e um apoio aos exploradores.

A discussão colectiva sobre os métodos de aumentar, diversificar é melhorar a nossa produção, a síntese constante e colectiva das nossas experiências positivas e negativas, a decisão tomada em comum sobre o método de repartição dos frutos da produção tendo em conta as necessidades quer da guerra, quer da elevação do nível de vida das largas massas, garantem o desenvolvimento da democracia económica.

Dentro deste quadro compreendemos que manifestações de preguiça no nosso seio, a falta de respeito pêlos bens do Povo e da Organização, constituem atentados graves contra a nossa linha política de democracia económica, expressões dum espírito de parasita, espírito de explorador.

O processo e a experiência da democracia é novo no nosso país. O nosso Povo, porque sempre viveu sujeito à dominação das diversas classes exploradoras, nunca conheceu a democracia real.

A revolução trouxe a democracia, ela afirma-se já a diversos níveis: político, económico, militar. Ela é exercida ainda no quadro das estruturas da Organização. Importa na fase presente alargarmos o campo da sua aplicação, materializando assim ainda mais o princípio de que o Poder pertence às massas trabalhadoras.

Dentro deste quadro, uma necessidade importante, que corresponde à consolidação do Poder nas zonas libertadas, é a de progressivamente, começando dos escalões inferiores, ir generalizando o sistema de eleições para a designação

dos responsáveis civis da população, por outras palavras, criarmos verdadeiras estruturas democráticas de base do Poder administrativo.

É evidente que as eleições não podem ser anárquicas, mas têm de ser orientadas de maneira a que a escolha das massas recaia nos elementos que assumiram na ideia e comportamento a linha do Partido, possuam capacidade de iniciativa e de organização.

Importa por isso exercer uma grande vigilância para impedir que sejam eleitos elementos com tendências exploradoras, embora gozando de popularidade — por razões subjectivas ou acções demagógicas.

Velhos e jovens, homens e mulheres, igualmente devem participar na escolha e devem aparecer no exercício das responsabilidades lutando contra a tendência arcaica de discriminar a mulher e os jovens.

Devemos compreender que na medida em que a revolução se desenvolve e se consolida e a vida se reorganiza, uma divisão de tarefas cada vez mais nítida se estabelece entre a organização política, a administração e as estruturas militares.

A associação cada vez maior de representantes eleitos das populações às tarefas de administração das mesmas, fomenta a iniciativa das massas e habitua as massas à vida democrática, cria um sentido de responsabilidade colectiva, leva as massas a exercerem o poder.

Em definitivo, na fase final, a tarefa do Partido político é dirigir, organizar, orientar e educar as massas; a tarefa das estruturas administrativas é pôr em prática as decisões nos diferentes campos da vida económica e social, enquanto que a tarefa da estrutura militar é apoiar as massas e protegê-las, expulsar o inimigo da Pátria, defender a Pátria e participar activamente na sua reconstrução.

O Partido dirige e orienta a reorganização da vida das massas e a reconstrução nacional, como orienta e dirige o exército, definindo-lhe os alvos, educando a consciência. O exército cria as condições para libertar o Povo e a terra. A administração, ela põe em aplicação as directrizes sobre a reconstrução nacional.

Na fase actual em que aumentam e se diversificam as tarefas da administração, importa progressivamente irmos democratizando os métodos do trabalho e de designação de responsáveis.

Os nossos métodos de trabalho não são secundários, pois que são eles quem materializa a aplicação das decisões.

Para um órgão de direcção trabalhar com as massas necessita que esteja unido.

Quando existem contradições num órgão de direcção nasce o boato, a intriga e a calúnia. Cada facção procurará mobilizar apoio para a sua corrente, dividindo as massas. Quando estamos desunidos, dividimos as massas e os combatentes, conduzimos a base a perder confiança na direcção, a desmobilizar-se e tornar-se inactiva, abrimos brechas por onde o inimigo penetra. Finalmente dividimos os nossos amigos.

Para estarmos unidos e unirmos as massas, devemo-nos conhecer bem.

Conhecermo-nos bem é sabermos que estamos correctos na ideia e no comportamento, e quando há algo de incorrecto, estarmos prontos a assumir a responsabilidade, submetendo-nos à crítica e auto-crítica.

A unidade no seio da direcção, à volta da linha correcta seja a que escalão for, é a força motriz do sector e condição para o sucesso da tarefa.

Da mesma maneira que uma pessoa se deve alimentar diariamente a fim de que o seu corpo se encontre em condições propícias para aguentar as tarefas e dificuldades, assim também a unidade se alimenta diariamente.

A vida colectiva, o trabalho colectivo, o estudo em conjunto, a crítica e auto-crítica, a ajuda mútua, são alimentos, os sais e vitaminas da unidade.

Os membros da direcção não devem ter vidas separadas uns dos outros, cada um ter uma vida própria e só se juntarem no momento em que há reuniões. Os membros duma direcção, tendo em conta é claro as tarefas de cada um e as deslocações necessárias, devem esforçar-se por viverem juntos, conhecendo-se assim melhor no quotidiano, apreendendo as deficiências de cada um, para melhor se corrigirem mutuamente. Trabalharem juntos, produzirem juntos, suarem juntos, juntos sofrerem os rigores da marcha, juntos superarem as dificuldades do inimigo, da natureza, cria laços fortes de amizade e respeito mútuo. O que nos liga não são palavras, mas muitas acções que vivemos juntos servindo o Povo, liga-nos uma unidade irrigada pelo suor e sofrimento, fertilizada pelo sangue.

Assim, quando sentimos que um companheiro está atrasado, vamo-nos esforçar por fazê-lo avançar.

Temos que compreender que a ignorância de um é um ponto fraco colectivo e afecta o trabalho de todos.

Como podemos aceitar por exemplo, que o nosso companheiro continue analfabeto, sem falar português? Será necessário, para alfabetizarmos esse camarada, para lhe ensinarmos português, que se reuna o Comité Central e vote uma resolução sobre isso?

O ponto fraco de um nunca pode servir de ponto forte para ninguém, o ponto fraco de um, o erro de um dificulta o trabalho de todos, prejudica a nossa tarefa, enfraquece *a* colectividade.

A nossa preocupação é de avançar como as vagas do mar, avançar em conjunto, não deixar outros atrasados e ignorantes cometendo erros.

Organizar o estudo político, científico e literário para em conjunto assumirmos a situação e dispormos da técnica capaz de nos ajudar a superar as dificuldades.

Utilizar com frequência a crítica e auto-crítica, tanto para rectificar os métodos de trabalho, como para corrigir os erros e desvios individuais.

Mas não fazer da crítica e auto-crítica uma rotina religiosa, uma espécie de confessionário em que dizemos os pecados, somos absolvidos, recebemos uma penitência e preparamo-nos para repetir as mesmas situações.

Combatermos energicamente o espirito de vitória, a auto-satisfação. Nada mais ridículo e falso do que ouvir um camarada dizer que «tudo está bem, a situação é boa».

Afirmações como esta mostram auto-satisfação e rotina, como demonstram falta de análise, incapacidade para detectar as deficiências e organizar o combate contra elas.

A falta de análise e estudo conduz à ignorância dos problemas e à hesitação perante as situações concretas, e um vacilante não pode ter autoridade perante as massas.

Um elemento não é responsável, não é dirigente, apenas porque foi eleito ou designado para executar uma tarefa.

A verdadeira autoridade que faz um dirigente, é a autoridade política.

Quando um dirigente não possui a confiança dos seus companheiros e as massas, ou tendo-a possuído perdeu-a, cai na autoridade administrativa, no autoritarismo.

Possuir autoridade política é primeiramente demonstrar, pelo comportamento e ideias, que se assumiu a linha do partido e se vive essa linha continuamente.

O dirigente é em todo o momento o representante, o defensor e o exemplo da linha política da FRELJMO.

Se surge uma contradição entre a linha e o comportamento do dirigente, este não se encontra em condições de perante as massas representar, defender e mostrar o que é a linha.

Costumamos dizer duma maneira vulgar, que aquele que tem bife na boca não pode falar.

Por outras palavras, um responsável que é indisciplinado, por muito que fale de disciplina, só explicará na realidade a indisciplina e com a sua indisciplina vai fomentar liberalismo e anarquia.

Um responsável que desvia bens do Partido para satisfazer os seus interesses e vícios poderá fazer mil discursos sobre a importância de respeitar os bens do Partido e do Povo, o preço do sangue com que esse material foi adquirido. Na realidade ele só pode ensinar corrupção às pessoas, e estas lutarão entre si para ver quem mais e melhor se beneficia dos bens do Partido, quem mais e melhor explorará a seu favor o sangue e suor do Povo.

Um responsável que recuse ter calos nas mãos poderá fazer centenas de reuniões sobre a produção, mas isso não levará ninguém a produzir e não organizará uma só cooperativa.

Um responsável que fale de produção colectiva e queira manter a sua machamba e o seu gado, continuará a ensinar que devemos persistir na propriedade privada.

Um responsável que organiza o combate contra as tradições que oprimem a mulher e é o primeiro a aceitar que os filhos e filhas sejam submetidos aos ritos de iniciação, na realidade mobiliza as massas para continuarem mergulhadas nas tradições reaccionárias.

Um responsável que vem explicar o valor da higiene e saúde e é incapaz de cavar uma só latrina, de limpar a sua casa e libertá-la de moscas e mosquitos, que não ferve a água de beber, que continua a recorrer a curandeiros e feiticeiros, conduz pelo seu exemplo o Povo a fazer o mesmo.

Em resumo, as massas dirão sempre: ele diz palavras porque lhe deram ordem de dizer essas palavras, mas essas palavras são vazias como o vento, deixa passar e tudo continuará como antes.

O resultado é que o responsável, pelo seu comportamento, cria o caos, e temendo a censura dos seus superiores, temendo ser afastado do seu posto que rodeou de privilégios, vai impor uma ditadura às massas para criar uma fachada de coisas bonitas quando tudo está em ruínas.

Em vez de discutir e convencer, berrará ordens, dará punições, e ao mesmo tempo, porque com a sua vida cria compromissos, não pode punir os seus cúmplices, criando uni sentimento geral de injustiça, não pode punir os que conhecem os seus pontos fracos criando liberalismo.

Este responsável cria todas as condições favoráveis para fomentar contradições nas massas, divisões, abre as portas e janelas aos boatos e intrigas, em resumo, instala uma base inimiga onde deveria ser um centro difusor da vida da FRELIMO.

A autoridade política exige do responsável uma alta disciplina, isto é, que as suas ideias, vontade e comportamento se identifiquem totalmente com a linha da FRELIMO e as decisões dos órgãos competentes. A autoridade política requer ainda competência, vontade de aprender, capacidade em reconhecer as próprias limitações e decisão em combatê-las.

Um incompetente não está em condições de dirigir e organizar. Para manter a sua posição imporá decisões, e como estas terão de ser erradas, ele impedirá a discussão e a crítica. Ao mesmo tempo ele oprimirá todos aqueles em quem sente

qualidades superiores, porque conhecendo apenas a sua ambição, ignorando as necessidades do conjunto, ele vê na competência dos outros «concorrência».

Quanto mais competente é um elemento, mais vontade de aprender dos outros ele tem, melhor reconhecerá as suas limitações e lutará contra elas. Por isso fomentará sempre um espírito colectivo, a discussão, estimulará a iniciativa dos seus subordinados e combaterá o burocratismo que dificulta e trava o progresso.

Um dirigente deve possuir a visão do conjunto, a única que lhe permite compreender como a sua tarefa ou sector de actividade se integra no processo geral da luta. Assim poderá definir os objectivos e prioridades do seu trabalho a curto, médio e longo termo.

É estabelecendo as prioridades correctamente que se pode planificar o trabalho. Planificar significa organizar a tempo os recursos materiais e humanos, criar as condições políticas e materiais para se atingirem os objectivos programados dentro do período determinado, estabelecer a estratégia e a táctica adequadas para utilização mais eficiente dos recursos de maneira a cumprir-se correctamente o[1] plano.

Um aspecto final que é exigido do dirigente é a preocupação constante pela melhoria das condições de vida das massas e combatentes. A Revolução destina-se a criar melhores condições de vida.

Isso implica as transformações materiais que fornecem a base objectiva da elevação do nível de vida. Esta acção requer também uma acção de explicação e educação para que por um lado se compreenda a necessidade da transformação e por outro se compreenda como beneficiar da transformação e como a utilizar.

Assim, por exemplo, não basta criar-se uma horta, é necessário ainda que as pessoas compreendam o beneficio que lhes traz o consumo da salada e como a consumir. Não é suficiente cavarem-se latrinas numa povoação ou base: é indispensável explicar-se qual a sua necessidade e como as utilizar.

Em última análise, um responsável, uma direcção, exprimem a nossa linha.

Assim a sua qualidade central é a defesa da linha, a preocupação pela vida da Organização política, pela vida das massas e combatentes.

É este o critério supremo para apreciarmos os méritos do nosso trabalho, a pedra de toque para distinguirmos a direcção correcta e eficaz da direcção incompetente e errada.

Na zona colonialista e capitalista a direcção é julgada em função dos benefícios que a sua actividade traz para as classes exploradoras e a sua capacidade em impedir e reprimir o movimento reivindicativo das massas.

Porque o nosso objectivo é servir o Povo e o Poder pertence ao Povo, o nosso critério são as transformações operadas no seio da sociedade e a utilização dos recursos da natureza em benefício das largas massas.

3. CENTROS DIFUSORES DA LINHA

Um centro nosso, educacional ou sanitário, um infantário ou posto comercial, uma cooperativa ou destacamento, uma base ou um distrito, para além da sua tarefa específica, tem a missão fundamental de ser um centro difusor da nossa linha e da nova vida, um modelo da nova sociedade em construção e das novas relações sociais entre os homens.

Como uma lanterna na noite escura nos indica o caminho a seguir, os nossos centros mostram às massas o processo de construção da nova sociedade. Isto implica que os centros apareçam como agentes dinâmicos na transformação da mentalidade do homem, e forças motrizes na mobilização das leis e recursos da natureza para elevar o nível de vida das massas.

No processo de transformação do homem e da sociedade encontramos numerosos obstáculos.

Compete-nos transformar a massa enorme, diversa e rica, que do Rovuma ao Maputo e dos confins de Tete ao Oceano Indico, constitui o nosso Povo. Há velhos incrustados em tradições arcaicas e jovens deformados pêlos falsos valores do colonialismo e capitalismo. Temos mulheres a quem durante milénios a sociedade oprimiu asfixiando a iniciativa. Vêm para as nossas fileiras advogados e engenheiros, sociólogos e economistas, técnicos e intelectuais, frequentemente

endoutrinados pela burguesia para desprezarem o trabalho manual e se conceberem como uma elite dirigente que nada tem a aprender. Mas encontramos também camponeses analfabetos com uma experiência do mundo limitada aos horizontes da sua povoação, a quem a dominação colonial inculca a ideia de que constituem uma massa ignorante e bruta incapaz de raciocinar ou possuir iniciativa. Das fábricas e das minas, das serrações e das plantações, dos transportes chega-nos uma classe operária embrionária, com uma consciência de classe fraca e ainda incapaz de assumir o seu papel dirigente no processo de transformação da sociedade. Das administrações e escritórios, das casas comerciais e bancárias vêm a nós funcionários e empregados eivados duma mentalidade pequeno-burguesa.

As zonas rurais e urbanas enviam-nos continuamente novos elementos possuindo as suas deformações específicas.

Nas zonas rurais a vida é particularmente desorganizada, sem noção de programa ou pontualidade, profundamente dominada pela rotina e tradições ultrapassadas que inibem o progresso e paralizam a iniciativa. Para o camponês o Poder é o governo hostil e estrangeiro que se manifesta pela caderneta e imposto, pelo recrutamento forçado *e* os baixos preços fixados à venda dos produtos penosamente obtidos, pela palmatória e machila. O terror asfixia a iniciativa. O homem vive em contradição permanente com uma natureza que desconhece e teme, com um Estado que o explora, oprime e humilha. As suas relações sociais vão pouco para além da povoação em que vive e quando muito estendem-se ao grupo linguístico que é seu.

Na cidade colonial-capitalista a luta pela sobrevivência é feroz e força os seres ao egoísmo, à concorrência. A ambição, a luta para mais e melhor explorar outros homens destroem a confiança entre as pessoas e fazem delas rivais. Funcionários e empregados fomentam calúnias e intrigas contra colegas para serem promovidos em seu detrimento. Adulam-se chefes, procuram-se «cunhas», arranjam-se alianças de uns contra outros, humilham-se as pessoas para salvaguardarem o seu pão quotidiano. A cultura degenerada colonial capitalista exalta gostos degradantes e corruptos que animalizam o homem. A cada um é

inculcado o desejo do Poder e do luxo construídos por cima da exploração e humilhação dos outros seres.

No campo, como sobretudo na cidade, domina ainda a onda de opressão colonial-fascista. A acção da PIDE procura infundir um terror permanente nas pessoas que as conduza a resignar-se à fatalidade dum destino de exploração e dominação.

O desencadeamento da luta e as vitórias que alcançamos mostram duma maneira concreta que não existe nenhum destino ou fatalidade, que somos capazes de transformar a sociedade o criar uma Nova Vida.

Por isso as pessoas procuram a FRELIMO. Todos odeiam o inimigo, a opressão e a humilhação, a exploração e o terror, muito embora frequentemente não esteja bem clara a definição do inimigo. Todos anseiam pela liberdade e estão dispostos a sacrificar-se por ela mesmo quando ainda ignorem como exprimir correctamente o seu conteúdo. Todos aspiram a um mundo diferente ainda que não possam precisar qual a diferença.

Assim, sem clareza, com dúvidas e incertezas, com vícios e defeitos, com tradições mortas e gostos decadentes, presos no tribalismo ou no individualismo, com a iniciativa asfixiada e a inteligência temendo pensar, com os complexos herdados e impostos, cada um chega à luta, cada um vem à FRELIMO procurando a resposta certa, o caminho correcto.

A nossa tarefa é a de a todos integrar e transformar em servidores do Povo, combatentes defendendo os interesses das massas exploradas, militantes da causa da libertação da Pátria.

Nenhum milagre virá ajudar-nos nesta tarefa gigantesca. O processo de transformação é feito pêlos homens que somos, lutando continuamente contra as nossas próprias limitações.

Para nos transformarmos e transformarmos os homens que cada dia chegam a nós precisamos de viver organizados, por outras palavras possuir o aparelho, as estruturas capazes de aplicarem a linha.

Sem estarmos organizados não conseguimos transformar-nos a nós próprios e seremos ao contrário arrastados pelo peso dos hábitos e gostos da outra zona.

Viver organizado significa primeiramente possuir estruturas. As estruturas são a presença organizada da FRELIMO no nosso seio. São elas que nos mostram qual a nossa tarefa, como ela se combina com todas as outras tarefas e como estamos assim integrados no corpo da FRELIMO. Sem as estruturas, por outras palavras sem a integração na FRELIMO, viveremos isolados, como membros fora do corpo.

E; evidente que por mais inteligente, dinâmica, trabalhadora e dedicada que uma pessoa seja, ela não pode sozinha fazer todos os trabalhos do centro em que vive. São as estruturas que nos fornecem os mecanismos adequados para distribuirmos as tarefas entre nós.

As estruturas fornecem-nos os canais apropriados para a resolução dos problemas que enfrentamos no nosso trabalho e na nossa vida.

JÊ através das nossas estruturas que asseguramos a discussão dos nossos problemas, descobrimos como aplicar a nossa linha duma maneira criadora em cada situação concreta enfrentada. É no quadro das nossas estruturas que corrigimos os nossos métodos de trabalho.

As estruturas são o instrumento da democratização da nossa vida, pois que levam à participação de todos duma maneira organizada, à solução dos problemas de maneira colectiva.
Quando levamos todos a participarem na resolução dos problemas, quando fazemos que todos e cada um se sinta responsável pela resolução dos problemas enfrentados, estamos a colectivizar a nossa direcção, a colectivizar a nossa vida.

As estruturas não caem do céu, elas são produtos de situações precisas e respondem a necessidades concretas. Quer dizer que as estruturas devem ser operacionais, isto é, responder às necessidades e situações precisas de um dado centro. Elas devem permitir uma divisão e coordenação das tarefas do centro, a execução da tarefa principal e das outras tarefas revolucionárias.

E evidente que não vivemos uma situação estacionária: o desenvolvimento da luta, a acção inimiga modificam constantemente a situação que vivemos. A

modificação da situação, a mudança de condições requerem que as estruturas se adaptem a elas. As estruturas devem adaptar-se à vida, não é a vida que se deve submeter às estruturas. Isto significa que as estruturas devem ser flexíveis, para poderem sempre adaptar-se à situação concreta.

As estruturas têm uma função: assegurar uma continuidade e desenvolvimento do trabalho, permitir que as nossas tarefas sejam cumpridas correctamente em todas as condições, por outras palavras, elas devem ser dinâmicas, elas são transmissoras da energia que faz movimentar a máquina.

Mas as estruturas são também os homens, sem eles as estruturas tornam-se apenas bonecos, mais ou menos bem desenhados numa folha de papel ou num quadro.

Frequentemente no processo da revolução surgem erros e desvios, muito embora a linha seja clara e as estruturas adequadas. E ao nível das Insuficiências que possuímos, que devemos situar a causa destes erros e desvios.

O desenvolvimento da nossa Revolução, a extensão e consolidação da nossa luta armada suscitam o aparecimento de novas contradições.

Cada progresso suscita sempre uma reacção, a Revolução é sempre oposta pela contra-revolução.

A contradição principal que surge entre nós na fase presente é entre as exigências da situação e a nossa capacidade.

A luta, a instalação do poder popular, desenvolvem-se mais rapidamente do que a consciência e a capacidade dos quadros, sobre quem pesa a tarefa de orientar, canalizar e dinamizar o processo geral.

O aspecto principal desta contradição manifesta-se na incapacidade das estruturas de alguns centros em resolverem por si correctamente os diferentes problemas que surgem, a sua dificuldade em definir e planificar as tarefas, a impossibilidade desses centros em integrarem e transformarem efectivos crescentes que lhes são confiados, as populações cada vez mais numerosas de que são responsáveis.

Ora todos nós possuímos uma linha clara de orientação, uma linha provada pela prática: a linha da FRELIMO, que cobre todos os aspectos da nossa vida e

todos os sectores da nossa luta. A análise criadora da linha permite-nos encontrar a resposta adequada para cada situação concreta que enfrentamos. As nossas estruturas têm acompanhado a evolução da situação, estamos sempre a organizarmo-nos. Temos connosco as massas, temos as estruturas, a linha.

Então onde se encontra a causa da contradição? Como resolver a contradição para passarmos a uma fase superior? A resposta está nos quadros, que são o factor decisivo na aplicação da linha e na vida das estruturas.

Perguntamos, porque é que os quadros veteranos da luta, que construíram com numerosos sacrifícios aquilo que somos hoje, se deixam, como dizemos, ultrapassar?

Temos primeiramente como causa desta situação, o espírito de vitória.

As grandes vitórias que alcançamos, tanto no campo da luta armada como no da liquidação das forças reaccionárias e na destruição das infiltrações inimigas no nosso seio, ou ainda na reconstrução nacional, levam certos camaradas a só verem vitórias contínuas, a desprezarem tacticamente o inimigo, a considerarem sempre a situação como «normal», «boa», e nunca tiram lições dos revezes, não estudam como combater as nossas limitações.

Por isso deixam de estudar a nossa linha, acham que já conhecem o suficiente e aí estão as vitórias a prová-lo. O resultado é o abandono da análise política, a nossa consciência torna-se insensível aos desvios e agressões contra a linha e assim não conseguimos detectar e destruir no ovo as infiltrações ideológicas, morais e físicas do inimigo.

Negligenciam o estudo científico, consideram que já sabem o suficiente, tanto mais que aí estão as vitórias a prová-lo. Mas o desenvolvimento da guerra e da reconstrução nacional requerem conhecimentos científicos cada vez mais sólidos e superiores, e nós não os temos. Como resultado desta atitude a nossa ignorância bloqueia o progresso, e o que não progride estagna e apodrece.

Deixam de estudar o inimigo, consideram que já o conhecem suficientemente, e a prova é que aí estão as vitórias. Mas as manobras do inimigo evoluem continuamente, o seu espírito criminoso e desesperado cresce com cada derrota.

Não estudar continuamente o inimigo, desprezá-lo tacticamente, leva-nos à rotina, e por isso a sermos surpreendidos pelas novas manobras do inimigo, pêlos seus novos crimes. Assim, em vez de mantermos a ofensiva, em vez de destruirmos a cobra quando está no ovo, caímos na defensiva, descobrimos a cobra quando, já adulta, levanta a sua cabeça venenosa para nos liquidar.

Abandonam o combate interno pouco a pouco, já estamos suficientemente puros, já nos demarcámos o suficiente do inimigo porque não temos contacto físico com ele. Pouco a pouco a velha vida, a vida da outra zona penetra, o liberalismo introduz-se, a corrupção surge, os compromissos começam a paralizar-nos, as ideias erradas pululam, a superstição espalha-se. Cria-se com isto o clima de relaxamento, a desconfiança e a injustiça infiltram-se, a divisão surge e o inimigo descobre que o terreno começa a fertilizar-se para ele poder agir.

O espírito de vitória é uma manifestação de oportunismo de esquerda: leva-nos a desprezar tacticamente o inimigo, conduz-nos ao aventureirismo. Cedo ou tarde o espirito de vitória far-nos-á pagar em sacrifícios, far-nos-á pagar caramente em baixas pesadas e inúteis os erros que cometemos.

O espírito de vitória é irmão gémeo do espirito de derrota, o oportunismo de esquerda é a outra face do oportunismo de direita.

Quando, em consequência dos erros cometidos pelo espírito de vitória, se sofrem revezes, os aventureiros caem então no espírito de derrota, temem o inimigo do ponto de vista estratégico, começam a só analizar fracassos, deixam de ver os progressos da luta. Como tinham o espírito de vitória rápida, a guerra torna-se «interminável» nas suas cabeças. As vitórias alcançadas são para eles casuais e isoladas.

Com este espírito passam a realizar as suas tarefas com um desinteresse evidente, abandonam totalmente a visão de conjunto, só vêm erros nos trabalhos efectuados pêlos outros camaradas, mas recusam-se a apontar e discutir os erros, a propor soluções justas. Preferem o murmúrio à crítica e auto-crítica, a intriga à discussão aberta. Criam os seus grupinhos, os seus aliados.

S6 analisar fracassos, só ver erros, torna-se uma maneira de justificar e camuflar o abandono das posições revolucionárias, o desinteresse pelo trabalho.

Criam-se doenças e problemas imaginários, apresentam-se como Incompreendidos, perseguidos, mártires de conspirações e inimigos que só existem na sua imaginação ociosa e doentia.

Os corpos continuam na nossa zona, mas os espíritos já se instalaram na outra zona, sonhando com o conforto e corrupção vistos como coisas maravilhosas.

Uma outra insuficiência que aparece frequentemente ligada às manifestações anteriores é o espírito de «veterano», de «antigo» na guerra e na política e por isso sabe tudo, nada tem a aprender sobretudo das novas gerações. As novas gerações em particular, cheias de dinamismo e desejosas de introduzir novas ideias e métodos, são concebidas como concorrentes indesejáveis que vêm desalojar os «veteranos» da sua rotina e privilégios.

Estes «veteranos», que de veteranos só possuem a antiguidade e não a riqueza duma experiência sintetizada para ser transmitida às novas gerações, são elementos estagnados mentalmente. Cumprem rotineiramente as suas tarefas sem se preocuparem em introduzir novos métodos nascidos da experiência adquirida. Ao trabalhar não se preocupam em realizar a tarefa o melhor e mais rapidamente possível, e cometem erros que justificam dizendo que errar é humano. Têm vergonha de reconhecer a sua ignorância e assim recusam-se a aprender, persistindo nos velhos caminhos errados. A sua antiguidade é pretexto para reclamarem privilégios e darem prioridade aos seus problemas pessoais e egoístas. Querem um tratamento especial porque são antigos, esquecendo-se que dos veteranos exigimos sobretudo um espírito e comportamento exemplares que nos eduquem na Nova Vida. Impedem a promoção de novos quadros e novas forças e procuram semear a desconfiança contra elas. Fazem isso porque perderam a visão do conjunto e a noção das necessidades crescentes da guerra e reconstrução nacional. Preocupam-se pois com postos e não com as tarefas da luta, querem defender privilégios e rotinas que os transformam em pequenos capitalistas.

Estas manifestações exprimem a contradição permanente entre o velho e o novo, o progresso e a rotina, o espírito de desenvolvimento e o espírito conservador. Esta contradição é própria de todas as revoluções e o método para a tratar correctamente é de educar os quadros no espírito de progresso, na visão do

conjunto e no sentido de servir as massas ganhando as novas gerações para desenvolver o trabalho.

As novas gerações também devem ser educadas correctamente. Estas novas gerações, quando nas nossas zonas libertadas, quando crescem nos nossos centros, são frequentemente consideradas automaticamente como «revolucionárias», impregnadas da nossa linha. Elas próprias assim também o pensam. Por isso negligencia-se por vezes o trabalho político no seu seio, o combate colectivo contra os gostos, os vícios e defeitos da outra zona. Sem qualquer base e porque simplesmente cresceram fora da presença inimiga, consideram-se as novas gerações livres do passado.

Isto é um erro grave e perigoso que pode conduzir à formação de pequenos reaccionários no nosso seio, quando estamos convencidos de que formamos gerações de continuadores da revolução.

Devemos compreender que as novas gerações crescem em contacto com as velhas gerações que lhes transmitem os vícios do passado. A nossa prática demonstra-nos como é que crianças e jovens nos nossos próprios centros são contaminados pelas ideias, hábitos e gostos decadentes. Na nossa situação a acção subversiva do inimigo também desempenha um papel importante na introdução e fomento dos valores e práticas da outra zona. Final- mente, e durante todo o período em que ainda subsistir o capitalismo e o imperialismo no mundo, a sua propaganda e subversão far-se-ão sentir entre nós, e a conquista da independência e do Poder não constituem de modo algum garantia de impermeabilização contra os valores decadentes.

Com efeito, não é em dez ou vinte anos que se liquidam os pesos mortos duma herança milenária. Os valores, os gostos, as concepções que vêm do passado, ainda que contrárias à linha, contrárias à nossa vida, contrárias ao progresso, continuam fortes. A luta abalou-os, mas ainda é muito cedo para cantarmos vitórias. Este combate político terá que se prosseguir durante dezenas de anos, até que realmente a mentalidade nova ganhe a quase totalidade da sociedade e novos problemas e contradições surjam exigindo novos combates. Por outro lado, as novas gerações cresceram sem contacto directo com a

exploração, a opressão, a humilhação próprias da sociedade colonialista e capitalista. Elas conhecem os bombardeamentos, mas nunca sofreram a palmatória, combateram contra helicópteros mas nunca foram submetidas ao trabalho forcado, liquidaram soldados inimigos mas não foram presas para pagar impostos, testemunharam crimes mas nunca foram vendidas para as minas.

No seio das largas massas existe uma rica experiência de sofrimento, um enorme potencial de ódio contra o inimigo. Mas as experiências não são suficientememte trocadas, não são suficientemente sintetizadas para que se aprofunde o conhecimento e o ódio contra o inimigo, contra a exploração. Podemos dizer que se desperdiça a experiência de sofrimento que devia servir para formar as novas gerações e consolidar a consciência das massas em geral.

Para superar estas deficiências e resolver as contradições da fase presente, a ofensiva ideológica e organizacional impõe-se.

Isto significa agir ao nível das secções e do grupo, no que respeita à organização do exército, e dos círculos no que concerne a organização das massas.

Mas para que realmente transformemos as secções e círculos em células de base, em centros da nossa vida política, sentiu-se a necessidade de agir sobre os quadros, porque é sobre estes que recai a tarefa de dinamização da base.

Devemos dinamizar cada sector de trabalho com os elementos que, pelo seu comportamento e pelas suas ideias, demonstram ter assumido criadoramente a nossa linha e fazerem parte da vanguarda da nossa organização, que possuem o espírito de iniciativa e visão do conjunto, se preocupam em combinar a sua tarefa principal com as outras tarefas revolucionárias, engajam-se no combate interno, estudam e são sensíveis aos mínimos desvios e agressões contra a linha, defendem a disciplina que é a sentinela da nossa linha política.

Para além dos problemas concretos e das feridas precisas existentes em cada sector, direcção e quadros devem preocupar-se em:

a) Representar, Inculcar *e* defender a nossa linha no seu sector;

b) fazer assumir e defender a nossa disciplina que é a sentinela da nossa política;

c) pôr a política nos postos de comando em todas as nossas actividades;

d) organizar o sector de trabalho, organizá-lo no espírito de combate entre duas linhas e na demarcação crescente entre nós e o inimigo, na aquisição da visão de conjunto e na combinação entre a tarefa principal e as outras tarefas revolucionárias;

e) organizar e orientar os militantes na análise crítica diária das actividades individuais e colectivas e na sintetização das experiências, na libertação da iniciativa e na destruição do espírito de rotina e na criação do espírito de inovação e progresso;

/) organizar e orientar o sector de trabalho no estudo político, na alfabetização e elevação do nível científico, no estudo e análise da nossa situação e do inimigo;

g) manter uma ofensiva intensa e permanente de combate colectivo e de purificação das nossas fileiras dos elementos incorrigíveis, impermeáveis à linha e que persistem nos gostos corruptos, nos vícios e defeitos, e recusam a transformação;

h) organizar e orientar o estudo das experiências teóricas e práticas das outras revoluções, a fim de tirar lições úteis para a nossa situação, e educar os militantes no espírito revolucionário internacionalista.

Podemos afirmar essencialmente que a ofensiva ideológica deve-nos criar uma consciência política sólida fundada em três pontos centrais:

1. Conhecimento profundo da nossa linha política.
2. Conhecimento íntimo da nossa luta, tanto na sua evolução como no seu significado para o nosso Povo e os outros Povos do Mundo.
3. Confiança total nas massas unidas e organizadas sob a direcção da nossa linha correcta, estar consciente de que as massas neste quadro

compreendem e assumem a luta, têm energia criadora e são invencíveis qualquer que seja o adversário e a sua força.

A dinamização exige uma investigação cuidadosa, tanto para determinar os problemas concretos existentes no sector em que devemos agir, como também na selecção do núcleo dinamizador, que realmente deve ser composto por elementos de vanguarda.

Dinamizando os quadros, que são o factor decisivo na aplicação da nossa linha política, estaremos em condições de transformar as secções e círculos em células de base da nossa organização política.

E esta acção que nos habilitará a enquadrar e transformar a vida das massas que em número crescente se integram na nossa organização, assegurando assim o alargamento consolidado da nossa frente. Esta acção criará ainda as condições para que se constitua no nosso seio a vanguarda organizada do nosso Povo e das classes trabalhadoras exploradas, instrumento indispensável para o desenvolvimento da revolução democrática e popular em Moçambique.

Neste quadro, a natureza das relações entre os nossos centros e as massas populares tem um papel fundamental.

São as massas a fonte de vida da nossa organização, são elas a força principal e decisiva no processo da libertação da nossa Pátria e na construção da nossa sociedade. O combate é feito e ganho por elas e destina-se 8 satisfazer os seus interesses.

Qualquer centro nosso é um centro colectivo ao serviço das massas, um centro que sintetizando as experiências da revolução leva essas experiências às largas massas para desenvolver o processo de transformação da vida.

Servimos as massas dando-lhes o exemplo da aplicação da nossa linha.

Quando o nosso comportamento de militantes corresponde à linha, estamos a educar as massas na nova vida.

Servimos as massas dando-lhes o exemplo de vida organizada, Inculcando-lhes métodos para viverem organizadas, orientando-as para se organizarem cada vez melhor.

É organizando as massas, é criando estruturas democráticas e populares no seu seio que poderemos transformar a sociedade.

São as estruturas criadas no seio do círculo que orientarão os camponeses, criadores de gado, pescadores, artesãos, a organizarem-se colectivamente para produzirem nas cooperativas, melhorarem as suas técnicas produtivas, diversificarem e aumentarem a produção, elevando assim o nível de vida das massas. É evidente que o exemplo da produção colectiva nos centros, dos seus resultados, as machambas, as hortas7 as árvores de fruto, as lagoas artificiais ou naturais para a criação de peixe, serão as melhores testemunhas do valor e veracidade da nossa capacidade colectiva em transformar a sociedade.

São as estruturas criadas no seio do círculo que levarão as massas a organizarem-se em destacamentos que punem qualquer acção inimiga contra a povoação, as machambas e locais de trabalho. E o trabalho organizativo que transformará cada povoação, cada machamba, numa fonte de sofrimentos e baixas para o inimigo. O exemplo dado por cada um dos nossos centros na defesa contra as agressões inimigas, o nosso trabalho de instrução militar no seio das massas, o sabermos estimular a imaginação e iniciativa criadora das massas para combinarem as armas e armadilhas tradicionalmente utilizadas contra as feras com as armas modernas, tornarão impossível qualquer acção generalizada do inimigo contra o nosso Povo.

São as estruturas criadas no seio do círculo que, elevando a consciência política das massas e conduzindo estas ao aprofundamento da demarcação com o inimigo, aguçarão a sensibilidade das massas contra as manobras ou infiltrações do inimigo, permitindo assim que as destruamos no embrião.

Em última análise, é esta estruturação que torna irreversível a libertação duma zona e nos conduz a rechaçar as invasões e agressões inimigas por poderosas que estas sejam.

É evidente que para os nossos centros dinamizarem a vida das largas massas e transformarem a sociedade, isto exige que cada centro e cada militante afectado num centro assumam a missão de servidores das massas e continuamente, duma maneira exemplar e sem qualquer relaxamento, respeitem integralmente os interesses das massas.

Não poderemos nunca tolerar que um militante nosso ouse utilizar o poder ou a arma que lhe foram confiados para servir o Povo, para cometer qualquer violação dos interesses do Povo, por mínima que seja. Devemos ser intransigentes perante qualquer liberdade tomada com as mulheres e abuso aos bens do Povo, ou qualquer injustiça cometida contra as populações. Isto é parte integrante da nossa luta, da nossa disciplina, e condição indispensável para que as massas possam sempre distinguir, sem hesitação, as nossas acções das do inimigo.

Servir as massas, transmitir-lhes a arma invencível da nossa linha, as nossas experiências, orientá-las na elevação do nível ideológico e organizativo, é a missão de todos os nossos centros nas suas relações com as massas.

Iniciamos o décimo ano da nossa guerra popular de libertação contra o colonialismo português e o imperialismo.

Durante estes dez anos de luta armada, estes doze anos da existência da FRELIMO, a situação da nossa Pátria e do mundo sofreram alterações profundas.

Os nossos objectivos iniciais de independência nacional aprofundaram-se no processo de desenvolvimento da guerra popular, criando as bases da revolução nacional democrática e popular para instaurar o poder popular, o poder das largas massas trabalhadoras do nosso país.

A extensão da luta armada para zonas onde dominam grandes interesses económicos e estratégicos do imperialismo, levou-nos a uma confrontação directa com este, tornando imediato e concreto o conteúdo anti-imperialista do nosso combate.

As graves derrotas político-militares sofridas pelas forças coloniais portuguesas, a sua incapacidade manifesta em bloquear a progressão do combate libertador, forçaram a direcção inimiga a modificar a natureza da agressão contra o nosso Povo, com o intuito de salvaguardar os interesses fundamentais imperialistas: a exploração das massas trabalhadoras nacionais, a pilhagem dos nossos recursos e a destruição do movimento revolucionário na África Austral em particular e no continente em geral.

Ë neste contexto que se situa a entrada da África do Sul e Rodésia na guerra contra nós, o reforço do apoio militar, financeiro e técnico, a transmissão das

experiências de agressão aos colonialistas portugueses e aliados, pelos Estados imperialistas, em particular os Estados Unidos, França, Alemanha Federal e Inglaterra.

Assim a internacionalização da agressão contra o nosso Povo tornou-se uma realidade, a guerra colonial assume já o carácter de guerra imperialista de agressão.

Com o objectivo de diminuir as suas baixas crescentes e alarmantes, o comando inimigo decidiu modificar a cor dos cadáveres, «moçambicanizar» a guerra pela criação dum exército fantoche, recrutado à força e enquadrado por portugueses: OPV, GE, GEP, etc....

Esta acção permitiria ainda camuflar perante a opinião mundial a agressão estrangeira contra o nosso Povo.

Estas modificações da situação requerem de nós uma resposta adequada.

Definimos no passado que as nossas tarefas essenciais eram as de Intensificar o trabalho político no seio dos quadros, estender a luta e consolidar as nossas zonas. A IV Sessão do nosso Comité Central eleito pelo II Congresso (Dezembro de 1972), ao dar-nos a palavra de ordem de generalizar a ofensiva para estabelecermos a nossa favor a correlação de forças com o inimigo, precisou que isso requeria a popularização da nossa linha, isto é, fazer que ela seja assumida e vivida pelas largas massas, a democratização dos métodos de trabalho e a colectivização da direcção.

Mais recentemente, ao estudarmos os meios para criarmos as condições para a aplicação destas directrizes, definimos duas orientações fundamentais: a intensificação da ofensiva ideológica em direcção dos quadros, combatentes e massas, a intensificação do trabalho organizacional pela constituição de grupos e secções como células de base, no seio do exército, e fazer dos círculos a base da nossa acção política no seio das massas.

Os diversos centros da FRELIMO— militares, educacionais, sanitários, infantários, de produção, de comércio — têm um papel decisivo a desempenhar: são eles o centro difusor da nossa linha.

Para as largas massas, é a eles que compete mostrar duma maneira prática a superioridade e justeza dos nossos princípios e objectivos.

Em resumo, é sobre os nossos centros que recai a responsabilidade de transmitir às massas duma maneira viva a linha política da FRELIMO.

É sobre cada um dos militantes que recai a responsabilidade de enraizar a revolução na nossa Pátria, garantir a sua vitória, única justificação para a imensidade de sacrifícos, para o mar de sangue que já consentimos.

Ë nos nossos centros que se encontram as respostas, é lá que possuímos as forjas do Homem Novo, da Sociedade Nova.

Por isso, ao prepararmos as celebrações do décimo ano da nossa guerra popular, transmitimos a todos os nossos centros e militantes a palavra de ordem:

«DEMARCAR O NOSSO PODER DO PODER DO INIMIGO, ESTABELECER O PODER POPULAR PARA SERVIR AS MASSAS».

A LUTA ARMADA COMEÇOU EM MANICA E SOFALA *

Camaradas,

Vimos anunciar-vos um acontecimento de extrema importância no processo de desenvolvimento do nosso combate. A nossa luta armada de libertação nacional acaba de estender-se para mais uma Província.

Cumprindo a palavra de ordem da mensagem de 25 de Setembro do ano passado, as Forças Populares de Libertação de Moçambique iniciaram operações militares na Província de Manica e Sofala. A luta prossegue de acordo com o plano traçado: no dia 25 de Julho atacámos diversos objectivos estratégicos nesta província.

A luta armada acaba pois de se instalar em mais uma frente, uma nova Província começa a libertar-se da opressão colonial. Pouco a pouco vão nascendo os frutos do esforço gigantesco e unido de todo o Povo moçambicano,

do Rovuma ao Maputo. Os sacrifícios, as marchas, as vidas oferecidas generosamente, começam a transformar-se em liberdade para novas gentes.

O desencadeamento da luta em Manica e Sofala certamente que resulta da determinação, da coragem, do patriotismo e da consciência da população, dos combatentes, dos quadros e responsáveis da Província. Mas o desencadeamento da luta também resulta do esforço, do combate de todos os Moçambicanos, em particular nas províncias já em luta armada. Quanto mais fogueiras existem na floresta, menos possibilidades tem o inimigo de apagar os novos fogos que nascem.

Neste contexto, devemos saudar a consciência exemplar dos nossos camaradas na Província de Tete, que souberam assumir a nossa linha e assim transformaram-se em base de apoio para a expansão da luta para novas zonas. Fazendo-o, também consolidaram a situação em Tete.

Mais feridas sangram no corpo da fera colonialista, mais débil se torna a sua força real, ainda que maior seja o seu rancor e raiva de desespero. A população de Manica e Sofala soube assumir a nossa disciplina, os nossos princípios estratégicos e tácticos. Ainda que submetida ao trabalho forçado, à palmatória, ao imposto, embora levada para os campos da morte das companhias de açúcar, mesmo sofrendo a asfixia da poeira nas fábricas de cimento, apesar do chicote na construção das estradas, a população de Manica e Sofala com paciência esperou a palavra de ordem do partido, com disciplina aguardou que o esforço comum criasse as condições propícias ao desencadeamento 4a luta. Ao agir assim, a população de Manica e Sofala mostrou que soube transformar os seus sofrimentos em determinação revolucionária, demonstrou que possui a maturidade política necessária para levar à vitória a nossa guerra de libertação,

A abertura da nova frente é uma grande derrota para o colonialismo português e o imperialismo. Manica *e* Sofala é um centro estratégico de desdobramento das tropas colonialistas; a recente transferência da sede do Alto Comando Militar inimigo de Nampula para a Beira, demonstra bem a importância militar da Província. Pelas riquezas agrícolas, minerais, pela sua actividade industrial, pela importância da sua rede de comunicações, Manica e

Sofala goza dum lugar preponderante no dispositivo de exploração económica colonial e imperialista do nosso país. Dezenas de companhias americanas, inglesas, francesas, alemãs, japonesas e portuguesas, auferem lucros fabulosos, explorando as riquezas e os trabalhadores nesta Província.

B evidente, assim, que a abertura da luta em Manica e Sofala afecta profundamente a estrutura ida exploração colonialista e imperialista. Os sonhos e promessas rápidas de vitória que tradicionalmente o Alto Comando colonia-lista vem prometendo às suas tropas desmoralisadas, sofreu um golpe fatal, Novas mentiras terão que ser inventadas por Kaúlza, para esconderem em vão a derrota final cada vez mais iminente.

Ë certo também que o inimigo, ferido num dos seus pontos mais sensíveis e dolorosos, vai reagir mais brutalmente, mais ferozmente, mais crimi-nosamente. Devemos estar conscientes de que as vagas de prisões e torturas, bombardeamentos e massacres, serão mais numerosos, mais intensos, mais sistemáticos.

O que mais é, devido à situação estratégica da Província em relação ao resto da África Austral, devemos saber que em Manica e Sofala o imperialismo, os racistas sul-africanos ,e rodesianos, farão tudo para esmagar a nossa luta.

Fracassarão. Os crimes que cometem, a agressão contra o nosso Povo, é gasolina lançada na fogueira da guerra popular. Estamos seguros também que ao esforço da aliança imperialista e racista corresponderá um desenvolvimento consequente da solidariedade internacional, do campo das forças progressistas que nos apoiam.

A nossa vitória de hoje é também de todos os povos, dos que combatem ao nosso lado, especialmente, em Angola e na Guiné-Bissau, dos que nos apoiam firmemente na África e no mundo, é uma vitória do campo socialista nosso aliado, é uma vitória ainda do próprio povo português em luta contra o fascismo e a guerra colonial.

Ao desencadearmos a luta em Manica e Sofala, onde se encontra implan-tada uma fracção importante da comunidade portuguesa do nosso país, queremos reafirmar que a nossa luta não é contra ela, que a nossa vitória só

pode beneficiar os que vivem do trabalho honesto, os que sofrem da exploração colonial e fascista. O Povo moçambicano, fraternalmente, convida os soldados portugueses, a população portuguesa, a unirem-se ao esforço comum de libertação.

Neste décimo ano da FREL.IMO, no momento em que, terminadas as celebrações do 25 de Junho, nos preparávamos para celebrar o 25 de Setembro, a acção unida do Povo e dos combatentes da FRELIMO abriu uma nova frente,

É um momento de grande alegria e orgulho para todo o Povo Moçambicano. Mas é também um momento em que comovidamente evocamos a memória dos camaradas que no campo de batalha, na acção clandestina, nas prisões colonialistas heroicamente se sacrificaram pela libertação da nossa terra e do nosso Povo, e tornaram possível, pelo seu sangue e sacrifício, mais esta grande vitória.

Saibamos ser dignos desse sangue puro e generoso, intensifiquemos o combate, consolidemos a luta em Manica e Sofala e nas outras Províncias, estendamos a luta para novas frentes.

A LUTA CONTINUA! INDEPENDÊNCIA OU MORTE,
VENCEREMOS!

* Por ocasião do começo da luta armada de libertação nacional na Província de Manica e Sofala, o Presidente da FRELIMO, Samora Machel, dirigiu uma mensagem especial ao povo moçambicano e combatentes da FRELIMO, a qual veio publicada em «A Voz da Revolução» n.° II, de Julho/Agosto de 1972.

NO TRABALHO SANITÁRIO MATERIALIZEMOS O PRINCÍPIO DE QUE A REVOLUÇÃO LIBERTA O POVO (1971)

Camaradas

Iniciamos hoje um novo curso para formação de enfermeiros. Em 1968 tínhamos sido obrigados a suspender estes cursos. Durante três anos eles estiveram interrompidos. Durante três anos a nossa luta, o nosso Povo, viram--se impedidos de receberem novos quadros de saúde. Durante estes últimos três anos morreram combatentes por falta de assistência sanitária, morreram elementos do Povo, morreram crianças, porque não estávamos em condições de lhes dar um mínimo de assistência médica. Para muitas regiões libertadas, para muitas populações, estes últimos três anos não foram anos de combate contra a doença. O nosso povo viu-se esquecido como na época colonial, durante este três anos.

Há três anos atrás tínhamo-nos engajado na batalha de formação de quadros para a saúde. Perdemos a batalha nesse momento. Não há guerra em que só existem vitórias para nós e derrotas para o inimigo.

Perdemos a batalha, porque a consciência política dos alunos de enfermagem não estava em condições de assumir o sentido e a importância da batalha que se travava e, assim, permitiram que o inimigo se instalasse no seu seio.

Em 1968, a nossa luta armada desenvolvia-se muito. Bombardeávamos e tomávamos de assalto as bases inimigas. Fazíamos soldados portugueses prisioneiros de guerra, capturávamos toneladas de material. Em Tete, reabríamos a frente da luta armada.

A batalha fundamental pela clareza da nossa linha política, pelo desenvolvimento da nossa ideologia, demonstrava os objectivos populares das forças revolucionárias no nosso seio.

Este combate engajava o pessoal da saúde. Este combate era também um combate entre duas linhas no domínio da saúde. Um combate para defender os interesses do Povo no campo da saúde.

1. O QUE É O HOSPITAL DA FRELIMO E SUAS TAREFAS

Á primeira vista pode parecer absurdo falarmos em linha política no campo da saúde, em combate entre duas linhas no domínio da saúde. À primeira vista pode-se pensar

que existe na FRELIMO uma vontade de politizar uma coisa, aparentemente tão neutra, como a saúde. No fim de contas, dirão esses que imaginam uma saúde apolítica, a penicilina ou cloroquina têm o mesmo efeito, quer sejam administradas ou não por um revolucionário, quer sejam dadas num hospital da FRELIMO ou num hospital colonialista.

Mas todos os nossos actos, toda a nossa vida, são radicalmente diferentes dos actos e da vida da zona do inimigo.

Na zona do inimigo, na zona colonialista, na zona capitalista, tudo se destina a manter o Povo dominado, manter o Povo explorado, dar lucro aos capitalistas.

Na zona capitalista, na zona colonialista, a estrada serve para fazer passar rapidamente a tropa e polícia que te prendem e levam para o trabalho forçado. A estrada é o caminho rápido para te virem buscar o imposto. A estrada serve para levar o algodão, que tu produziste mas pertence à companhia. Serve para o comerciante te vir vender, a pregos fabulosos, os artigos que tu e teus irmãos de classe produziram e de que os colonialistas SP apropriaram a preços de miséria.

Na zona do inimigo a escola é para, os filhos dos ricos, mesmo se ela é financiada pelos teus impostos. Se alguma vez, como por milagre, o filho do pobre entra na escola, não é para aprender a servir o seu País. A escola vai-lhe lavar o cérebro, fazer-lhe ter vergonha da sua origem, transformá-lo em instrumento dos ricos para explorar os trabalhadores.

Tudo tem um conteúdo em função da zona em que se encontra, em função da natureza do poder que existe nessa zona. Na zona capitalista e colonialista a escola, a machamba, a estrada, o tribunal, a loja, o técnico, as leis, o estudo, tudo serve para sermos explorados, oprimidos.

Na nossa zona, porque o poder nos pertence, porque são os camponeses, operários, as massas laboriosas quem concebe e dirige, tudo se destina a libertar o homem, a servir o Povo.

Assim se passa com os hospitais, com o serviço de saúde.

Na zona do capitalismo e do colonialismo o hospital é um dos centros de maior exploração. Aí, porque está em jogo a vida dum homem, a vida dos seus entes mais

queridos, é onde se manifesta da maneira mais desmascarada e sem vergonha a ganância do mundo capitalista.

Não se entra e não se é tratado no hospital capitalista em função das necessidades. Quando se é pobre, quando não se tem influências poderosas, é difícil arranjar-se uma cama no hospital, e no entanto o cancro devora-te a carne, a tuberculose rói-te os pulmões, a febre queima-te o corpo. O rico, o senhor, o patrão, esse não tem a mínima dificuldade em obter quartos, em obter lugar para si e para quem o acompanha.

Mobilizam-se médicos e professores da faculdade para tratar a constipação do grande capitalista, para curar a prisão de ventre do senhor juiz, mas ao lado morrem crianças, morrem homens, porque não tiveram dinheiro para chamar o médico.

No hospital não se analisam os doentes, analisam-se as riquezas. O medicamento é vendido a peso de ouro. Só se trata quem pode pagar. A operação é para quem a pode custear. A comida, a dieta, as frutas ou o leite, a salada, as carnes e peixes delicados para revigorarem o doente, isso não é para quem precisa, mas para quem pode pagar. Até *a* ambulância, que vai buscar de urgência quem está a morrer, muitas vezes regressa vazia porque a família do moribundo não pode garantir o pagamento das facturas.

Na zona do inimigo os cães dos ricos têm mais vacinas, mais medicamentos, mais cuidados médicos do que os trabalhadores que constituíram a riqueza do rico.

Não é pois de estranhar que na zona do inimigo ser-se médico significa também ser-se rico, ser-se enfermeiro significa também um alto vencimento de muitos contos. Ser-se médico é gozar-se duma elevada situação social como explorador, ser-se enfermeiro é gozar de muitos privilégios.

No Moçambique dos colonialistas e capitalistas só há hospitais onde há colonos, só há médicos e enfermeiros onde vivem os que podem pagar. Na cidade de Lourenço Marques há mais camas nos hospitais, mais médicos, mais enfermeiros, mais laboratórios do que em todo o resto de Moçambique. Será que isto quer dizer que só em Lourenço Marques é que há doentes?

Nas minas onde trabalhamos, nas plantações das companhias que cultivamos, nas estradas que estamos a abrir, nas fábricas, nas machambas, nas povoações, há

milhões e milhões de Moçambicanos que nunca viram um médico, nunca viram um enfermeiro, que estando doentes nunca puderam beneficiar de qualquer assistência sanitária.

O nosso hospital é diferente. O que faz um hospital não são os instrumentos cirúrgicos ou medicamentos que lá se encontram. Os instrumentos os medicamentos, são importantes, mas o que é essencial, o que é o factor decisivo, é o homem. Por isso, hoje, pela primeira vez, em Cabo Delgado, em Niassa, em Tete, o Povo é objecto de assistência, sanitária, as pessoas são vacinadas, nas povoações aprendem-se hábitos de higiene. No entanto são raros os nossos medicamentos, são muito poucos os nossos instrumentos cirúrgicos, e as nossas instalações são tão pobres que do exterior mal se distinguem de modestas palhotas.

O nosso hospital é constituído de sangue, de sacrifícios. Não são paus e maticado, cimento ou tijolos, que constróem as paredes do nosso hospital.

O nosso hospital pertence ao Povo, é um fruto da Revolução. O nosso hospital é muito mais que um centro de distribuição de medicamentos, ou do curativos.

Um hospital da FRELIMO é um centro em que se concretiza a nossa linha política de servir as massas, é um centro em que se materializa o nosso princípio de que a Revolução liberta o Povo.

O nosso hospital destina-se a libertar o Povo da doença, a dar boas condições físicas aos combatentes, militantes e trabalhadores, para que estes cumpram as tarefas revolucionárias em que estão empenhados, por amor do Povo.

Curamos as pessoas pela confiança que inspiramos, pelo moral que lhes Inculcamos. O pessoal da saúde, o doente e o medicamento combinam-se para libertar o homem da doença.

O nosso hospital é um centro da Revolução, ele existe por causa da Revolução e está intimamente associado à Revolução.

Enquanto os hospitais capitalistas e colonialistas estão ligados aos exploradores, aos colonos, porque é a eles que servem, o nosso hospital está ligado às massas porque é a elas que se destina.

Assim o nosso hospital é um centro de unidade nacional, um centro de unidade de classe, um centro de purificação de ideias, um centro de propaganda revolucionária e organizacional, um destacamento de combate.

Pessoal médico, alunos, serventes, doentes, e o resto da sociedade estão intimamente unidos.

No hospital da FRELIMO não há tribos, não há regiões, não há raças, não há crenças religiosas, não há nada que nos divide. O hospital cumpre uma tarefa revolucionária. Pessoal médico, alunos, serventes, estão a cumprir tarefas essenciais que lhes foram confiadas pelo Povo.

O Povo inteiro, do Rovuma ao Maputo, pêlos sacrifícios que fez, pelo sangue que verteu, ergueu esse hospital para o servir, para o libertar da doença. Ninguém foi enviado por uma tribo ou região para trabalhar num hospital.

Na medida em que os doentes sentirem unidade no pessoal do hospital desde o médico aos serventes, eles unir-se-ão ao pessoal médico e serventes e juntos concentrarão forças para liquidar a doença. Mas se houver desunião reinará a desconfiança, o doente recusará o medicamento porque temerá que o tratamento a que o submetem sirva para agravar a sua situação.

Estamos todos unidos no cumprimento da nossa tarefa. Não temos pequenas ou grandes tarefas, porque eu sou servente e aquele é enfermeiro ou médico. A nossa tarefa é essencial, embora as nossas responsabilidades sejam diferentes.

O sentirmos qualquer complexo de inferioridade no cumprimento da nossa tarefa, o preocuparmo-nos em procurar grandes e pequenas tarefas, significa falta de consciência de classe.

Somos de origem trabalhadora, seguimos as massas laboriosas, o Povo trabalhador. A nossa tarefa é grandiosa. Qualquer outra atitude só reflecte elitismo, busca de privilégios, perca do sentido de classe, aquisição de ideias burguesas.

Exige-se pois que, assim como nos desinfectamos ao entrar na sala de operações, nos purifiquemos das ideias erradas e complexas que vêm contaminar o nosso hospital. Assim como nos revestimos de máscaras e batas, devemos estar constantemente armados da nossa unidade e consciência de classe, para revolucionariamente servirmos as massas.

Neste contexto, o nosso hospital será realmente um centro de propaganda revolucionária e organizacional, ele será um exemplo concreto da justeza da nossa *linha*, uma verdadeira zona da FRELIMO.

Assim o hospital cumpre as nossas tarefas, ele combate a doença, ele forma o homem, ele produz.

A produção não pode estar separada da nossa actividade sanitária.

O hospital necessita de comida. Muitas vezes as populações, a FRELIMO, não estão em condições de abastecer o hospital, porque estamos em guerra, porque o inimigo nos *ataca*,, porque a produção é um dos alvos do inimigo.

Exige-se pois que o hospital se esforce em apoiar-se nas suas próprias forças, que seja tanto quanto (possível auto-suficiente na alimentação.

Por outro lado não podemos esquecer a Importância duma alimentação adequada para o tratamento correcto das doenças. Os pacientes necessitam de se alimentar convenientemente, para combaterem o mal.

É na fruta, nas saladas, nas verduras, na carne, nos ovos, no peixe, no leite, que se encontram as vitaminas, os sais, os minerais, as proteínas que revigoram o organismo, que reforçam para o combate contra a doença.

O hospital, sendo um centro de produção, também é centro de formação para os doentes.

Não podemos desprezar nenhuma oportunidade para elevar a consciência política e o nível de conhecimentos do nosso Povo. No nosso hospital não existe inactividade, não existe ociosidade. Finalmente, a experiência tem demonstrado que o engajar os doentes e em particular os convalescentes em actividades levanta-lhes o moral e é um poderoso auxiliar da cura.

Com isso queremos propor que os nossos hospitais procurem continuamente alargar as suas actividades, aliar-se ao Comissariado Político e ao Departamento de Educação e Cultura.

Devemos procurar alfabetizar os doentes e convalescentes, ensinar-lhes português, fazer-lhes conhecer, compreender e assumir a riqueza cultural do nosso País inteiro.

Devemos organizar para os doentes pequenos cursos de higiene, a fim de lhes fazer adquirir bons hábitos higiénicos, que impedirão muitas doenças.

Procuremos tornar agentes activos de propaganda higiénica todos aqueles que se vêm tratar nos nossos hospitais. É de considerar também que em muitas regiões do nosso País existem péssimos hábitos alimentares. Ë importante que as populações adquiram novos hábitos alimentares; para isso, nos hospitais devemos organizar pequenos cursos para doentes, em particular para as mães, explicando-lhes o valor nutritivo dos diferentes alimentos e mesmo como prepará-los.

Não podemos nunca abandonar o trabalho político, isso é sempre a nossa tarefa prioritária,

A estadia do doente no hospital deve servir para elevar a sua consciência de unidade nacional, a sua determinação de combater, o seu ódio ao inimigo explorador.

Compreende-se então porque definimos um hospital da FRELIMO como um destacamento operacional nosso, uma linha da frente.

Assim, o nosso enfermeiro, o nosso pessoal médico, além das suas tarefas específicas, são instrutores da nossa vida, professores, comissários políticos. A acção do nosso pessoal médico revolucionário não só cura do corpo, como também liberta e forma o espírito.

O inimigo compreende isso muito bem, tão bem o compreende que define o nosso hospital como um alvo dos seus bombardeamentos, um alvo para as suas tropas criminosas.

2. O HOSPITAL, LINHA DA FRENTE

Ao iniciarmos este curso abrimos uma nova frente de luta. Ao iniciarmos este curso criamos condições para abrirmos novos hospitais, novos centros em que se concretiza a linha política da FRELIMO. Novos hospitais são novas linhas da Frente.

Ao abrirmos uma frente, podemos também dizer que a nossa luta cresceu; por isso ampliámos o alvo para o inimigo, damos-lhe mais um alvo para as suas armas.

Em 1968, como dissemos já, fomos obrigados a recuar, fomos forçados a interromper o curso. Perdemos uma batalha.

Hoje desencadeamos de novo a batalha, fortes das experiências que adquirimos através dos sucessos e fracassos.

Ao desencadearmos uma batalha é fundamental, para obtermos sucessos, conhecermos o inimigo, definirmos os nossos métodos e saber quais são as nossas forças.

No combate em que nos encontramos, fazemos face a três inimigos:

— o inimigo directo;

— o inimigo indirecto;

— o inimigo camuflado no nosso seio.

Os colonialistas portugueses são nossos inimigos directos. Atacam-nos abertamente, fisicamente. Eles vêm com os seus aviões bombardear os nossos hospitais, eles assaltam-nos com os seus helicópteros, eles lançam as suas tropas para assassinar os doentes, destruir o material, impedir que os medicamentos cheguem aos seus destinos. O colonialismo é o inimigo mais fácil de identificar porque é aberto, ataca-nos com uma arma.

Mais perigosos, porque são mais facilmente acreditados que os colonialistas, são os inimigos indirectos, os aliados de Portugal. Aqueles que nos combatem camuflados, atrás das tropas portuguesas.

Estes combater-nos-ão com artigos nos jornais, com boatos, com calúnias. Hoje dirão que vendemos medicamentos, amanhã irão contar que nos nossos hospitais gente de tal e tal região é desprezada. Uma vez escreverão que não somos competentes, outra, que o Povo despreza o hospital.

E a campanha continuará, para nos dividir, para nos encher de complexos, para subtilmente nos forçar a rendermo-nos.

Cada erro nosso, cada falta que cometermos, será utilizada por eles como prova irrefutável da veracidade de tudo o que dizem.

Mas sobretudo, para nos vencer, para mais uma vez privar o nosso Povo da assistência sanitária, o inimigo, directo ou indirecto, conta com o trabalho dos seus destacamentos operacionais no nosso seio.

A força decisiva que nos pode derrotar é o inimigo camuflado no nosso seio, aquele que connosco levanta a bandeira da FRELIMO para mais facilmente destruir a FRELIMO.

Esta é a nossa experiência, esta foi a razão fundamental da nossa derrota em 1968, a causa da interrupção dos cursos.

Tendo infiltrado os seus espiões, os colonialistas mobilizaram o tribalismo, o racismo, o egoísmo, a ambição, o elitismo, a ignorância, a superstição, o fanatismo religioso, a corrupção.

Cada uma destas coisas é um destacamento inimigo no nosso seio.
O tribalismo levou os alunos à desunião, a transformarem-se em contra--revolucionários e combaterem contra a Direcção da FRELIMO, contra a FRELIMO *e* contra o Povo. Cada um tomava-se como representante dos interesses desta ou daquela região, procurando meticulosamente verificar se um outro grupo linguístico tinha no curso mais alunos do que o seu, semeando a desconfiança e desunião entre nós,

O racismo levou à desunião entre alunos e professores. Dizendo-se muito revolucionários, alunos que ainda não tinham dado nenhumas provas de verdadeiro engajamento revolucionário combatiam professores que tinham já dado muitas provas de dedicação ã causa popular, só porque os professores eram brancos.

Combinando o egoísmo e a ambição, os alunos recusavam um programa de estudo concebido em função de necessidades imediatas e urgentes da luta, para exigirem programas que lhes dariam muitos diplomas e privilégios para explorar o Povo no futuro. Queriam constituir-se em elite de parasitas, ganhando fortunas e posições sociais, graças à doença e sofrimento do Povo.

A ignorância, a superstição, o fanatismo religioso, levou os alunos a confiarem em forças sobrenaturais inexistentes, em amuletos e pedras, desprezando a ciência, recusando os ensinamentos dos professores que eram fundados nas leis da natureza, na realidade objectiva.

Dentro deste clima fomentou-se a Indisciplina, a anarquia, a corrupção, o caos.

A batalha estava perdida. O inimigo indirecto, nos seus jornais, publicava artigos e comentários sobre «a revolta dos estudantes revolucionários contra a Direcção da FRBLIMO».

Os colonialistas felicitavam-se e intensificavam as campanhas para reforçar o inimigo no nosso seio: as ideias velhas, os hábitos da sociedade antiga.

Durante muito tempo o peso de tradições ultrapassadas e reaccionárias, as ideias colonialistas e capitalistas, esmagaram o nosso Povo. Muitos alunos, quadros, pessoal médico, responsáveis, ainda carregam a carga impura.

Há os que imaginam Moçambique reduzido à escala minúscula de um grupo linguístico ou região. Um órgão, por importante que seja, não vive fora do corpo. Uma perna, um braço, apodrecem se deixam de ser irrigados pelo sangue do organismo, se são separados da unidade com o corpo.

Pela unidade que criamos entre nós, pela maneira revolucionária como o hospital serve o Povo, demonstramos concretamente às massas a necessidade de fazer viver a Nação e de fazer morrer o tribalismo. Assim como liquidamos os germes e bactérias nocivas para proteger os doentes, o hospital deve ser um exemplo vivo de liquidação do micróbio contagioso do tribalismo, para fazer viver a Pátria.

Outros procuram num sobrenatural, nascido da ignorância, a resposta para os problemas concretos. Ainda não sabem ver que a resolução de todos os problemas depende unicamente da combinação da nossa inteligência e energia com as leis objectivas que regem os fenómenos naturais e sociais.

Procuram respostas no céu, quando o segredo se encontra na terra.
É porque o Povo vê operar a ciência, porque o Povo constata os resultados da ciência, porque continuamente explicamos aos doentes e ao Povo as origens e os meios de combaterem a doença, que o hospital pode tornar-se numa base sólida de luta contra o obscurantismo.

E na medida em que acreditamos no Homem, que destruiremos a superstição no seio do Povo. Na medida em que o nosso trabalho demonstrar o valor da ciência, faremos recuar o obscurantismo sobrenatural.

Há quem se considere insubstituível, uma sumidade. Cheio de arrogância recusa aprender dos outros, monopoliza conhecimentos, alegra-se com o insucesso dos

camaradas. Agindo assim, esses procuram criar condições para se instalarem como privilegiados, explorando as massas, fazendo reinar as suas pequenas e miseráveis tiranias. Para consolidarem a sua posição aceitam e fomentam boatos e intrigas, egoistamente fechados nos seus interesses mesquinhos.

O individualismo, o egoísmo, a ambição, a arrogância são micróbios transmissores da divisão, são Incubadoras das ideias velhas da sociedade exploradora.

Porque viemos de longe, porque à luta chegam todos os homens, por vezes entre nós encontram-se aqueles que viviam habituados ao banditismo. Estes elementos frequentemente introduzem os seus vícios na nova sociedade.

Uns roubarão medicamentos, lençóis, comida. Outros, abusando da confiança dos doentes, utilizarão os segredos delicados que conhecem para satisfazer os seus gostos de intriga e ambição.

Haverá também os que, utilizando-se da missão, vão procurar corromper a juventude, contaminando com os seus instintos baixos as novas gerações.

Existe, pois, uma frente de combate contra estes comportamentos.

Um enfermeiro que num hospital andasse a destruir os frascos de plasma, seria considerado um criminoso. Um enfermeiro que envenenasse doentes seria considerado um criminoso. A nossa moral revolucionária, os nossos princípios, são o nosso plasma, a sociedade nova que construímos é a nossa vida. A nossa acção é contra aquele que quer destruir o nosso plasma, o nosso sangue, aquele que quer roubar a nossa vida.

3. OS NOSSOS MÉTODOS DE COMBATE

É o nosso pessoal médico quem constitui a nossa força operacional na linha da frente sanitária. Eles constituem forças de vanguarda da nossa Organização, da nossa Revolução.

O pessoal médico representa no hospital a nossa linha política de servir as massas.

Entre o doente e o enfermeiro ou médico que o trata estabelece-se um laço forte de confiança e de esperança. Aliviar a dor, curar a enfermidade, está associado para o doente à acção do enfermeiro, do médico.

Esta confiança do doente, da sua família, dos seus amigos, constitui um capital político extraordinário, que devemos utilizar para fazer progredir a Revolução.
Na base da confiança que se estabelece devemos orientar os pacientes na via da unidade nacional, no reforço da consciência de classe, na aquisição de conhecimentos higiénicos, científicos e culturais. Em resumo, que ao tratamento do corpo corresponda um tratamento idêntico do espírito, para, fazer triunfar a mentalidade nova.

É necessário uma vocação, um entusiasmo natural por essa actividade. A vocação esta intimamente ligada e é orientada pela consciência e as necessidades da luta.

Enquanto na zona capitalista, rapidamente, a vocação combinada com o desejo de lucro e de privilégios é corrompida e asfixiada, na nossa zona a vocação, porque é combinada com uma alta consciência política, torna-se um estimulante poderoso do nosso trabalho.

Na formação do pessoal médico, porque precisamente consideramos o homem como factor decisivo, a prioridade deve ser dada à formação política, à consciência política.

Em sete anos de luta a experiência provou amplamente que o nosso pessoal médico, apesar do seu baixo nível técnico e falta de medicamentos, foi capaz de fazer muito mais pelo Povo do que os serviços de saúde colonialistas que dispõem de todas as técnicas, de todos os meios. Com dois médicos fizemos mais trabalho do que os serviços de saúde colonialistas, que dispõem de muitas dezenas, senão mesmo centenas de médicos. Este resultado testemunha a importância vital da linha política.

A formação política é sobretudo cultivar continuamente a consciência política nos alunos, no pessoal médico, no pessoal hospitalar. Desenvolver o espírito anti-colonialista e anti-imperialista, conhecer a opressão, enraizar a consciência e o sentido de classe.

O pessoal hospitalar está em contacto permanente com os sofrimentos do homem, causados pela exploração, causados pela ignorância. Esta ligação com o sofrimento humano deve servir para aguçar a consciência política, para aumentar os conhecimentos do pessoal médico, para reforçar a sua determinação em combater o inimigo, em combater a doença, em combater a ignorância.

A consciência política superior deve ser a base da consciência profissional do pessoal médico.

Um enfermeiro não tem horas de trabalho e horas de repouso. Se o seu trabalho normalmente começa a uma hora fixa — é fundamental ser pontual — não tem hora fixa para terminar.

A doença, o sofrimento, a guerra, não se subordinam às decisões burocráticas.

Um hospital funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. Onde está o doente, onde está o sofrimento está o pessoal médico, sem se importar da hora. Só assim se serve o Povo.

Não se faz guerra com horas de repouso fixas, não se combate a doença com horas de repouso fixas para o pessoal médico.

Para que os alunos de enfermagem se habituem a este ritmo exigente, é necessário que o seu programa diário comporte um mínimo de dez horas de actividade.

No exercício da sua missão, o pessoal médico é forçado a conviver com todas as fraquezas e misérias humanas. Os doentes não podem, mesmo que queiram, guardar segredo sobre os seus males e origens. A análise científica é reveladora.

E pois fundamental que o pessoal médico tenha a noção do segredo profissional. O seu conhecimento das fraquezas e misérias não pode ser motivo de conversas, ou ainda pior, instrumento de ambição ou vingança.

O doente é sagrado para o hospital. Um enfermeiro, um servente, um médico, não conhecem vingança no exercício da sua missão. Para o pessoal médico não existem raças, cores, crenças ou mesmo nacionalidades. Para eles só existem doentes. Uni soldado português ferido ou doente, no nosso hospital, é tratado como qualquer de nós. Fazemos isso porque possuímos uma moral revolucionária, uma moral superior, uma moral radicalmente oposta à baixeza do fascismo e do colonialismo.

Já dissemos que o hospital materializa a nossa linha política, que os enfermeiros devem representar duma maneira viva a nossa ideologia. Por isso as nossas palavras, o nosso comportamento, devem rigorosamente concordar com a nossa linha, É isto o fundamental. Se apesar das nossas deficiências técnicas e de material obtivemos no campo da saúde resultados superiores aos dos colonialistas, isso deve-se unicamente à justeza e superioridade da linha.

Fazermos o combate interno para integrar as nossas palavras e comportamento na nossa linha, é criar condições de sucesso para o nosso trabalho.

Que os nossos hospitais sejam para as massas uma fonte diária de mil exemplos bons da eficácia dos nossos princípios.

A técnica encontra-se em segundo lugar. Ela é importante. Só o conhecimento exacto das leis da natureza, a sua mobilização para os nossos fins, é que permite a destruição da doença.

Não pode haver limite para o estudo. Ninguém sabe tudo, ou mesmo o suficiente. Enquanto houver doenças, enquanto houver gente que morre, temos que estudar, temos que aprender.

Para servirmos melhor devemos estudar muito.

Devemos estudar tudo. Evidentemente que devemos primeiramente estudar as ciências médicas, devemos adquirir os conhecimentos teóricos que sintetizam e racionalizam os ensinamentos da prática. Mas devemos também estudar e aprender da prática, devemos estudar e aprender do Povo.

"Ê necessário um estudo da sociedade. Conhecer os usos e costumes, a cultura e as particularidades de cada região, integrando-os continuamente no contexto nacional.

É -necessário estudar os homens, conhecê-los. A doença não existe em abstracto, existe num homem concreto, com a sua psicologia própria, a sua energia específica. Conhecer o homem é o caminho para mobilizar as suas energias contra a doença que o ataca, é também o caminho que nos leva a agir e transformar revolucionariamente o seu espírito.

E conhecendo que compreendemos e só depois de compreender é que podemos agir.

Mas sobretudo importa estudar constantemente a política da nossa Organização, porque só ela nos dá a visão de conjunto e nos define as perspectivas que garantem a orientação segura do nosso trabalho.

O objectivo do nosso estudo não é o de nos fornecer os meios para melhor explorar o Povo e adquirirmos situações privilegiadas, como na zona capitalista.

Não nos preocupamos em obter uma nota alta para um, inculcar muita sabedoria num outro.

Esse um, por muito sábio que seja, será incapaz de fazer funcionar todos os hospitais que necessitamos, de assistir todos os que se encontram doentes.

O nosso estudo é colectivo, o nosso progresso é em vagas, em que todos avançamos juntos. Por isso é necessário entre os alunos, entre o pessoal médico, um espírito de ajuda mútua, sentir o atraso de um como um recuo para a Organização, um atraso no serviço do Povo.

Este espírito colectivo deve dominar toda a nossa vida. Sem a unidade nacional somos vencidos pêlos colonialistas. A nossa classe camponesa e operária sem unidade é dominada pelos exploradores. O nosso trabalho sanitário sem unidade resulta em fracasso.

O espírito colectivo obriga-nos a enfrentar cada problema, cada situação, cada deficiência, como nossa. Não estamos indiferentes a nenhum problema. O poder pertence-nos, por isso não podemos ficar de braços cruzados diante duma situação, por pequena que seja, que trave o nosso progresso. Uma pequena ferida desprezível pode abrir a porta ao tétano que destrói o organismo inteiro. No corpo, a ferida no dedo mais pequeno do pé, se não é tratada, pode destruir a vida. Porque o problema não nos afecta pessoalmente não é menos importante, porque esse problema faz parte do organismo em que estamos integrados.

Os nossos hospitais existem porque houve sacrifício. Os nossos hospitais representam um lago de sangue.

Os instrumentos cirúrgicos, os medicamentos, o material, resultam dos sacrifícios do Povo, dos sacrifícios dos nossos amigos.

Em muitos países, porque o sangue corre em Moçambique, criou-se uma corrente poderosa de solidariedade, para nos ajudar. As pessoas voluntariamente aceitam privações para nos apoiar.

Ter um alto sentido de economia, lutar contra o desperdício, é respeitar o nosso sangue, é respeitar os sacrifícios dos nossos amigos, é demonstrar espírito colectivo.

Frequentemente nos nossos hospitais morrem camaradas por falta de medicamentos. Muitas vezes, para tratar um ferido, nem sequer temos água oxigenada.

Poupar medicamentos, poupar material, é salvarmos vidas que esse medicamento, que esse material irão curar.

Este curso inicia-se no Hospital Américo Boavida, é uma coincidência simbólica.

O camarada Boavida, médico angolano, sacrificou-se pelo Povo. Podia ter sido um médico explorador, mas foi um médico que morreu servindo o Povo, combatendo a doença e a exploração.

Que também sirva de exemplo e encorajamento para nós o espírito internacionalista destes camaradas estrangeiros, que por solidariedade revolucionária abandonaram as suas pátrias, abandonaram o conforto construído pelo seu trabalho, para trabalharem connosco.

Eles vieram porque há luta em Moçambique. Eles vieram (porque os trabalhadores da Bulgária e da Itália combatem como nós a exploração, consideram-nos como uma das frentes da sua luta.

A nossa responsabilidade é grande, o nosso combate não é só para libertar o nosso Povo, ele é também para apoiar os povos irmãos, a classe trabalhadora no mundo inteiro.

Na nossa missão, unidos sob a direcção da FRELJMO e guiados pela nossa ideologia, apliquemos a palavra de ordem de servir o Povo na nossa tarefa sanitária.

Agindo assim, cumpriremos o nosso dever nacional e internacional.

A LUTA CONTINUA

INDEPENDÊNCIA OU MORTE

VENCEREMOS!

Novembro de 1971

Samora Machel

Presidente.

PELA INDEPENDÊNCIA IMEDIATA E TOTAL DE MOÇAMBIQUE *

Senhor Presidente, Distintos Delegados,

……………………………………………………………………………………… ………………………..

A nossa luta atinge uma fase decisiva tanto ao nível nacional como internacional. E justo sabermos qual o papel a ser desempenhado pelo Comité de Libertação e pela OUA nesta etapa.

E a tarefa do Comité informar a OUA, orientá-la por assim dizer, nas questões referentes à libertação do continente.

A OUA deve impulsionar a comunidade internacional em todas as questões referentes à África e em primeiro lugar à sua libertação.

Necessitamos do vosso apoio material. O inimigo gasta por dia cerca de 2 milhões de dólares para nos fazer guerra. Os seus aliados da OTAN, em especial os Estados Unidos, o Reino Unido, a França, a Alemanha Federal, não poupam esforços financeiros e económicos, nem esforços militares para o apoiar.

Temos face a nós exércitos modernos, bem equipados, combativos, com uma experiência secular de guerras de agressão. As dimensões da nossa luta conduzem-nos a um afrontamento directo com os interesses imperialistas e racistas toem implantados no nosso país e na África Austral.

A mobilização e popularização do apoio moral, político, diplomático e material à nossa causa, é uma tarefa maior do Comité e da OUA. Esta mobilização e popularização da nossa luta deve-se primeiramente materializar em África, porque se trata da sua própria libertação e não podemos pedir aos estrangeiros uma solidariedade que nós próprios não praticamos. Não teremos o direito de criticar um silêncio da imprensa internacional, ou uma indiferença da opinião ocidental, quando a nossa própria imprensa permanece silenciosa e a nossa opinião não mobilizada.

Ao nível internacional pedimos que o Comité e a OUA façam seus o nosso próprio programa.

O Comité e a OUA devem em particular aguçar a vigilância da comunidade Internacional contra as manobras portuguesas de prosseguir a guerra de agressão e a dominação colonial, sob a camuflagem de «autonomia», concessão da designação de «Estado» a Moçambique. Em particular, Lisboa procura semear falhas na frente unida africana, propondo «diálogos de boa vizinhança», ou mesmo pretendendo que nas suas colónias se aplica «o direito à auto-deter-minação».

A política actual portuguesa de «africanizar» a guerra, de instalar aqui e acolá alguns fantoches negros, tem o fim exclusivo de manter a dominação colonial e de prosseguir a guerra, mudando a cor dos cadáveres.

Se Portugal quer a paz, o diálogo, a negociação, tem diante de si o Povo moçambicano, representado pela FRELIMO, contra quem faz a guerra e com quem deve negociar e dialogar.

No dia em que Lisboa estiver disposta a reconhecer o nosso direito à Independência imediata e total, encontrar-nos-á prontos a todos os diálogos e negociações.

E evidente que seria inútil, desmobilizadora e altamente prejudicial, qualquer confusão ou hesitação africana perante este princípio fundamental: o diálogo exige como questão prévia indispensável o reconhecimento por Lisboa do nosso direito à

independência total e imediata. É com a FRELIMO em Moçambique, e com ela só, que Lisboa deve dialogar.

Portugal agressor deve ser excluído da comunidade internacional. Ele não tem nenhuma representatividade ou responsabilidade sobre o nosso país, excepto a de um agressor aberto que, sem condições, deve pôr termo à agressão. Ele não tem nenhum direito de falar em nosso nome, quer seja no domínio político ou diplomático, económico ou social. As questões de educação e de saúde, de economia, de trabalho, de desporto, todas as questões referentes ao povo moçambicano devem ser apresentadas pelo seu representante — a FRELIMO.

O Comité e a OUA devem apoiar-nos diplomaticamente a aceder à situação justa, em que a FRELIMO representará em todas as instâncias internacionais o Povo moçambicano, os seus interesses, por outras palavras, permitir que o nosso povo ocupe no conceito internacional o lugar que lhe é devido, agindo em igualdade com os outros Povos, pela causa comum da liberdade, da justiça, do progresso e da paz mundiais.

Senhor Presidente,

Distintos Delegados,

O Povo ghaneano acolheu-nos fraternalmente, com uma amizade e solidariedade calorosas. É o resultado da liberdade reconquistada, da acção mobilizadora do seu Governo, do Conselho da Redenção Nacional. Nós agradecemos ao povo do Ghana, através dos seus dirigentes populares.

Felicitamos e agradecemos ao Secretariado Executivo e ao Comité de Libertação, ao Secretariado Geral e à OUA pelo desenvolvimento da sua acção de apoio à nossa causa, o seu interesse cada vez mais forte, de que as visitas que nos fizeram são um testemunho.

Felicitamos com calor e amizade os nossos companheiros de armas, os nossos irmãos do MPLA e do PAIGC que obtêm grandes vitórias contra os colonialistas portugueses. As suas vitórias são festejadas pelo nosso Povo como nossas próprias vitórias, elas estimulam-nos e ajudam-nos duma maneira decisiva. Saudamos o recomeço da luta política no arquipélago de S. Tomé e Príncipe, colónia portuguesa

muitas vezes esquecida, com tradições heróicas de luta. *Queremos confirmar as palavras do nosso camarada Amílcar Cabral no que respeita ao apoio a prestar aos nossos camaradas de S. Tomé e Príncipe. Apoiamos o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe, que para nós é uma nova organização. Felicitamo-los por terem sabido pôr fim às suas contradições internas, unindo-se para concentrarem os seus esforços nas tarefas da libertação. A lacuna que existia na frente de luta das colónias portuguesas está agora preenchida. Queremos desejar os maiores sucessos aos nossos camaradas do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe.*

Saudamos os companheiros do ANC, os nossos camaradas combatentes da Namíbia e do Zimbabwe, os das Ilhas Cômoros, da Costa da Somália, das Seychelles, que, em condições difíceis, incansavelmente lutam pela liberdade das suas Pátrias. O seu combate ajuda-nos muito.

Entramos no nono ano do nosso combate. No mundo inteiro reforça-se a luta contra a opressão, na África, na Indochina, entre os povos árabes e a Palestina. A todos trazemos a solidariedade do nosso combate, a nossa decisão de cumprir sempre o nosso dever nacional e internacional.

A Luta Continua...

INDEPENDÊNCIA OU MORTE

VENCEREMOS

Samora Moisés Machel

Presidente da FRELIMO

* O texto que se segue, e cujo título é -da responsabilidade do organizador desta antologia, compreende parte do discurso proferido por Samora Machel, em representação dos Movimentos de Libertação Africanos, durante a XXI Sessão do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana, realizada em Acera, de 8 a 12 de Janeiro de 1973. O documento veio assim publicado em «A Voz da Revolução» n." 15, de Jan./Fev. de 1973.

PRODUZIR É APRENDER. APRENDER PARA PRODUZIR E LUTAR MELHOR*

Dentro de pouco tempo vamos começar a preparar as machambas** para um novo ciclo de produção.

Para muita gente talvez a produção pareça um rito, uma necessidade, qualquer coisa que somos obrigados a fazer para comer e vestir.

Ë evidente que a produção deve satisfazer as nossas necessidades biológicas fundamentais. Mas ela é necessária para nos libertarmos da miséria, ela é necessária para melhor conhecer, dominar e utilizar a natureza, ela 6 necessária para. nos formar politicamente.

Nós somos revolucionários, os nossos actos todos têm um sentido político, um conteúdo político. Por isso a nossa produção, além de ter um sentido e um conteúdo económico, tem um conteúdo político.

No zona do inimigo, no capitalismo, no colonialismo, também se produz. Também o homem pega na enxada para ferir a terra. Também o homem na máquina da fábrica —que ainda não temos na nossa zona — constrói o objecto. No entanto,

nós dizemos que a produção na zona do inimigo é exploração, enquanto que na nossa zona a produção liberta o homem. Contudo, é a mesma enxada, o mesmo homem, o mesmo gesto de ferir a terra. Porque será então que existe esta demarcação?

Quase todos conhecem a arma G3. A arma G3 nas mãos do inimigo serve para oprimir e massacrar o povo, mas quando capturamos uma arma G3, ela torna-se um instrumento para libertar o Povo, para castigar os que massacram o Povo. A arma é a mesma, o seu conteúdo mudou, porque quem se serve dela tem novos objectivos, novos interesses.

Um camponês moçambicano que produz arroz ©m Gaza, para que serve a sua produção? Serve para ele comer, para satisfazer as necessidades da sua família? Talvez numa certa medida. Mas o que é certo, é que com o que obtém da produção ele tem de pagar os impostos coloniais, impostos que financiam a polícia que o prende, impostos que pagam o ordenado do administrador que o oprime, impostos para comprar a arma dos soldados, que amanhã vão expulsar o camponês da sua terra, impostos para pagar o transporte e instalação de colonos, que vão ocupar a terra do camponês. O camponês produz para pagar os impostos, o camponês pelo seu trabalho financia a opressão de que é vítima.

Continuemos com este exemplo de um camponês que produz arroz. Ele para viver precisa de outras coisas além do arroz. Ele precisa de roupa, ele precisa de azeite, ele precisa de muita coisa que tem de comprar na loja. Para comprar precisa de dinheiro e o dinheiro não cai do céu. Quer isto dizer, que o nosso camponês tem que ir vender o seu arroz à loja ou companhia. Ele vende as suas coisas por preços baixos, e compra por preços quatro a cinco vezes mais altos do que quando vende. Com um saco de algodão, fabricam-se muitos metros de tecido de algodão, muitas camisolas. No entanto, quando vendemos um saco de algodão, o dinheiro que recebemos por um saco, mal dá para comprar uma só camisola. Quer isto dizer que a produção que fazemos, o nosso suor combinado à terra, beneficia aquelas companhias, aqueles comerciantes que nada fizeram.

Na zona do inimigo estas são as formas mais suaves, menos cruéis de exploração. Há outras muito piores. Há a venda dos trabalhadores para as minas, os jovens partem fortes para as minas. Muitos morrem nos desastres nas minas. Mais de

2 500 morrem nas minas por ano. Outros, não sabemos o número, voltam sem um braço, sem uma perna, os pulmões comidos pela tuberculose. Os donos das minas são dos homens mais ricos do mundo, o oiro tirado das minas é vendido a preços muito altos, mas quanto ganham os homens que morrem, nas minas?

Ao longo do Zambeze, estão as ricas terras da Sena-Sugar. A Sena-Sugar ganha muitos e muitos milhares de contos por ano. Mas quem trabalha nas terras ricas, da rica Sena-Sugar, quanto ganham? Nas minas de carvão de Moatize, nos palmeirais da companhia da Zambézia, nas terras altas do chá do Gurue, em toda a parte os homens moçambicanos cultivam machambas ricas, constroiem prédios altos, fazem produzir fábricas de maquinas complicadas, mas em toda a parte, não é quem trabalha, quem sua por cima da terra, quem arrisca a vida na galeria da mina, não é esse quem beneficia do trabalho.

Na zona do inimigo o trabalho determina a classe. Na zona do inimigo, o trabalhador, pelo seu trabalho, dá riqueza a quem não trabalha e ganha miséria para si.

Na zona do inimigo, o trabalho manual, o trabalho que cria tudo, é para os pobres, para os «brutos». Na zona do inimigo, o trabalho manual, o trabalho físico, pegar numa enxada, é para os «brutos», os «selvagens», os «analfabetos». Quanto menos se trabalha mais educado se é, quanto menos se trabalha mais civilizado se é, quanto mais se explora o trabalho dos outros e quanto mais se despreza os trabalhadores, mais respeitado, mais elevado se é na sociedade. Quem pode imaginar um governador, um médico, um general, um banqueiro, com as mãos cheias de calos, os pés enterrados na terra, suando por baixo do sol do esforço da enxada? Seria considerado desonroso, vergonhoso, baixo.

Na zona do inimigo em que os exploradores, como piolhos, vivem do trabalho dos explorados, nas escolas, na rádio, no cinema, em toda a parte, se ensina o desprezo pelo trabalho manual, a veneração pelos exploradores.

Na nossa zona é diferente. O trabalho não serve para enriquecer companhias e comerciantes, especuladores e parasitas.

O trabalho destina-se a satisfazer as necessidades do Povo e da guerra. Por isso mesmo, a nossa produção é objecto de ataques constantes do inimigo.

Na nossa zona, o trabalho é um acto de libertação, porque o resultado do trabalho beneficia os trabalhadores, serve os interesses dos trabalhadores, Isto é, serve para libertar o homem da fome, da miséria, serve para fazer progredir a luta. Porque na nossa zona abolimos a exploração do homem, porque a produção é propriedade do Povo, ela serve o Povo.

Assim produzimos para os nossos interesses. E o nosso interesse fazer crescer crianças sãs, libertas da doença, crianças fortes libertas da fome e do raquitismo.

Produzindo, contribuímos para alimentar correctamente as nossas crianças, o nosso Povo.

Cultivando, produzimos alimentos ricos em vitaminas; produzimos a cenoura que tem vitaminas que reforçam a nossa vista; produzimos uma infinidade de produtos, do milho ao tomate, do feijão à alface, que dão forças ao organismo, produtos que pela sua diversidade e riqueza própria, nos permitem beneficiar de uma alimentação variada, que, porque variada, não só é mais agradável como também nos fornece uma dieta mais equilibrada que por si mesmo combate inúmeras doenças e nos torna mais resistentes. É de considerar ainda que o esforço físico da produção, em especial a agrícola, não só robustece os nossos músculos, enrijece o nosso corpo, como ainda, porque nos mantém em contacto com a natureza, nos mantém ao sol que nos dá as vitaminas (D,A) necessárias para a resistência do organismo, cria condições para gozarmos de uma saúde boa.

Por outro lado é através da produção, do seu desenvolvimento, e somente através da produção, do seu desenvolvimento, que conseguimos resolver as nossas necessidades crescentes. Em muitas regiões, porque conseguimos exportar para países amigos os nossos excedentes, atenua-se o problema da roupa: o que exportamos, dá-nos meios para comprarmos o que ainda não produzimos.

As nossas necessidades em roupa, em calçado, em sabão, só serão solucionadas de duas maneiras: aumentando as exportações, aumentamos o que podemos comprar, *é* esta uma maneira. A segunda, mais eficaz embora a mais longo termo é de nós próprios produzirmos estes produtos.

Propositadamente falamos de tecido, calçado e de sabão. A razão é simples: no nosso país os nossos agricultores produzem o algodão com que se faz o tecido. A

produção artesanal do tecido d/e algodão está ao alcance das nossas possibilidades. Nós possuímos as peles de vaca, cabritos e inúmeros outros animais; a partir das peles é que se produz o calçado. A produção artesanal do couro e do calçado, está ao alcance das nossas possibilidades. Nós dispomos das matérias-primas vegetais com que se produz o sabão, as experiências realizadas em Cabo Delgado provam que estamos em condições de produzir sabão.

Por outro lado, o aumento da produção, através do melhor aproveitamento dos nossos recursos — utilização do estrume e irrigação, desenvolvimento da horticultura, criação de animais, etc. — é possível, como provam as experiências realizadas em certas bases militares e em centros pilotos.

A produção serve pois para solucionar os problemas essenciais de uma alimentação rica para a saúde e para cobrir o conjunto das nossas necessidades. Por isso, na nossa zona é honrado, é louvado quem trabalha, é criticado, é denunciado, é combatido e desprezado, quem quer viver explorando o trabalho dos outros.

Na nossa zona, porque o nosso combate é para libertar os trabalhadores explorados, é com orgulho que nós vemos as nossas mãos com calos, é com alegria que nós enterramos os nossos pés na terra. O trabalho na nossa zona ajuda-nos a desenvolver a consciência da nossa origem, ajuda-nos a sentir orgulhosos da nossa classe; ajuda-nos a liquidar os complexos que os colonialistas e capitalistas queriam impôr-nos.

Nós dissemos já que ao produzir estamos a aumentar ou reforçar a consciência da nossa origem, estamos a desenvolver a consciência da nossa classe. Devemos dizer também que estamos a unirmo-nos mais, a cimentar a nossa unidade.

Quando eu, nianja, estou a cultivar lado a lado com o ngoni, estou a suar com ele, com ele a arrancar vida à terra, eu estou a aprender com ele, estou a apreciar o seu suor, estou-me a sentir unido a ele. Quando eu, do centro, com um camarada do norte, com ele discuti como fazer uma machamba, como plantarmos e o quê, juntos fizemos planos, juntos combatemos as dificuldades, juntos tivemos a alegria de colher a maçaroca crescida pelo nosso esforço comum, eu e esse camarada unidos, amamo-nos mais.

Quando eu, do norte, aprendi com um camarada do sul a fazer hortas, a irrigar os tomates vermelhos e carnudos, quando eu, do centro, aprendi com um camarada do norte a fazer crescer a mandioca que desconhecia, estive-me a unir com esses camaradas, estive a viver, materialmente, a unidade da nossa Pátria, a unidade da nossa classe de trabalhadores. Estive a destruir com ele os preconceitos tribais, religiosos, linguísticos, tudo que era secundário e nos dividia.

Com a planta que cresceu, com o suor e inteligência que ambos misturamos à terra, cresceu a unidade.

Constantemente na FREDIMO nós falámos de produção. Ao nosso exército demos as tarefas de combater, produzir e mobilizar as massas. À nossa juventude demos as tarefas de estudar, produzir e combater. Constantemente nas nossas discussões, nos nossos textos, se fala da importância da produção, diz-se que esta é uma frente importante do nosso combate, uma escola para nós.

Vimos que a produção nos satisfaz as necessidades da vida e também nos liberta e nos une. Mas não vimos que a produção é uma escola. Que na produção aprendemos. Talvez algumas pessoas se surpreendam que nas nossas escolas os alunos consagrem longas horas à produção, que o nosso exército tenha essa tarefa. Essas pessoas talvez digam que é absurdo, que mais valia os alunos empregarem esse tempo lendo livros, tendo aulas, que a tarefa do exército é combater e não produzir. Essas pessoas pensam assim, porque isso lhes foi ensinado pelos capitalistas e colonialistas.

NÓS TAMBÉM APRENDEMOS NA PRODUÇÃO

Os colonialistas e capitalistas, porque não produzem e vivem da nossa produção, porque se pretendem sábios e dizem que nós somos brutos e ignorantes, nunca podem reconhecer que se aprende na produção, que a produção é uma das mais importantes escolas.

Mas nós sabemos que a produção é uma escola, que ela e a revolução, o combate, são escolas fundamentais.

Nós dizemos isso, porque estamos esclarecidos pela consciência e experiência da nossa classe.

As nossas ideias não caem do céu como a chuva. Os nossos conhecimentos e experiências não vêm nos sonhos que temos a dormir. Sem nunca ter ido à escola, o nosso camponês analfabeto sabe mais sobre a mandioca, o algodão, o amendoim e muitas outras coisas, que o senhor doutor capitalista que nunca tocou numa enxada. Sem saberem ler, nós vemos que os nossos mecânicos conhecem mais profundamente o motor de um carro, como montá-lo, como repará-lo, como fabricar a peça quebrada, do que o senhor doutor capitalista, que nunca quis sujar as suas mãos com óleo do motor. Nós vemos os nossos pedreiros, «ignorantes», os nossos carpinteiros e marceneiros «brutos», desprezados pêlos doutores capitalistas, fazerem casas lindas, móveis belíssimos que o senhor doutor capitalista aprecia imenso, que o senhor capitalista ignora totalmente como fazer.

Isto mostra claramente que é *na produção* que nós aprendemos.

Não aprendemos tudo de uma só vez. Um prato de massa não se engole de uma só vez mas pedaço a pedaço.

O que aprendemos, fazemos; quando fazemos, vemos o que ficou mal. Assim aprendemos dos erros e dos sucessos. Os erros mostram a deficiência do nosso conhecimento, os pontos fracos que devem ser eliminados. Isto quer dizer, que é produzindo que corrigimos os erros, a produção é que nos mostra que este terreno para dar bom tomate precisa de mais estrume e qual estrume, que ali precisa mais água. É fazendo as experiências que fracassaram, que os nossos alunos aprenderam a fabricar sabão, foi fabricando o sabão que eles melhoraram a qualidade do sabão.

Onde aplicar as nossas ideias? Como saber se as nossas ideias estão erradas ou estão certas? Não foi lendo no céu ou no livro, que os nossos alunos descobriram os seus pontos fracos na fabricação do sabão. Não foi sonhando que em Tete se começou a produzir mandioca, nenhum anjo desceu do céu para nos dar uma horta em Cabo Delgado.

A produção é uma escola, porque dela vem os nossos conhecimentos, é na produção que aprendemos e corrigimos os nossos erros. Ë indo ao Povo, trabalhando com o Povo que aprendemos e ensinamos ao Povo.

Se o nosso exército não produzisse, como é que iríamos produzir mandioca em Tete, quando o Povo desconhecia a mandioca? Se nos contentássemos em fazer estudos sobre a mandioca seria que a mandioca havia de crescer? Como reforçar a capacidade de defesa da nossa produção em Tete, contra bombardeamentos, armas químicas e incursões do inimigo sem diversificarmos a nossa produção, sem introduzir os novos produtos e produtos resistentes à acção do inimigo? Como é que o Povo poderá corrigir os seus métodos de produção, ver onde está bem e onde está mal, senão produzindo ?

Nós costumamos dizer que aprendemos a guerra na guerra, o que quer dizer, na realidade, que é fazendo a Revolução que aprendemos a melhor maneira de fazer a Revolução, é lutando que aprendemos a lutar melhor, é produzindo que aprendemos a melhor produzir. Podemos estudar muito, ler muito, mas para que servirão essas toneladas de conhecimentos, se não as levarmos às massas, se não produzirmos? Se alguém guarda sementes de milho na gaveta será que vai colher maçaroca?

Se alguém aprende muito e nunca vem às massas, nunca vem à prática, ficará um compêndio morto, um gravador; poderá citar de cor muitas passagens de obras científicas, de obras revolucionárias, mas a sua vida inteira não criará uma só página nova, uma só linha nova.

A sua inteligência ficará estéril como aquela semente fechada na gaveta.

Nós precisamos de aplicar continuamente, precisamos de estar mergulhados na Revolução e na produção, para desenvolver os nossos conhecimentos, e 4fazer assim progredir o trabalho revolucionário, o trabalho da produção.

Na zona dos colonialistas portugueses há mais sábios capitalistas, mais técnicos, do que na nossa zona. *Só* na cidade de Lourenço Marques, há mais engenheiros, mais médicos, mais agrónomos, mais professores do que em todo o Moçambique inteiro. Mas para que serve isso? Perguntamos ainda, onde foi gente mais vacinada, na nossa zona ou na zona do inimigo? Ë claro que foi na nossa zona, apesar de não termos médico nenhum, de não termos quase medicamentos. Antes, em Cabo Delgado, em Niassa, em Tete, o Povo não sabia o que era o tratamento médico, apesar do inimigo dispor de médicos, de medicamentos e de milhares de contos para o orçamento da saúde. Apesar de todos os seus agrónomos e planos económicos não foi o inimigo

quem trouxe mandioca para Tete ou hortas para Cabo Delgado; apesar de todos os seus ilustríssimos professores, não foi o inimigo quem criou escolas, laboratórios nas escolas primárias, quem começou a alfabetizar os adultos, etc.

A ciência do capitalismo e do colonialismo é estéril, é como a semente fechada na gaveta. É estéril porque está desligada das massas, ela é fundada no princípio de que o Povo é bruto, de modo que nada se pode aprender do Povo, o Povo é bruto, de modo que não vale a pena fornecer ao povo conhecimentos científicos.

A semente do conhecimento só cresce quando for enterrada na terra da produção, da luta.

Se tanto transformamos já no nosso país, se tantos sucessos obtivemos na produção, no ensino, na saúde e no combate, é porque continuamente estivemos nas massas, com elas aprendemos e a elas transmitimos o que aprendemos, continuamente na produção, no combate e no trabalho, aplicávamos, corrigíamos, e enriquecíamos os nossos conhecimentos.

Mas não devemos estar satisfeitos.

Não basta aplicar, é preciso também conhecer, estudar.

A inteligência sem a prática, sem se combinar com a força fica estéril. *A.* força sem inteligência, sem os conhecimentos fica cega, fica bruta. Um elefante é mais forte que um homem, mas porque o homem é inteligente, apesar de pequeno, pode fazer um carro que carregue mais que qualquer elefante. Um homem não tem asas como um pássaro, mas porque possui inteligência pode fabricar aviões que voam mais alto, mais depressa, e mais longe que qualquer pássaro.

Nós no nosso trabalho temos ainda muitas deficiências, que devemos e podemos corrigir. Essas deficiências resultam de uma aplicação insuficiente da inteligência no nosso trabalho. Todas as deficiências que temos podem ser reduzidas aos dois pontos: deficiêncas políticas, deficiências de conhecimento científico.

Em muitos sítios podíamos produzir mais, melhor, com menos esforços, com maior segurança contra a acção inimiga. Não o fazemos, porque não assumimos integralmente a nossa linha política, porque trazemos fortes em nós o individualismo, a corrupção herdadas da sociedade velha.

Um homem e sua família, por muito enérgicos que sejam, por muito trabalhadores que sejam, não podem ao mesmo tempo cultivar muitas e pequenas machambas, isto é, dispersar o alvo para o inimigo, por outras palavras proteger a produção. Esse homem e sua família não podem ao mesmo tempo estar a cultivar várias machambas que darão produtos diferentes e, por isso, uma comida mais rica. É-lhes impossível organizar um sistema de vigilância e protecção de todas as machambas, de todos os celeiros, da sua casa e povoação, contra as incursões e pilhagens do inimigo. Esse homem não pode estar a produzir e a fazer patrulhas em diferentes sítios, para vigiar o inimigo e impedir o ataque de surpresa.

Quer isto dizer, que o individualismo, espírito de propriedade privada, «eu tenho a minha machamba, o meu gado, tu tens a tua machamba e o teu gado, eu tenho o meu celeiro e a minha casa, tu tens o teu celeiro e a tua casa», isso leva-nos a fracassos, leva-nos a perder o gado, a machamba, a casa e o celeiro.

O individualismo, o espírito de propriedade privada, é o espírito capitalista, divide-nos, enfraquece-nos: se eu quiser dar um soco com um só dedo, parto o meu dedo e o meu adversário fica a rir-se de mim; se eu unir todos os meus dedos, com a mão inteira derrubo o adversário pelo meu soco.

Uma outra consequência grave das limitações no espírito colectivo na produção, das insuficiências dos métodos colectivos, é que isso impede-nos de aprendermos uns dos outros, de beneficiarmos das experiências e conhecimentos mútuos. Quando trabalhamos colectivamente, podemos discutir colectivamente e juntos vermos erros e sucessos, juntos nos interrogarmos sobre as causas dos sucessos e erros, juntos vamos aplicar e por isso corrigir o que aprendemos. Quando trabalhamos juntos e discutimos juntos criamos o progresso, nascem práticas que enriquecerão as ideias. Quando trabalhamos juntos há progresso, há iniciativa.

No passado, não havia progresso porque não discutíamos os conhecimentos e a experiência. Os conhecimentos e experiências que nos eram dados pêlos avós tornaram-se doutrina que ninguém discutia, ficávamos estéreis, sem iniciativa.

Quando fazemos as coisas, devemos discutir para vermos o que é bom e o que é mau, guardar o milho e deitar fora a palha, separar o arroz das pedras. Tirar as lições

de cada sucesso e fracasso, para enriquecer os nossos conhecimentos e, por consequência, o nosso trabalho. Mas quando agimos individualmente, com quem vamos discutir, com quem vamos aprender, com quem vamos tirar as lições e aplicar as lições? Trabalhando individualmente, estamos a dar soco com um dedo só.

Devemos pois, responsáveis, quadros, combatentes e militantes, trabalhar com energia para fazer as massas assumirem e viverem o espírito colectivo, utilizarem métodos colectivos de produção, o que permitirá elevar o espírito da unidade, de consciência e de classe, de disciplina e de organização.

Assumir uma consciência colectiva de trabalho, significa abandonar o individualismo e considerar que todas as machambas são nossas, do povo, todos os celeiros e casas são nossos, do povo. Quer dizer, unir-me com os outros numa cooperativa, numa brigada de produção. Juntos cultivamos, colhemos, juntos organizamos a vigilância, juntos protegemos o que pertence, não a mim ou a ti, mas a nós. Este campo não é meu nem teu, é nosso.

O aluno na escola, o soldado na base, o doente ou enfermeiro no hospital, possuem uma consciência colectiva, ninguém considera aquela escola, aquela base, aquele hospital, como sua propriedade privada, é por isso que todos se interessam com muito entusiasmo em fazer progredir o trabalho daquela escola, daquela base, daquele hospital. O resultado é que há progresso, o trabalho avança, o inimigo não pode atacar com tanta facilidade.

Porque nessa escola, nessa base, nesse hospital, abandonamos o espírito de individualismo, o espírito da propriedade privada, porque assumimos uma consciência colectiva, estamos realmente a ser o povo, a desenvolver a luta, a melhorar as nossas condições de trabalho e vida, estamos a unirmo-nos mais ainda, estamos a desenvolver ainda mais a nossa consciência de classe.

E por esta razão, em definitivo, que obtemos resultados superiores: onde existe espírito colectivo, estamos mais organizados, existe mais disciplina, existe divisão correcta de trabalho, existe também mais iniciativa, mais espírito de sacrifício, aprendemos mais, produzimos mais, lutamos melhor, com mais determinação.

A nossa direcção ao nível do Comité Central, deverá depois de uma discussão profunda com as massas e quadros, criar estatutos das cooperativas, quer na produção agrícola e artesanal, quer no comércio.

Ao mesmo tempo e em colaboração com as estruturas Provinciais e o Departamento de Produção e Comércio, o Comissariado Político deve-se esforçar por introduzir métodos de planificação e orientação da produção e comércio, racionalizando o trabalho para o tornar mais eficaz.

Outras insuficiências, resultam do conhecimento superficial ou mesmo errado das leis que regem os fenómenos da natureza. São insuficiências no nosso conhecimento científico.

Muitas vezes perto do ponto de água — rios e poços — vivemos esperando as chuvas para as machambas, quando temos ali a água que resolve os nossos problemas. Outras vezes andamo-nos queixando que a terra é pobre, quando desperdiçamos completamente os fertilizantes naturais, o estrume de animais e do homem, que enriquecem a terra. Possuímos as matérias-primas com que se fabrica o sabão e continuamos sem sabão, podemos produzir, fiar e tecer o algodão e continuamos sem algodão. Muitos exemplos podem ser dados mas todos eles mostram que a falta de conhecimentos científicos faz de nós cegos, a solução do problema que enfrentamos está ao nosso lado e nós não vemos, não temos coragem da iniciativa. Combatemos os nossos conhecimentos insuficientes estudando, aprendendo, discutindo, aplicando.

Há companheiros que desprezam o estudo, porque ignoram o seu valor. O estudo é como uma lanterna á noite, mostra-nos o caminho. Trabalhar sem estudar, é andar às escuras, pode-se avançar, é certo, mas grandes são os riscos de tropeçarmos, de nos enganarmos no caminho.

Em certas bases, entre certos grupos de companheiros, criou-se o bom hábito de consagrar regularmente algum tempo ao estudo. Isto é bom, mas é insuficiente.

Queremos propor a todos os camaradas, a todos os responsáveis e quadros, que organizem entre si com as unidades, programas constantes e regulares de estudo. Que se consagre, de acordo com a situação, ao menos uma hora por dia para as actividades de estudo. O estudo deve ser organizado dentro do espírito de trabalho

colectivo, de consciência colectiva, pequenos grupos, onde uns aprendem dos outros e todos juntos combatem a ignorância.

Nesta primeira fase, porque o nosso ponto de partida é bastante fraco, aconselhamos sobretudo que se consagre o esforço *à* elevação dos conhecimentos de base, em particular, à tarefa de liquidação do analfabetismo no seio das unidades e quadros.

O Comissariado Político em colaboração com o D.E.C.***, trabalhando em estreita colaboração com as estruturas Provinciais, deve organizar o programa de luta contra o analfabetismo e a ignorância, de maneira que cada base da FRELIMO se torne também uma base de luta contra o obscurantismo.

Ligado inteiramente a este programa, deve ser introduzido um outro, de Seminários, que leve os nossos camaradas com conhecimentos científicos superiores —agrónomos, engenheiros, mecânicos, sociólogos, enfermeiros, etc. ... — a elevarem o nível geral dos conhecimentos dos responsáveis e quadros dum distrito, duma Província, Estes Seminários devem ser Seminários especializados, com temas precisos, como irrigação, higiene, construção de moinhos, introdução de novas plantas, introdução de novos métodos de produção.

Assim, os nossos camaradas poderão ligar o seu estudo científico com a prática e fazer elevar o nível do seu trabalho e do trabalho das massas.

Uma terra sem estrume dá plantas débeis, mas o estrume sem terra queima a semente e também nada se produz. A nossa inteligência, os nossos conhecimentos são como o estrume, é necessário misturar o estrume com a terra, a inteligência com a prática.

O capitalismo, o colonialismo, porque precisam, para viver, da nossa exploração, devem-nos manter Ignorantes e devem separar o conhecimento das massas, criar uma elite culta que não trabalha e só serve para melhor explorar a massa, guardada na ignorância.

Nós dizemos que são os trabalhadores quem deve saber, quem deve governar, quem deve beneficiar do trabalho. Nós dizemos e praticamos isso. Ë por esta razão que a nossa Luta Armada se transformou em Revolução, é por esta razão que tudo está em constante transformação, é por esta razão que estamos a libertar a energia criadora das massas. Ë por esta razão, finalmente, que o inimigo nos odeia.

Nada existe sem produção, nada existe sem os trabalhadores. Os aviões e bombardeamentos, os crimes colonialistas têm o objectivo de manter os trabalhadores a produzir para os capitalistas, mantê-los explorados. O alvo das nossas armas, o objectivo da nossa luta, em definitivo, é destruir a exploração do homem pelo homem, de que o colonialismo é, hoje, a forma principal na nossa pátria. O nosso objectivo é entregar a produção à capacidade criadora das massas.

Vamos entrar no nosso oitavo ano de guerra. No próximo ano vamos celebrar o X aniversário da fundação da nossa Frente. Muito crescemos, mas para crescer mais, para responder às necessidades crescentes da guerra e do Povo, é fundamental que a nossa produção aumente em quantidade, em qualidade, que mais produtos sejam criados no nosso pais.

A revolução liberta o homem, a sua inteligência, liberta o seu trabalho. Esta libertação manifesta-se pelo desenvolvimento dos nossos conhecimentos, pelo desenvolvimento da nossa produção, desenvolvimento que serve o povo, que serve a luta.

Por isso, neste momento em que a nossa agricultura se prepara para iniciar um novo ciclo de produção, dizemos a todos os camaradas:

PRODUZIR É APRENDER, APRENDER PARA PRODUZIR E LUTAR MELHOR.

A LUTA CONTINUA!
INDEPENDÊNCIA OU MORTE,
VENCEREMOS!

* Com este texto iniciou o Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO, em 1971, a publicação de estudos fundamentais para *a* orientação e prática da organização.

** Exploração agrícola (N. C.).

*** Departamento de Educação e Cultura.